



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

**O ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA-SP: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Adriano Rodrigues de Oliveira

Tese de Doutorado

Presidente Prudente

2010



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

O ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Adriano Rodrigues de Oliveira

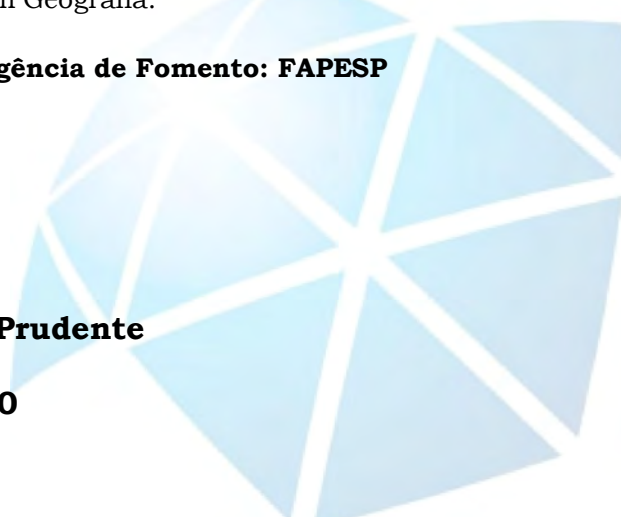
Orientador: **Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Agência de Fomento: FAPESP

Presidente Prudente

2010



Oliveira, Adriano Rodrigues de.
O45a O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural / Adriano Rodrigues de Oliveira. - Presidente Prudente: [s.n], 2010
xiii, 209 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
Banca: Antonio Lázaro Sant'ana, Eliane Tomiasi Paulino,
Claudécir Gonçalves, Júlio César Suzuki
Inclui bibliografia

1. Associativismo. 2. Participação. 3. Políticas Públicas. 4. Território. 5. Desenvolvimento Rural I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

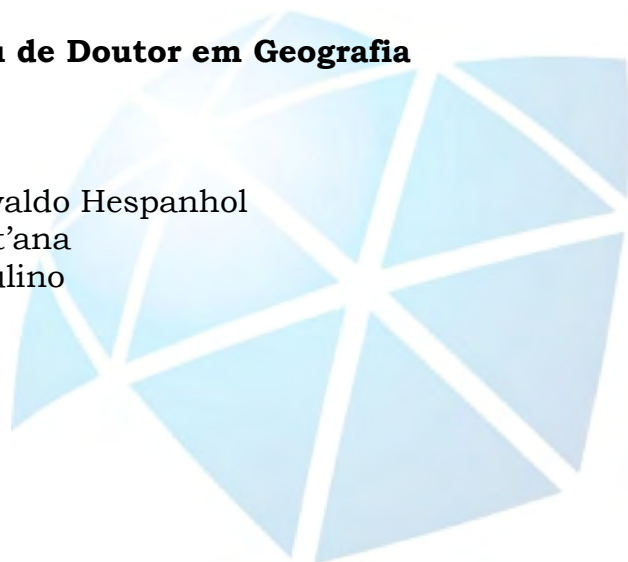
**O ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA-SP: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Adriano Rodrigues de Oliveira

COMISSÃO JULGADORA

Tese para obtenção do Grau de Doutor em Geografia

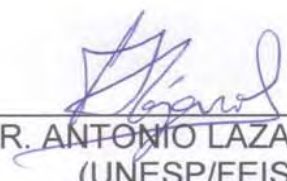
Presidente e Orientador: Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol
1º Examinador: Dr. Antonio Lázaro Sant'ana
2º Examinador: Dra. Eliane Tomiasi Paulino
3º Examinador: Dr. Júlio César Suzuki
4º Examinador: Dr. Claudécir Gonçalves



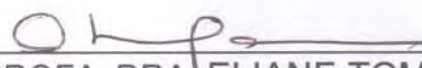
BANCA EXAMINADORA



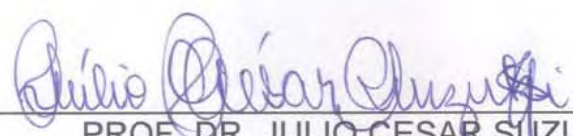
PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
ORIENTADOR



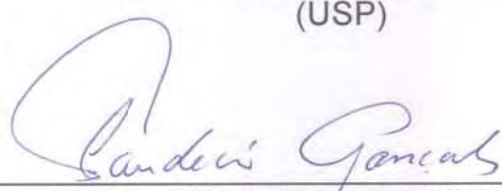
PROF. DR. ANTONIO LAZARO SANT'ANA
(UNESP/FEIS)



PROFA. DRA. ELIANE TOMIASI PAULINO
(UEL)



PROF. DR. JULIO CESAR SUZUKI
(USP)



PROF. DR. CLAUDECIR GONÇALES
(IFGoiano)



ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Presidente Prudente (SP), 05 de novembro de 2010.

Resultado: Aprovado

Dedico este trabalho a minha querida e doce esposa Adriana que compartilha comigo cada momento de angústia e de alegria. Esta empreitada teria sido muito mais difícil sem a sua companhia e colaboração.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de um trabalho acadêmico consiste num desafio em conciliar a coletividade com a solidão, a alegria com a angústia, a insegurança com o êxito. A preponderância da face positiva destas dualidades só é possível pela colaboração de muitas pessoas que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica. Foram pessoas e instituições que possibilitaram de uma forma ou outra a concretização deste trabalho. Quero agradecer em especial:

Ao professor e amigo Antonio Nivaldo Hespanhol, que me orientou desde 1998 quando eu cursava o 2º ano de licenciatura em Geografia. A ele sou grato pelo incentivo constante, respeito e compreensão. E, sobretudo pela demonstração de que valores como a seriedade e ética são fundamentais para atividade profissional;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que me concedeu a bolsa não somente no doutorado, mas nas etapas do mestrado e iniciação científica. Seus financiamentos foram fundamentais para minha trajetória acadêmica;

A todos os presidentes de associações e associados que me receberam em suas casas e concederam pacientemente as entrevistas analisadas nesta pesquisa;

Ao pessoal da Cocamp e Acap pela receptividade e disponibilização de dados e informações sobre a organização produtiva dos assentamentos rurais;

Aos funcionários dos escritórios do ITESP de Presidente Prudente (em especial a Eliane Mazzini), Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio;

Aos funcionários dos escritórios do INCRA de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema. Registro a atenção da Luciana Marcolino de Teodoro Sampaio que me acompanhou nas visitas em assentamentos do município de Euclides da Cunha Paulista;

Aos técnicos do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente, em especial ao Sr. Celestino, pelas informações prontamente disponibilizadas;

Ao Sr. Leonildo Medeiros da Famhesp pela constante colaboração nas conversas e entrevistas que me ajudou a compreender o funcionamento das associações de produtores;

Ao Sr. Eduardo Gomes de Moraes da Faafof pela entrevista concedida e receptividade que foi fundamental para a compreensão das formas de organização produtiva nos assentamentos;

Aos dirigentes das organizações profissionais de agricultores franceses que me receberam e possibilitaram a compreensão das formas de organização no espaço rural francês;

À professora Eliane Tomiasi Paulino e ao professor Luís Antonio Barone pelas valiosas contribuições propiciadas no Exame Geral de Qualificação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. A todos o meu muito obrigado e em especial àqueles que contribuíram diretamente por ocasião das disciplinas: Maria Aparecida Moraes, Bernardo Mançano, Iná Elias de Castro, Gilson Pedro, Messias Modesto, Vincent Dubreuil e Georges Bertrand;

Aos professores do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Muitos deles fizeram parte da minha formação desde o período da licenciatura. Destaco dentre eles: Margarete, Eliseu, Carminha, Thomaz, Claudemira, Godoy, Bernardo, Cezar e Fátima Marin;

Ao Messias Modesto, que influenciou na escolha da Universidade de Toulouse para a realização do estágio doutoral, por meio da disciplina oferecida durante o doutorado;

À professora e amiga Rosangela Hespanhol, coordenadora do GEDRA, minha professora de graduação e grande incentivadora no aprimoramento da vida acadêmica;

Ao João Osvaldo e a Mie, pelo incentivo constante e amizade construída durante os últimos anos de estadia prudentina;

Ao Tadeu Tommaselli que na sua simplicidade sempre esteve presente através de conversas, conselhos e apoio, desde o período da graduação;

Ao professor Cezar Leal que na condição de coordenador do PPGG foi fundamental na flexibilização dos prazos o que permitiu a realização do estágio no exterior;

À professora Martine Guibert, que supervisionou meu estágio de doutoramento na Universidade de Toulouse. Sua receptividade e amizade foram fundamentais para a minha adaptação e inserção durante a estadia na França. Em apenas seis meses, estabelecemos uma relação que vai muito além da formação acadêmica;

À professora Hélène Guetat da Universidade de Toulouse pela troca de experiências e diálogos em francês-português;

Ao professor François Purseigle, que me ajudou a compreender o “mundo” das organizações profissionais de agricultores franceses;

À Eve-Anne Buhler, que me acolheu durante as visitas à Paris;

Às colegas Aude Gallas e Marie Gisclard com as quais dividi o escritório do Laboratório Dynamiques Rurales;

À Veronique Lucas, parceira nas conversações, debates e contribuições em torno da realidade rural francesa;

Ao José Miguel Barrantes, o espanhol que me permitiu o aprimoramento da língua francesa;

Ao casal Claude e Georges Bertrand pela calorosa acolhida em Toulouse durante a estadia francesa;

Às amigas brasileiras construídas na França: Luciano Xavier e Marcilene Costa que nos ajudaram a melhor trilhar os caminhos de Toulouse;

Aos colegas que partilharam comigo as atividades cotidianas da pós-graduação: Ederval, Sampaio, Ana Cristina, Igor, Jean Ítalo, Sônia Segatti, Nildo, Silvinha e Ugeda;

Aos colegas do GEDRA, que compartilharam experiências conjuntas acerca das temáticas diversas do rural e contribuíram para o amadurecimento da pesquisa através de críticas e sugestões. Destaco entre

eles: Fernando Veloso, Érika Moreira, Ruth Tsukamoto, Ederval, Sampaio, Deise, Diane Belusso, Talita, Sônia, Carlão, Jânio, Flávio, Gabriela, Cláudia, Anderson e Elias;

Aos amigos do antigo “NEAGEF” que agora estão todos “crescidinhos” na vida profissional: Anderson, Nelson e Éderson (nosso eterno “Bicho”). Suas presenças foram fundamentais para a minha formação acadêmica e pessoal, através de críticas, debates e, sobretudo, os momentos de descontração que permitiram dar mais leveza ao desafio de *fazer* ciência;

Ao Denis Richter, pela amizade construída desde a época do mestrado quando convivíamos no “velho” e bom San Sebastian;

Ao Carlos Castro (Carlão) pela sólida amizade estabelecida durante a pós-graduação;

Ao Ademir Terra, parceiro que trilhou juntamente os caminhos do *fazer* tese e a sua esposa Lucilene que transcreveu todas as entrevistas;

Ao Robson Munhoz, que sabe cultivar a amizade e parceria estabelecida desde a graduação;

Ao Evandro Clemente, amigo que propiciou diversas contribuições a partir de críticas e sugestões ao desenvolvimento desta pesquisa;

Ao casal Denise e Edílson pela amizade e compartilhamento das ansiedades pessoais e acadêmicas no decorrer da pós-graduação;

Aos amigos da família Gonçalves: Claudécir, Meire, Camila e Monique, nossos companheiros durante a estadia rioverdense;

Ao pessoal da época do mestrado - Mendonça, Dinalva, Carlos Hema, Edgar, Chelotti, Karina e José Alves - amizades que atravessam os tempos;

À Ligia Cláudia pelas aulas e transcrições das entrevistas realizadas na França;

Aos funcionários do PPGG: Márcia, Ivonete, Erynat, Giuliana, Cinthia e André, por serem tão solícitos e prestativos;

À Nair e Lúcia que acompanharam todo o meu processo de formação acadêmica na Unesp;

Às amigas recentes construídas na UFFS, em especial a “turma” da sala 07 que tem compartilhado comigo nos últimos meses, as ansiedades da

finalização da pesquisa e enfrentado o desafio de construir uma nova universidade: Gisele, Brunetta, Élsio e Andrey;

Aos alunos da primeira turma de Geografia da UFFS que souberam compreender as minhas ausências no decorrer do primeiro semestre;

Aos meus familiares, meu pai Gesuino, minha mãe Maria Helena, meus irmãos Alecy, Alice, Alecio e Aldecir, meu sobrinho Igor e minhas cunhadas Sirlei e Paula, por compreenderem a minha ausência e incentivarem constantemente meus estudos;

À minha outra família, meu sogro Norberto, minha sogra Vilma, minha cunhada Áurea e seu esposo Beto e minha sobrinha Agda, por compreenderem minha ausência;

À minha grande companheira de todas as horas, minha esposa Adriana, que tem compartilhado e superado comigo diversos desafios. No decorrer destes dez anos juntos, foram várias etapas vivenciadas e conquistadas: a docência em Rio Verde, o retorno à Prudente para o doutorado, a ida à Toulouse para o estágio, e agora, a aprovação nos concursos públicos, que embora tenha “nos separado” tem fortalecido ainda mais o nosso amor.

RESUMO

O tema da pesquisa se configura na compreensão das formas de organização coletiva da produção familiar em associações e federações agrícolas e suas relações com as políticas de desenvolvimento rural desencadeadas na região do Pontal do Paranapanema-SP no período de 1990 a 2010. A análise do associativismo foi fundamentada na investigação das práticas associativas de dois grupos sociais que compõem este segmento social caracterizado como integrantes da produção familiar: os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra pela compra ou pela herança e os produtores rurais assentados em projetos de reforma agrária. As associações vêm sendo estruturadas na região a partir da atuação de duas federações que foram constituídas no intuito de organizar os produtores rurais para terem acesso às políticas públicas provenientes das diferentes escalas governamentais. A Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (Famhesp) foi constituída por influência da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral busca dinamizar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas com a participação dos produtores rurais em associações criadas ou incentivadas nas microbacias hidrográficas dos municípios selecionados pelo programa. A Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (Faafop) foi criada pela atuação de um segmento dos movimentos sociais de luta pela terra no intuito de estruturar as associações para facilitar o acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural elaboradas pelo governo federal a exemplo do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel e das políticas atreladas ao Programa dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Assim, a organização associativa e a participação dos produtores rurais têm sido induzidas ou limitadas à possibilidade de acesso aos programas governamentais de desenvolvimento rural. Este formato de associativismo não tem permitido a inserção autônoma dos agricultores no debate acerca do desenvolvimento rural. A abordagem territorial do desenvolvimento introduzida pelo governo federal não tem sido suficiente para contemplar a conflitualidade inerente às relações de poder reproduzidas no espaço rural brasileiro, e especificamente na região estudada. A superação da fragmentação existente nos grupos sociais que compõem a produção familiar é imprescindível para contrapor os interesses do segmento social hegemônico representado pelo agronegócio e possibilitar um tratamento mais equânime no acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Associativismo, participação, políticas públicas, território e desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This research aims to understand the collective organization of family production in associations and agricultural federations and their relationships with the policies of rural development in Pontal of Paranapanema-SP. The analysis of associations was based on research of associative practices of two social groups: Small farms, which had access to land by purchase or by inheritance and the farmers settled in agrarian reform projects. The associations have been structured in the region for two federations that were created with the objective of organizing farmers to have access to public policies from different governmental scales. The Associative Federation of Agricultural Producers of the Sao Paulo State Watersheds was established by the Secretary of Agriculture through the Coordination of Integral Technical Assistance which aims to improve the State Program of Watersheds with the participation of farmers in associations created or encouraged in the watersheds of the districts selected by the program. The Associative Federation of Settlers and Family Farmers of Sao Paulo West was created by the performance of a segment of the social movements in the fight for land, with the objective of structuring the associations to facilitate access to public policies for rural development prepared by the Federal Government such as the National Program for Production and Use of Biodiesel and policies linked to the Program of Rural Areas and Citizenship Territories. Thus, the associative organization and participation of farmers have been induced or limited to the possibility of access to government programs for rural development. This associative form has not allowed the inclusion of autonomous farmers in the debate about rural development. The territorial approach to development introduced by the Federal Government has not been sufficient to cover the conflict of power relations in the Brazilian rural space and specifically in the area studied. Overcoming fragmentation in social groups that compose the family production is essential to oppose the hegemonic interests of the social segment represented by agribusiness and allowing equal treatment in access to public policies for rural development.

Key-words: Associative practices, participation, public policies, territory and rural development.

RÉSUMÉ

Le sujet de la recherche est configuré en comprendre l'organisation collective de la production familiale dans les associations et fédérations agricoles et leur relation avec les politiques de développement rural mis en place dans la région du Pontal do Paranapanema-SP. L'analyse des associations a été fondée sur la recherche des pratiques associatives de deux groupes sociaux qui composent ce segment de la société caractérisée en tant que membres de la production familiale: les petits producteurs qui ont accès à la terre par achat ou par héritage et les agriculteurs installés dans des projets de réforme agraire. Les associations ont été structurés dans la région à partir de l'action de deux fédérations qui ont été formés afin d'organiser les agriculteurs d'avoir accès aux politiques de différentes échelles de pouvoir publique. La Fédération des Associations de Producteurs Agricoles des Bassins Hydrographiques de São Paulo (Famhesp) a été formé par l'influence du Bureau de la Agriculture de l'Etat de São Paulo qui par la Coordination d'Assistance Technique Intégrale vise à renforcer le Programme des Bassins Hydrographiques à la échelle du São Paulo avec la participation des agriculteurs à des associations créées ou encouragées dans les bassins hydrographiques des villes choisies par le programme. La Fédération des Associations des Agriculteurs Familiales et les Assentados de l'Ouest Paulista (Faafop) a été établi par l'action d'un segment des mouvements sociaux qui luttent pour la terre afin d'organiser des associations pour faciliter l'accès aux politiques publiques pour le développement rural mis en place par le gouvernement fédéral comme Le Programme National de Production de Biodiesel et les politiques liées au Programme des Territoires Ruraux et les Territoires de la Citoyenneté. Ainsi, l'organisation associative et la participation des agriculteurs ont été induits ou limité à la possibilité d'accès aux programmes gouvernementaux de développement rural. Cette forme d'association n'a pas permis l'inclusion des agriculteurs autonomes dans le débat sur le développement rural. L'approche territoriale du développement présenté par le gouvernement fédéral n'a pas été suffisantes pour résoudre les conflits inhérents à des relations de pouvoir joué dans les régions rurales du Brésil, et plus particulièrement dans cette région. La supériorité de la fragmentation des groupes sociaux qui composent la production de la famille est essentielle pour contrer les intérêts hégémoniques de l'segment social représenté par l'agronegoce et de permettre un accès plus équitable aux politiques publiques pour le développement rural.

Mots-clé: Associativisme, participation, politiques publiques, territoire et développement rural.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE.....	16
ÍNDICE DE FIGURAS.....	18
ÍNDICE DE QUADROS.....	19
ÍNDICE DE TABELAS	19
LISTA DE SIGLAS	20
1. INTRODUÇÃO.....	23
2. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO.....	32
3. AS DIMENSÕES TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	70
4. A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E ASSENTADOS	103
5. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL....	160
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
7. REFERÊNCIAS	202

ÍNDICE

Página

1. INTRODUÇÃO	23
2. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO	32
2.1. As origens do cooperativismo na sociedade contemporânea	33
2.2. O associativismo no Brasil: origens e perspectiva	39
2.3. Participação: abordagens e concepções	56
3. AS DIMENSÕES TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL	70
3.1. Qual desenvolvimento?	71
3.2. Entrando no território do território	77
3.3. Por uma abordagem territorial do desenvolvimento rural	82
3.4. Desenvolvimento rural e a profissionalização dos agricultores na França	90
4. A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E ASSENTADOS	103
4.1. As federações como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema	104
4.1.1. A organização interna das federações e os projetos de gestão territorial	109
4.1.2. Influência das associações federadas na organização da produção agropecuária	115
4.1.3. Acesso e avaliação da assistência técnica pública	116
4.1.4. Participação versus autonomia: capacidade de construção de projeto de desenvolvimento	120
4.1.5. A interação das federações com o poder público e a questão das políticas de desenvolvimento rural	122
4.1.6. A organização da produção agropecuária dos pequenos produtores proprietários e assentados	125
4.1.7. Perspectivas futuras	129

4.2. A organização das associações agrícolas dos pequenos produtores rurais proprietários de terra e assentados em projetos de reforma agrária: da gestão autônoma a indução governamental	132
--	-----

4.2.1. A formação de associações agrícolas: origens, estrutura e funcionamento	133
--	-----

4.2.2. Gestão territorial das associações: autonomia, interação com as agências de mediação públicas e privadas	145
---	-----

4.2.3. As perspectivas da continuidade das associações de pequenos produtores proprietários e assentados.....	156
---	-----

5. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

160

5.1. O Estado e o enfoque territorial das políticas de desenvolvimento rural.....	161
---	-----

5.2. O Pontal do Paranapanema como foco de ação da abordagem territorial	177
--	-----

5.3. As políticas públicas e a disputa territorial no Pontal do Paranapanema	182
--	-----

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

192

7. REFERÊNCIAS	202
-----------------------------	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº	Páginas
01. Região do Pontal do Paranapanema: mapa de localização em SP	47
02. Encontro de fortalecimento do associativismo	53
03. Produtores e técnicos da CATI	53
04. Antiga sub-sede administrativa da Faaop no município de Mirante do Paranapanema	55
05. Vista de uma plantação experimental do pinhão manso	55
06. Preço médio anual pago por hectare de cana para arrendamento	158
07. Mapa dos Territórios Rurais no Brasil.	169
08. Mapa dos Territórios da Cidadania.....	175
09. Mapa dos Territórios Rurais no Estado de São Paulo.....	181
10. Mapa dos Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo	181
11. Vista parcial dos tanques-rede no distrito de Gardênia, município de Rancharia... ..	187

ÍNDICE DE QUADROS

Nº	Páginas
01. Comparativo entre associação e cooperativa.....	38
02. Convênios do governo federal por estado e municípios: Mirante do Paranapanema-SP - Período: 01/01/1996 a 07/03/2009	108
03. Convênios do governo federal por estado e municípios: Teodoro Sampaio-SP Período: 01/01/1996 a 07/03/2009.....	108
04. Convênios do governo federal por estado e municípios: Teodoro Sampaio-SP Período: 01/01/1996 a 07/03/2009	108
05. Síntese da abrangência dos Territórios Rurais.....	171
06. Síntese da abrangência dos Territórios da Cidadania	176

ÍNDICE DE TABELAS

Nº	Páginas
01. Associações de produtores rurais proprietários de terra na região do Pontal do Paranapanema-SP.....	51
02. Assentamentos rurais, número de famílias e área total na região do Pontal do Paranapanema SP em 2008.....	178
03. Assentamentos rurais, número de famílias e área total no estado de São Paulo em 2008.....	178
04. Assentamentos rurais, número de famílias e área total no Brasil em 2008.....	178
05. Número de UPAs e área total ocupada na região do Pontal do Paranapanema-SP em 2008.....	179
06. Evolução histórica do crédito rural do PRONAF por ano agrícola 2002 a 2010	183
07. Convênios do Governo Federal com os municípios da região do Pontal do Paranapanema de 1996 a 2010 (Valores em R\$).....	185
08. Convênios firmados com o Governo Federal (em R\$).....	189

LISTA DE SIGLAS

AATS: Associação Amigos de Teodoro Sampaio

ACAP: Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema

APA: Associações de Produtores Assentados

APP: Área de Preservação Permanente

APPP: Associações de Pequenos Produtores Proprietários

ARL: Área de Reserva Legal

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CGU: Controladoria Geral da União

CIAT: Comissões de Implantação de Ações Territoriais

CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

COCAMP: Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DSC: Discurso do Sujeito Coletivo

EDR: Escritório de Desenvolvimento Rural

FAAFOP: Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista

FAMHESP: Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FEAP: *Fundo* de Expansão da Agropecuária e da *Pesca*

FEOGA: Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAC: Instituto Agrônomo de Campinas

IEA: Instituto de Economia Agrícola

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LEADER: Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural
LUPA: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN: Ministério da Integração Nacional
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OPAS: Organizações Profissionais Agrícolas
PAC: Política Agrícola Comum
PEMH: Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROCERA: Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
SAA: Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SCA: Sistema Cooperativista dos Assentados
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAP: Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura
SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIT: Sistema de Informações Territoriais
SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural
UNIPONTAL: União dos Municípios do Pontal do Paranapanema
UPA: Unidade de Produção Agropecuária

***“Digo: o real não está na saída
nem na chegada: ele se dispõe
para a gente é no meio da
travessia.”***

João Guimarães Rosa

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central a análise do processo de organização associativa de pequenos produtores rurais proprietários e produtores assentados em projetos de reforma agrária e a sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento rural desencadeadas na região do Pontal do Paranapanema-SP.

O projeto inicialmente intitulado *O associativismo rural como estratégia de reprodução econômica e social na região do Pontal do Paranapanema-SP* foi elaborado visando aprofundar as reflexões que havíamos realizado na dissertação de mestrado na qual abordamos a temática do desenvolvimento da fruticultura e a sua importância econômica e social para os pequenos produtores rurais da região de Dracena-SP.

No encaminhamento da pesquisa de mestrado havíamos constatado que a expressividade e dinamicidade da fruticultura, estava em grande parte associada à capacidade dos produtores rurais em se organizar em associações agrícolas. A região se destaca no âmbito estadual pela consolidação de uma associação de pequenos produtores especializada no cultivo da acerola: a Associação Agrícola de Junqueirópolis. O bom desempenho da associação confere ao município o primeiro lugar na produção de acerola no estado de São Paulo.

Neste sentido, dentre os resultados da dissertação de mestrado salientamos que a organização associativa se constitui como uma das principais estratégias para o desenvolvimento das atividades produtivas em pequenas propriedades de produção familiar, sobretudo, pela superação das barreiras impostas pelo capital comercial e industrial.

Diante deste contexto nos propusemos a aprofundar na pesquisa de doutorado, as formas de organização associativa estabelecidas por dois grupos sociais – pequenos produtores *proprietários* e *assentados* – que

compõem a produção familiar no Brasil tendo como base empírica a região do Pontal do Paranapanema-SP.

O segmento social representado pela produção familiar é muito relevante no país, tanto no que concerne à produção para o abastecimento de alimentos para o mercado interno, quanto para a geração de postos de trabalho. Contudo, a agricultura brasileira é conduzida administrativamente na escala federal por duas estruturas ministeriais, o que denota o abismo histórico existente entre os grupos sociais que compõem este setor: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltado à gestão do agronegócio e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado ao planejamento da agricultura familiar, que inclui grupos como os pequenos proprietários, as comunidades remanescentes de quilombolas e os assentados por meio da reforma agrária.

Esta fragmentação no nível governamental se reproduz nas instâncias de interlocução e de organização dos pequenos produtores rurais que compõem a produção familiar. O modelo de associativismo pautado no cooperativismo agrícola se distanciou da realidade vivenciada pelos pequenos produtores rurais, haja vista que a necessidade de adquirir determinados padrões de competitividade fez com que as cooperativas mais dinâmicas se constituíssem como espaços de mediação para os médios e grandes produtores que estão vinculados ao segmento agroexportador de *commodities* do agronegócio. Assim, aos pequenos produtores cabe a busca de sistemas alternativos de organização social que a partir do final dos anos 1980 são intensificados pelos estímulos governamentais que foram incorporados pelas instâncias sindicais rurais que passam a respaldar a formação de *associações agrícolas*.

Este cenário nos instiga a compreender as formas de organização social dos pequenos produtores rurais inserindo-as no debate da diversidade socioeconômica e política existente neste grupo social que consiste na fragmentação entre os pequenos produtores e os assentados da reforma agrária. O debate que nos propomos a estabelecer é o de que a fragilidade política dos pequenos produtores deriva da inexistência de uma identidade de classe que permita a inserção social autônoma desta classe no debate do

desenvolvimento rural. Esse é um exercício que vem sendo realizado com êxito pelos grandes produtores e os seus porta-vozes do agronegócio que desempenham funções políticas em instâncias dos poderes legislativo e executivo.

Como proposto no projeto inicial, a pesquisa tem como objetivo principal analisar o associativismo na região do Pontal do Paranapanema, a partir das estratégias de reprodução econômica e social dos pequenos produtores rurais proprietários de terras e assentados em projetos de reforma agrária.

Com o intuito de pormenorizar o estudo, constituíram-se objetivos específicos da pesquisa: **a)** Sistematizar informações acerca das associações de pequenos produtores proprietários de terras e assentados; **b)** analisar o engajamento político-ideológico na organização associativa; **c)** investigar o processo de formação das associações e as suas origens: i) surgimento espontâneo ou induzido? e, ii) elementos que motivaram a organização associativa; **d)** identificar os níveis de “fragmentação social” dos produtores em questão; **e)** delinear o perfil das lideranças, no que tange a aspectos como: a interação com os agentes da política local; a autonomia das suas ações; a capacidade de exercer a representação e o processo de escolha dos líderes; **f)** compreender o papel do Estado enquanto mediador dos interesses dos movimentos sociais; e, **g)** analisar a atuação das associações e o envolvimento dos seus membros.

Para o desenvolvimento da pesquisa e a consecução dos objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

Análise e compreensão da atuação das organizações associativas na região do Pontal do Paranapanema. O recorte temporal selecionado estende-se do início dos anos 1990 ao final dos anos 2000. Foram delimitados os 32 municípios que integram a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) e compõem a região do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do estado de São Paulo.

O tema proposto suscitou o levantamento de referenciais teóricos acerca de conceitos e temas diversos como: o associativismo e o

cooperativismo, questões agrária e agrícola, questão do Estado e o poder público, Território e Poder, Desenvolvimento Regional e Local, dentre outros. Deste modo, realizamos a revisão bibliográfica abrangendo conceitos e temas da Geografia, Economia, Sociologia, bem como de outras ciências afins.

Além da revisão bibliográfica, efetuamos o levantamento de dados nas publicações do Instituto de Economia Agrícola (IEA-SP), do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SIT/MDA), do Portal da Transparência (Controladoria Geral da União) dentre outros órgãos e/ou instituições públicas e privadas. Os dados e informações auxiliaram na compreensão da conjuntura socioeconômica regional, na caracterização da organização associativa nos municípios e das políticas e programas relacionados ao desenvolvimento rural na região do Pontal do Paranapanema.

Para o levantamento de dados e informações de fonte primária, foram realizadas entrevistas com presidentes de 14 (quatorze) associações de pequenos produtores proprietários de terra e 12 (doze) associações de produtores assentados em projetos de reforma agrária, com o intuito de averiguar os aspectos convergentes e divergentes que os aproximam ou os distanciam na organização associativa, bem como as relações existentes entre elas. Também foram realizadas entrevistas com lideranças políticas e agentes econômicos regionais (líderes sindicais, lideranças de movimentos sociais, representantes de órgãos públicos como o ITESP e o INCRA, dentre outros).

Seguindo as sugestões dos professores avaliadores durante o Exame Geral de Qualificação realizamos ainda mais um conjunto de entrevistas com os produtores rurais – assentados e proprietários de terra – que participam das associações dirigidas pelas lideranças entrevistadas anteriormente. Esse procedimento foi necessário para que pudéssemos avaliar o nível de

engajamento e sintonia entre os discursos dos presidentes das associações e os seus representados. Assim, realizamos 13 (doze) entrevistas das quais 7 (sete) com pequenos produtores proprietários de terra e 6 (seis) com produtores assentados em projetos de reforma agrária. Uma vez constada certo nível de repetição do conteúdo obtido nas entrevistas optamos por finalizar esta etapa do trabalho.

Atualmente, na região do Pontal do Paranapanema existem 41 associações de pequenos produtores proprietários de terra, distribuídas em 32 municípios. Estas associações vêm sendo institucionalizadas em decorrência da criação da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP) fundada em 6 de outubro de 2005. O surgimento da federação está atrelado à primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas implantado no estado de São Paulo até o ano de 2008. A partir de um convênio firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o programa foi pautado na intervenção local tendo como unidade física de gerenciamento as microbacias hidrográficas visando implementar ações que resultem em melhor qualidade de vida e adoção de práticas conservacionistas no meio rural (CATI, 2000).

No tocante às associações organizadas pelos produtores assentados, as informações que obtivemos foram disponibilizadas pela Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP). Contudo, o número efetivo destas associações é bastante variável de acordo com as possibilidades abertas por meio de convênios com instâncias governamentais à exemplo do que havia sido firmado por intermédio da Federação com a Petrobrás, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a implantação de um Projeto de Biodiesel, com base na mamona, além da possibilidade de implementar um outro projeto produtivo a partir do pinhão manso (*jatropha curcas*), oleaginosa que tem se apresentado como promissora para a produção de

biodiesel em virtude de sua fácil adaptação em solos pouco férteis e em áreas com baixo índice pluviométrico.

Entretanto, cabe ressaltar que a atuação da Faaafop não contempla a totalidade dos produtores assentados que vêm se organizando em associações de produtores rurais na região do Pontal do Paranapanema. Conforme se evidenciará neste trabalho a federação se constitui numa das estratégias de gestão territorial de um grupo político atrelado ao ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), José Rainha Jr, que embora tenha sido desligado da direção do movimento segue realizando ações sob a bandeira do MST.

Outrossim, em contraposição às ações da Faaafop, o MST nacional segue com diferentes estratégias de gestão territorial na região do Pontal do Paranapanema, tendo como base de ação o espólio da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda. (COCAMP) e outras formas de organização associativa – à exemplo da Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP) – por meio das quais tem realizado convênios para o financiamento de projetos relacionados a diversificação produtiva e/ou desenvolvimento de técnicas alternativas de geração de renda.

Segundo dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) de 2008 existem 109 assentamentos rurais em dezesseis municípios, de um total de trinta e dois que compõem a região do Pontal do Paranapanema, ou seja, 50,0% dos municípios da região contam com pelo menos um assentamento em seu território. A área total destes assentamentos corresponde a 140.272 ha., o que equivale a 34,1% da área total ocupada por assentamentos rurais no Estado de São Paulo que totaliza 411.900 ha. As famílias residentes totalizam 6.111 correspondendo a 38,8% do total do estado que possui 15.757 famílias assentadas.

Neste sentido, os dados e informações obtidos por meio de entrevistas foram confrontados com os dados de fonte secundária, com o intuito de se compreender a atuação e relevância da organização associativa regional.

As informações e dados coletados foram sistematizados e tabulados, sendo empregados na análise do associativismo e do desenvolvimento rural da região do Pontal do Paranapanema.

A hipótese central da pesquisa se consubstanciou em duas questões relacionadas ao processo de organização e funcionamento do associativismo dentre os grupos de pequenos produtores proprietários e os assentados: 1) a organização associativa desenvolvida na região está propiciando a *reprodução social* dos pequenos produtores e assentados? 2) qual(is) a(s) possibilidade(s) de atrelar estas demandas e transformá-las numa estratégia de desenvolvimento rural?

A primeira questão fundamenta-se na estrutura distinta das organizações associativas dos pequenos produtores e dos assentados. De um lado, o grupo de pequenos produtores tende a buscar no associativismo, estratégias para organizar suas atividades produtivas, permitindo a sua inserção competitiva no mercado. Outrossim, este tipo de organização associativa assume um formato objetivamente pautado no aprimoramento da *produção econômica* do grupo. Por outro lado, o grupo de produtores assentados, via de regra, tende a buscar no associativismo, além das estratégias vinculadas à *produção econômica*, outros elementos que levem ao fortalecimento do grupo, e, sobretudo, enfatize a necessidade de reformas estruturais no meio rural. Neste sentido, a organização associativa dos produtores assentados, tende a assumir um formato que se aproxima da *reprodução social*. Essas formas distintas assumidas por estes atores sociais na prática associativa estão vinculadas ao histórico de luta pela terra, ao qual os produtores assentados estiveram envolvidos.

A segunda questão que norteou o estudo está relacionada ao antagonismo existente entre os grupos sociais de pequenos produtores proprietários de terra e os assentados, bem como as diferenças político-ideológicas existentes entre estes atores sociais. Esse antagonismo é inerente à lógica de reprodução ampliada do capital, que via de regra, para atender os interesses da classe social hegemônica, implanta e difunde para o conjunto da sociedade, visões de mundo que aprofundam as divergências e os

embates político-ideológicos entre grupos sociais que fazem parte de uma mesma classe social, influenciando na forma como as ações de cada grupo são avaliadas em outras dimensões como os meios de comunicação, a sociedade civil organizada e, até mesmo, a comunidade acadêmica.

Na atualidade, esse processo é inteligível tanto no âmbito interno de cada grupo social, como na percepção de um grupo em relação ao outro, principalmente no que tange a personificação do pequeno produtor com a elite proprietária rural, que se vislumbra com as potencialidades “abertas” e os números gerados pelo setor do *agribusiness*, ao passo que o assentado acaba sendo considerado como pertencente a um grupo social perversor da ordem e praticante de atividades rurais de subsistência, fadadas ao fracasso, tipicamente de produtores “sem-terra”.

A partir da hipótese central e suas questões correlatas, bem como do referencial teórico que permitiu à análise dos dados e informações disponíveis, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos além da presente introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo apresentamos algumas reflexões acerca do formato de associativismo rural desenvolvido no Brasil bem como a questão da participação como processo imprescindível à organização coletiva da sociedade civil. No segundo capítulo, efetuamos algumas análises em torno do desenvolvimento e do território como dimensões que têm sido apropriadas para a incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil. Para tanto, introduzimos neste debate as formas de organização profissional na agricultura francesa e a sua influência no direcionamento dos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural na realidade européia. No terceiro capítulo realizamos as análises das federações de produtores rurais que foram institucionalizadas na região do Pontal do Paranapanema e, por conseguinte, suas atuações no processo de estruturação de associações agrícolas voltadas à obtenção de recursos públicos oriundos das diferentes escalas e órgãos governamentais. Por fim, o quarto está centrado na análise das principais políticas públicas de desenvolvimento rural desencadeadas a partir da década de 1990 com

destaque à incorporação das abordagens do desenvolvimento local e territorial. Além disso, foram analisados dados e informações representativos dos desdobramentos da delimitação da região do Pontal do Paranapanema como território rural e território da cidadania.

As reflexões apresentadas no decorrer deste trabalho estão longe de esgotar a temática do associativismo e do desenvolvimento rural, sobretudo tendo como base empírica uma região conflituosa como o Pontal do Paranapanema. Mas, esperamos instigar novas leituras acerca da organização da produção familiar e a possibilidade de sua inserção autônoma bem como a sua valorização no conjunto da sociedade brasileira.

2. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos algumas reflexões acerca da questão da organização da sociedade civil por meio do associativismo. Ambos os conceitos – sociedade civil e associativismo - têm sido utilizados em diversas áreas das ciências humanas, sendo inequivocamente vinculados à questão da participação.

O formato de organização da sociedade civil deve ser contextualizado no tempo e no espaço de suas ações para que se possa apreender o nível de protagonismo exercido nas transformações estruturais desencadeadas na sua relação com o poder de Estado, a exemplo das políticas públicas elaboradas para atender a determinada demanda desta sociedade ou frações dela conforme enfatiza Gohn (2008). Além disto,

[...] deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores etc. (GOHN, 2008, p. 9-10).

O associativismo em sua acepção ampla contempla diversas modalidades de organização da sociedade civil, tais como: o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, as associações de bairro, os movimentos sociais, dentre outros.

Contudo, é importante destacar, que a ênfase do nosso trabalho está consubstanciada na modalidade de associativismo vinculada à organização dos produtores rurais familiares por meio de associações de agricultores.

No Brasil tal modalidade de organização dos produtores foi intensificada, sobretudo a partir dos anos 1980 em virtude da crise conjuntural e estrutural da economia que acarretou - dentre outros

processos – a fragilização do modelo de cooperativismo nos moldes que possibilitava a inserção dos produtores familiares.

Pela sua indissociabilidade com o associativismo, faremos um resgate acerca do debate concernente à questão da participação, considerando a sua apropriação pelas agências governamentais para legitimar a inserção do associativismo como estratégia de formulação de políticas públicas de desenvolvimento.

Contudo, sabendo da relevância que as cooperativas agrícolas tiveram na organização da produção familiar no Brasil, faremos a seguir uma breve análise dos pressupostos de surgimento do cooperativismo, entendendo-o como processo inerente às transformações do sistema econômico vigente, que antecedeu o modelo de organização social no espaço rural por meio do formato de associações agrícolas de produção.

2.1. As origens do cooperativismo na sociedade contemporânea

O cooperativismo se configura numa das principais formas de organização coletiva na história das sociedades contemporâneas. O surgimento das primeiras cooperativas datam do início do século XIX, especialmente na Inglaterra e Alemanha. Seus pressupostos são atribuídos à iniciativa de um grupo de trabalhadores da indústria têxtil em Rochdale, que em 1844, constituíram a primeira cooperativa formal, cujos princípios se configuraram em referência mundial ao movimento cooperativista, conforme aponta Rech (1995).

A estruturação das cooperativas no decorrer do século XIX foi sendo influenciada por perspectivas diferenciadas, configurando duas grandes posições acerca do papel e dos objetivos cooperativistas: o ponto de vista socialista e o ponto de vista capitalista.

Pelo viés dos *socialistas utópicos*, a cooperativa era entendida “como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social”, tendo como principal teórico desta linha de pensamento o inglês Robert Owen. Esta

vertente de pensadores do cooperativismo “[...] viam na cooperativa um embrião de uma nova sociedade onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e mesclando interesses pessoais e coletivos”. (RECH, 1995, p. 14).

Contudo, as experiências nos chamados países socialistas, ainda que tenham incentivado a organização do universo camponês de forma cooperativada, não vislumbravam grandes expectativas de transformação social, tendo em vista que o sistema cooperativista era interpretado como um instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como uma atitude autônoma da classe trabalhadora.

Por outro lado, do ponto de vista dos *liberais* e *fisiocratas* capitalistas, o sistema cooperativista, era entendido como uma forma de corrigir as distorções do desenvolvimento do capitalismo, tornando-o mais “humanitário”. Neste sentido “[...] a cooperativa viria atenuar as características egoístas e concentradoras de capital do sistema vigente. Esta foi uma das preocupações do grupo de cidadãos de Rochdale quando fundou a primeira cooperativa oficial da história moderna”. (RECH, 1995, p. 17).

Entretanto, a implantação do sistema cooperativista com base capitalista, trouxe consigo problemáticas diversas, dentre elas se destaca a questão do *lucro*, embora não seja designado com essa nomenclatura e sim sob a denominação de *sobras*, por mais que se apregoem os princípios de eliminação da taxa de lucro (por meio da retenção do excedente e retorno apenas das sobras), costumeiramente se assistiu (e se assiste) a busca pelo lucro nas operações de compra e venda.

Conforme se pode observar, a doutrina de pensamento acerca do sistema cooperativista tradicional no Brasil foi fortemente influenciada pela vertente dos *liberais* e *fisiocratas*, levando em consideração a pauta de ações do grupo de Rochdale.

Especificamente no contexto do movimento cooperativista na agricultura brasileira, as primeiras iniciativas foram estabelecidas no início do século XX, por meio da iniciativa de pequenos produtores, que buscavam comercializar os seus produtos em conjunto, na busca de ampliação da

margem dos rendimentos auferidos por meio da eliminação das ações dos intermediários. Deste modo:

[...] foram fundadas no final da década de 1920 as primeiras cooperativas agrícolas, por produtores de origem japonesa: Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batatas de Cotia, atual Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Agrícola de Juqueri, atual Cooperativa Agrícola Sul Brasil e outras. (FLEURY, 1983, p. 39, grifo nosso).

Até este período, não havia legislação que regulamentasse as ações das organizações coletivas, ou seja, não havia qualquer tipo de interferência do Estado. Contudo em 19 de dezembro de 1932 foi promulgado um decreto-lei (nº. 22.239) regulamentando a constituição e funcionamento das cooperativas, facilitando e simplificando a fundação destas organizações e até mesmo isentando-as de tributações. A partir deste período, o Estado brasileiro não só regulamentou como passou a incentivar a fundação de novas cooperativas, conforme salienta Fleury (1983).

Estes incentivos à formação de cooperativas agrícolas visavam principalmente possibilitar a ampliação da geração de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno. A este respeito Fleury (1983), salienta que:

As razões para esta intervenção do Estado na economia através do cooperativismo, se encontram imbricadas no potencial econômico e ideológico do movimento cooperativista. A nível econômico o cooperativismo pôde ser concebido como elemento fundamental no processo de modernização de produtos agrícolas, facilitando sua integração ao mercado. (FLEURY, 1983, p. 51).

Assim, constata-se que o cooperativismo exerceu um papel primordial no processo de modernização do padrão produtivo agrícola a partir de 1930. Durante a implantação da modernização posterior a década de 1960, as cooperativas mais capitalizadas e conseqüentemente mais consolidadas, se beneficiaram diretamente do acesso a recursos públicos voltados ao

financiamento da agricultura¹. Neste âmbito, Scopinho (2006) salienta que no Brasil:

[...] não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social. Muitos autores remeteram-se à dupla face – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social. (p.3).

Outrossim, pela via institucional o cooperativismo foi um dos esteios da modernização agrícola e o formato de organização dos produtores rurais se consubstanciou na prestação de serviços como a assistência técnica, a intermediação do acesso ao crédito, o processamento de matéria-prima e a sua comercialização, conforme destaca Schneider (1981).

Por sua vez pela via popular, a organização cooperativa ganha expressividade a partir das iniciativas dos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que por sua dimensão política buscou enfatizar a organização da cooperação no plano das relações de trabalho empreendidas internamente aos assentamentos rurais.

Contrapondo-se a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que representa a institucionalização do sistema cooperativista tradicional que, via de regra, corresponde aos interesses dos produtores rurais capitalistas e constituintes do agronegócio, foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) pelo MST:

¹ “Estudos datados das décadas de setenta e oitenta – tempo em que coincide com a chamada ‘modernização’ agrícola brasileira realizada sob a Revolução Verde e com reformulação da legislação cooperativista que resultou na aprovação da lei 5.764 de 16/12/71 em vigor até hoje – demonstram que as cooperativas rurais privilegiam grandes proprietários em detrimento dos pequenos [...], o seu caráter reprodutor de relações sociais capitalistas [...], que elas são instrumento de controle político e social [...]. Esses estudos mostraram como o cooperativismo pode ser usado para favorecer grandes produtores agro-exportadores, minimizando o processo de descapitalização e auxiliando na sobrevivência deles sem, no entanto, alterar a desigualdade social.” (SCOPINHO, 2006, p. 4).

Pode-se dizer que a cooperação somente foi institucionalizada no âmbito do MST na medida em que a pressão social dos assentados conquistou as linhas oficiais de crédito para o financiamento da produção, cujo repasse só é efetivado através de entidades jurídicas que os representem junto ao Estado. A institucionalização foi condicionada por uma imposição do Estado, como forma de controlar o repasse dos recursos financeiros, legalmente destinados à Reforma Agrária. Assim, favorecidos pela Constituição Federal de 1988 e convencidos da necessidade de formalizar um sistema cooperativista alternativo ao existente representado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – os assentados criaram em 1992 a CONCRAB. (SCOPINHO, 2006, p. 9).

Neste contexto, no decorrer da década de 1980, com a crise que passou a assolar o Estado brasileiro, grande parte das cooperativas que se constituíram nos moldes tradicionais de prestação de serviços, foram profundamente afetadas, resultando no fechamento de algumas e diminuição dos capitais fixos de outras. Como exemplo desta desestruturação de cooperativas agrícolas, vale lembrar os casos das Cooperativas Cotia e Sul Brasil, que exerceram papéis relevantes na organização de produtores rurais e, a partir da década de 1980, reduziram sistematicamente o montante de cooperados até serem extintas.

A partir dos fins da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, começa a adquirir relevância na organização coletiva da sociedade rural, o modelo de associações agrícolas que embora similar ao cooperativismo agrícola, deste difere em vários aspectos formais, institucionais e legais, conforme salientado por Araújo (2005).

As informações apresentadas no Quadro 01 permitem comparar as características legais das competências das associações e cooperativas. Dentre os principais elementos que impulsionam os produtores familiares a optarem pelas associações como via institucional mais adequada às suas organizações podem ser destacados em duas prerrogativas, quais sejam:

I) Responsabilidade da condução administrativa recai sobre a diretoria: no caso de endividamento e/ou falência da associação cabe aos dirigentes a busca de soluções para sanar tais problemas, ao contrário das cooperativas em que todos os cooperados são co-responsabilizados conforme a cota-parte. Tal prerrogativa *a priori* inviabiliza a ascensão de dirigentes

oportunistas e/ou mal intencionados que eventualmente possam desviar recursos da entidade.

II) Inexistência de cargos remunerados aos dirigentes: desonera a entidade da criação de estruturas orçamentárias mensais para pagamento de salários aos dirigentes, bem como evita a “profissionalização” nos moldes das cooperativas e sindicatos.

Quadro 01: Comparativo entre associação e cooperativa

Critérios/Organização	Associação	Cooperativa
Definição	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil sem fins lucrativos
Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvimento sua atividade produtiva
Amparo Legal	Constituição Federal (Artigo 5º). – Código Civil	Constituição Federal (Artigo 5º). Código Civil. Lei 5.764/71
Mínimo de pessoas para constituição	Mínimo de 2 pessoas físicas e/ou jurídicas	Mínimo de 20 pessoas físicas (exclusivamente)
Formação de capital social	Não há	Cotas-partes
Geração de receita	Taxas, doações, fundos e reservas	Atividade específica
Formas de gestão	Cada pessoa tem direito a um voto	Cada pessoa tem direito a um voto
Comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários
Área de ação	Limitada a seus objetivos	Limitada a seus objetivos e disponibilidade de participação dos sócios
Retorno dos resultados	Não há. Eventuais sobras são incorporadas ao patrimônio	Conforme decisão da Assembléia Geral e proporcional às operações realizadas pelos cooperantes
Responsabilidade	Da diretoria	Proporcional ao capital subscrito
Remuneração dos dirigentes	Não há. Ressarcimento de despesas	Podem receber pró-labore, conforme definição da Assembléia Geral

Destino do patrimônio em caso de fim da entidade	Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da Assembléia para entidades afins	Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas
---	--	--

Fonte: Adaptado do SEBRAE, 2001.

2.2. O associativismo no Brasil: origens e perspectiva

A organização de associações de produtores familiares, conforme salientado é um fenômeno que adquire expressividade a partir dos anos 1980. Neste sentido, esta modalidade de associativismo rural vem suscitando debates no mundo acadêmico devido a expressividade adquirida em escala nacional, sobretudo dentre àqueles pesquisadores que têm se preocupado com a formulação de políticas públicas voltadas ao universo da produção familiar do campo, na perspectiva do desenvolvimento rural.

A abertura política, ocorrida na década de 1980, trouxe grandes mudanças na conjuntura social e política nacional. Atreladas à crise estrutural da economia brasileira, essas mudanças suscitaram a organização da sociedade civil por meio de grandes mobilizações populares, como a campanha pelas eleições diretas para a presidência da república e a intensificação de greves na cidade e no campo, conforme salientam Costa e Ribeiro (2001) e Pinheiro (2001).

No ambiente acadêmico as interpretações acerca do protagonismo da sociedade civil em torno dessas transformações são paradoxais. De um lado, existem aqueles que compreendem este processo de transição como um “*pacto de elites*, que marcou o fim do regime autoritário [...]” e que,

[...] seria definido como sendo a “transação transada”, indicando, com isso, a preservação dos interesses dos grupos dominantes mesmo com as mudanças institucionais e políticas em curso

naquele momento. (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988 *apud* PINHEIRO, 2001, p 340).

Por outro lado, outros autores compreendem esse processo de mobilização popular como uma retomada de um processo de organização que tinha sido gestado no período dos governos populistas que precederam a ditadura militar e que permaneceram engessados durante o regime e ressurgiram com força com a abertura democrática, trazendo à cena novos atores sociais conforme salientado por Sader (1988).

Na verdade, a análise das transformações desse período não pode ser restrita a enfoques isolados desses processos. São fenômenos que ocorreram imbricadamente e que possuem como elemento central a crise estrutural da economia que afetou a sociedade brasileira como um todo, mas que trouxe resultados drásticos para a classe trabalhadora, historicamente fragilizada.

Neste período este segmento da sociedade pode expressar abertamente a situação de penúria a qual foi submetida no decorrer da ditadura militar. Lamounier (1987) *apud* Pinheiro (2001) salienta que mais do que conceder o direito a voz ativa, houve uma “eclosão de demandas”, “[...] à medida que aumentava a capacidade de expressão dos grupos excluídos, novas demandas eram colocadas no cenário político.” (p. 340).

Se analisássemos as dimensões do processo de exclusão de forma segmentada poderíamos dizer que no decorrer da ditadura, “a exclusão social era muito maior do que a exclusão política” (PINHEIRO, 2001, p. 340). Contudo, neste período, o processo de exclusão aniquilou a sociedade em suas múltiplas dimensões como a econômica, a social, a política e a cultural.

No tocante ao espaço rural são diversas as interpretações acerca dos motivos que levaram ao crescimento da organização dos produtores rurais em associações agrícolas. Dentre a diversidade de compreensões, Pinheiro (2001) destaca que, via de regra, a organização de produtores está relacionada a temas como,

a obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país. (PINHEIRO, 2001, p. 339).

Visando acalmar os ânimos e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro – as políticas públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações.

Deste modo, as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro, tanto pela possibilidade de obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quando pela necessidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais.

As associações, bem como as cooperativas que ainda permanecem organizando a produção familiar – sobretudo nos assentamentos rurais, vêm se articulando como importante estratégia de reprodução. A reprodução dos produtores familiares pode ser entendida em suas múltiplas dimensões, que abrangem desde a economia, a política, o social até a cultura.

É importante frisar o entendimento acerca do conceito de estratégia, tendo em vista a multiplicidade de compreensões que o cercam. Neste sentido, estamos nos apoiando na concepção de Pitrou (1963) apud Antuniassi *et al.* (1993) que parte do:

[...] pressuposto que existe um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais por mais desconstruídas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica. (ANTUNIASSI *et al.* 1993, p. 126).

As referidas autoras salientam a relevância de se considerar na análise a dimensão temporal das ações dos agentes sociais em questão, conhecendo o seu passado e as suas raízes sociais.

A multidimensionalidade das estratégias das associações pode ser atingida objetivamente a partir do momento em que o nível de participação for organizado numa perspectiva estrutural que garanta um determinado grau de autonomia e/ou empoderamento do aparelho estatal, na perspectiva do que alguns autores compreendem como controle democrático da sociedade sobre o Estado. Neste patamar, as associações não se restringem meramente a ter acesso ao crédito ou tecnologias, mas sim a busca e a garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros segmentos da sociedade.

Sabemos que a sociedade está organizada por grupos sociais que pertencem e representam diferentes interesses de classe. Assim, na correlação de forças intrínsecas a dinâmica da sociedade existe àqueles que se empenham em transformar ou manter posições em relação aos investimentos de capital, acesso a tecnologia, dentre outros, conforme nos remete as idéias de campos de força de Bourdieu (1998).

Destarte, o acesso às benfeitorias e direitos, não são garantidos como concessões, mas sim enquanto conquistas, pois [...] “la participación no es algo que se concede, como algunos parecen presumir: és simplemente el derecho del, a decir su palabra, a decidir sobre su próprio destino” (ANDER 1974, p. 188 *apud* LISBOA, 2001).

Neste íterim, as associações na medida em que permitem a identidade coletiva do grupo em torno de uma ou várias reivindicações podem fazer

[...] ressurgir como campos de força, também chamados de campo político ou “espaço público”, o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de idéias e pessoas e a identidade grupal. Associações e cooperativas exercem paradoxalmente esse poder. Tanto elas podem constituir um campo de força em favor dos interesses do trabalhador, como um ambiente

de alienação. Para entendê-las é preciso enxergar como elas elaboram e exprimem seus interesses coletivos, o modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais. (LISBOA, 2001, p. 209).

Esse paradoxo que o associativismo representa, vincula-se a forma como vem sendo induzido pelo Estado, na perspectiva de controlar as ações dos grupos sociais. Portanto, a clareza de objetivos do grupo deve ser considerada quando se analisa uma dada realidade de organização coletiva via associações. Assim quando a

[...] sociedade reavalia suas possibilidades de conquistas e começa a desempenhar função de personagem no processo de estrutura e de poder reconhece-se como ameaçada. Há por fim um confronto constante entre quem se liberta da dominação e quem quer sempre dominar. É o entendimento desses pólos que define os adversos caminhos a serem percorridos por dominados e dominadores. [...] Em síntese, é no cotidiano de cada organização que se subtrai a probabilidade de criação do espírito crítico do associado. [...]. (LISBOA, 2001, p. 214)

A capacidade crítica da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades. Via de regra, quando não são supridas as necessidades imediatas, como acesso a recursos financeiros ou melhoria da comunidade local, o grupo tende a se dispersar, aumentando a sua debilidade face ao aparelho de Estado e/ou grupos de poder que consideram a organização popular uma ameaça.

Assim, a capacitação permanente atrelada ao processo de conscientização política são elementos fundamentais para sedimentar o pertencimento do indivíduo ao grupo no qual está circunscrito. Portanto,

[...] as reuniões, os encontros, as propostas e os enfrentamentos ou confrontos dos grupos com outros grupos são constitutivos de uma identidade coletiva. Neles, os trabalhadores começam a se dar conta do estado de injustiça em que se encontram e de que enfrentam problemas afins. No grupo encontra força e resistência e o indivíduo se fortalece e reconhece que seus direitos tornam-se as suas próprias leis. (LISBOA, 2001, p. 278).

A relevância da identidade coletiva deve ser uma constante, pois a “[...] *força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo*. Isso tem sido demonstrado através da história, nos mais diversos lugares e nas mais diferentes situações”. (DALLARI, 1984, p. 44).

Diante do processo de descentralização das responsabilidades do Estado, as associações acabam assumindo um lugar exponencial na intermediação deste com a sociedade civil local. Assim, por meio de um associativismo autônomo é possível que o grupo social exerça o papel de fiscalizador e reivindicador perante as instâncias governamentais.

Nestes termos, Lisboa (2001), salienta que é no “[...] embate entre o Estado e os atores, que concretamente produz o espaço, que preenche o cenário de adversidades, refletindo-se na força do lugar. A força do lugar é tanto maior quanto mais coesa esteja a comunidade. [...]”. (p. 319).

Por sua vez, Pinheiro (2001) ressalta que as associações se configuram num tipo de organização ideal da sociedade civil, pois combinam, “[...] a possibilidade de participação democrática de todos os membros com as vantagens de uma coletividade organizada, pensada em termos de uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo”. (p. 348).

A base de atuação na escala local consiste num dos principais aspectos que tem suscitado controvérsias dentre àqueles que defendem a capacidade transformadora do associativismo e àqueles que o renegam. Para Araújo (2005), a ênfase no local não tira da associação a sua possibilidade de articulação externa, “[...] uma vez que este é um processo essencialmente dialético”. (p. 8).

Scherer-Warren (2006), procura entender as articulações da sociedade civil organizada a partir de vários níveis de interesses que inclui desde reivindicações por políticas públicas até protestos, manifestações e pressões políticas. Ademais propõe a compreensão dessas articulações a partir de três níveis de ação, quais sejam:

- 1) *O associativismo local* entendido a partir das associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais

ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais que constituem o chamado terceiro setor.

2) *Formas de articulação inter-organizacionais*, que são constituídas pelos fóruns organizados pela sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, “[...] que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”. (SCHERER-WARREN, p. 111)

3) *Mobilização na esfera pública* que são o resultado da articulação das ações dos atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes,

mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WARREN. p. 112).

A articulação das ações da sociedade civil organizada resulta no que Scherer-Warren (2006) busca elaborar teórico-conceitualmente como *rede de movimento social*, que:

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas.

A idéia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (p. 113).

Consideramos relevante este esforço de compreensão dos níveis de ação, articulação e organização da sociedade civil como uma rede, sobretudo no que concerne a capacidade de fortalecimento da identidade coletiva do grupo, que no processo de interação tende a fortalecer a territorialidade das

associações, a partir do reconhecimento da realidade social e das necessidades locais, conforme salienta Lisboa (2001).

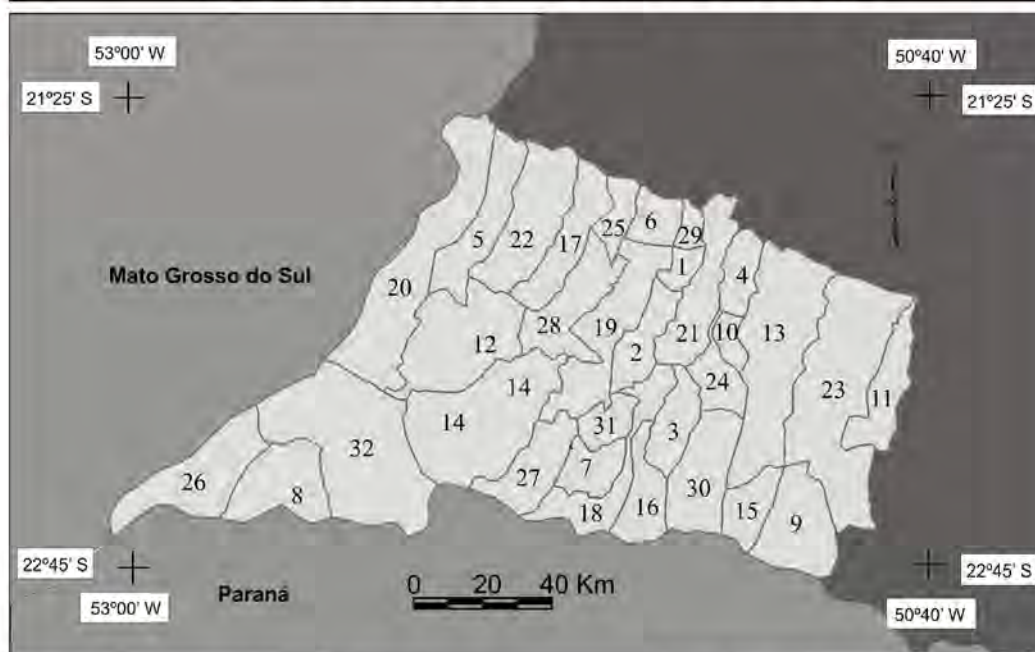
A visão estrutural e conjuntural da sociedade é fundamental para conferir autonomia à organização coletiva, sobretudo quando se considera o perfil político-ideológico da figura do líder.

No que tange a realidade do associativismo rural organizado por produtores familiares Lacki (1997) *apud* Araújo (2005), defendendo uma atuação mais autônoma e protagonista dos agricultores, propõe um conjunto de três ‘pilares’ como elementos primordiais para garantir a sustentabilidade a estes sistemas de organização: i) tecnologia adequada e apropriada aos pequenos produtores, ii) capacitação permanente e iii) organização contínua para a atuação de forma coletiva.

Na prática associativa estes três pilares devem ser conduzidos articuladamente, sobretudo quando se pensa na dimensão da participação dos agentes componentes do grupo. De acordo com Bordenave (1986), a participação incita a organização e esta promove e conduz à participação, de modo que a medida que a participação é promovida, pode ocorrer uma transformação das pessoas. Isso quer dizer que pessoas que antes eram passivas e resignadas, depois de um processo participativo, muitas vezes podem se tornar ativas e críticas.

Consideramos fundamental, uma reflexão concernente ao conteúdo do associativismo dentre o grupo social que nos propusemos a compreender na região do Pontal do Paranapanema. O mapa com os municípios que constituem a área de estudo pode ser visualizado na Figura 01.

FIGURA 1 - REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA
Mapa de Localização no Estado de São Paulo



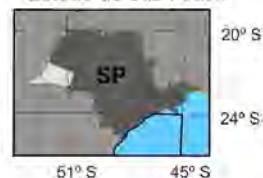
Fonte: UNIPONTAL - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

Elaboração: Adriano Rodrigues de Oliveira, 2006

Identificação dos Municípios

01 - Alfredo Marcondes	18 - Pirapozinho
02 - Álvares Machado	19 - Presidente Bernardes
03 - Anhumas	20 - Presidente Epitácio
04 - Caiabu	21 - Presidente Prudente
05 - Caiuá	22 - Presidente Venceslau
06 - Emilianópolis	23 - Rancharia
07 - Estrela do Norte	24 - Regente Feijó
08 - Euclides da Cunha Paulista	25 - Ribeirão dos Índios
09 - Iepê	26 - Rosana
10 - Indiana	27 - Sandovalina
11 - João Ramalho	28 - Santo Anastácio
12 - Marabá Paulista	29 - Santo Expedito
13 - Martinópolis	30 - Taciba
14 - Mirante do Paranapanema	31 - Tarabai
15 - Nantes	32 - Teodoro Sampaio
16 - Nandúba	
17 - Piquerobi	

Localização no Estado de São Paulo



Legenda

- Limite Estadual
- Limite Municipal

Estamos designando pequenos produtores *proprietários* àqueles que tiveram acesso à terra por meio de compra e/ou herança e; produtores *assentados* àqueles que tiveram acesso à terra por meio das reivindicações organizadas por movimentos sociais de luta pela terra.

De um lado, o grupo de produtores *assentados* tende a buscar no associativismo, estratégias para organizar suas atividades rurais e superar as barreiras impostas pelas diferentes formas de capital que se apropriam da renda produzida, fazendo com que a associação assuma um formato que aprimore cada vez mais a produção econômica do grupo.

Por outro lado, o grupo de produtores *assentados*, via de regra, tende a buscar na associação além das estratégias vinculadas à produção econômica, outros elementos que levem ao fortalecimento do grupo e, sobretudo, enfatize a necessidade de reformas estruturais no meio rural. Neste sentido, a organização associativa dos produtores assentados tende a assumir um formato que se aproxima mais da reprodução social.

Essas formas distintas assumidas por estes atores sociais na prática associativa estão inegavelmente vinculadas ao histórico de luta pela terra, ao qual os produtores *assentados* foram submetidos.

Em relação ao conteúdo, ou seja, como o associativismo, é encarado por estes dois grupos sociais, observa-se um determinado “estranhamento” existente entre os produtores *assentados* e os *tradicionais*, que está pautado, sobretudo nas diferenças político-ideológicas, principalmente no que tange ao pertencimento ao grupo social. Tal estranhamento pode conduzir a um antagonismo que é inerente à lógica de reprodução ampliada do capital, que via de regra, para atender os interesses da classe social hegemônica, implanta e difunde para o conjunto da sociedade, visões de mundo que aprofundam as divergências e os embates político-ideológicos entre grupos sociais que fazem parte de uma mesma classe social, influenciando na forma com que as ações de cada grupo passa a ser avaliada por outros segmentos da sociedade, principalmente a partir dos meios de comunicação.

Na atualidade, esse processo é inteligível tanto no âmbito interno de cada grupo social, como na percepção de um grupo em relação ao outro, principalmente no que tange a personificação do pequeno produtor convencional com a elite proprietária rural, que se vislumbra com as potencialidades abertas e os números gerados pelo setor do *agribusiness*, ao passo que o assentado acaba sendo considerado como pertencente a um grupo social perversor da ordem e praticante de atividades rurais de subsistência, fadadas ao fracasso, tipicamente de produtores “*sem-terra*”.

Contudo, torna-se relevante e salutar o aprimoramento da organização associativa, sobretudo, a partir do maior engajamento, interlocução e, principalmente, a aproximação entre estes grupos sociais, que na realidade estão submetidos à mesma lógica hegemônica de apropriação dos recursos produzidos por estes produtores familiares, na medida em que àqueles que não se inserem e/ou não acompanham a competitividade imposta pelas formas assumidas pelo capital para controlar o espaço rural na atualidade, acabam sendo expropriados, caso não desenvolvam estratégias de (re)produção socioeconômica.

Para Bourdieu (1997) as estratégias adotadas pelos sujeitos sociais não devem ser reduzidas à dimensão econômica, tendo em vista que mesmo que objetivamente as ações sejam orientadas para a obtenção do lucro, por meio do êxito na atividade econômica, subjetivamente, estes sujeitos sociais podem contemplar dimensões que ultrapassam a materialidade econômica.

Incorporando esta análise para a compreensão do associativismo rural, pode-se inferir que na organização de uma associação, mesmo que os produtores familiares objetivamente vislumbrem a produção econômica, subjetivamente eles podem alcançar a reprodução social do grupo e, conseqüentemente a dinamização da unidade familiar que cada sujeito pertence.

Isto remete à necessidade de se pensar formas de aproximar os grupos sociais em questão e, por conseguinte, reencontrar os projetos político-ideológicos destes sujeitos sociais que conduzem o processo

produtivo no meio rural, tendo como principal trunfo a força do trabalho familiar.

No tocante ao universo da análise dos produtores *assentados* o contingente de associações é variável denotando o caráter efêmero e vinculado ao estabelecimento de convênios junto às agências governamentais. Contudo, este quadro não é muito divergente do formato pelo qual vêm sendo institucionalizadas as associações vinculadas à Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) criada em 6 de outubro de 2005, notadamente sob influência do corpo técnico da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP).

A institucionalização da Famhesp evidencia o intuito de estimular a participação em nível da unidade física de gerenciamento adotada – as microbacias hidrográficas – e consolidar as ações provenientes da primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), implantado no Estado São Paulo, a partir de um convênio firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O estímulo a participação do principal público alvo – os produtores rurais – nas associações institucionalizadas em nível municipal que por sua vez se vinculam a Famhesp, denota um formato de organização associativa pautada na perspectiva integracionista para obtenção dos benefícios de uma determinada política de desenvolvimento rural. Note-se a influência do paradigma do desenvolvimento sustentável difundido mundialmente a partir dos anos 1980 por agências multilaterais como a FAO e o Banco Mundial.

A abrangência estadual da Famhesp é facilitada pelo atrelamento a base localista pela qual a CATI estrutura-se em São Paulo em parceria com as casas de agricultura municipais. Assim, a federação contabilizava no estado, o montante de 418 associações. Deste total, aproximadamente 10% foram constituídas na região do Pontal do Paranapanema, conforme pode ser visualizado na Tabela 01.

Tabela 01: Associações de produtores rurais proprietários de terra na região do Pontal do Paranapanema-SP

Nº	Município sede	Localização da associação	Razão social da associação
01.	Alfredo Marcondes	Silveirópolis - Córrego Montalvão	APR de Alfredo Marcondes – APRAM
02.	Álvares Machado	Córrego da Paca e Macaco	AMPR do B. Km.4 Álvares Machado
03.	Anhumas	Córrego Santo Anastácio	APR de Anhumas - APRA
04.	Caiabu	Córrego Santa Tereza	APR de Caiabu
05.	Emilianópolis	Córrego do Bonfim	APR de Emilianópolis
06.	Estrela do Norte	Córrego Água do Palmital	APR do Bairro Rebojo
07.	Iepê	Ribeirão dos Patos	Assoc. de Desenv. Comunitário de Iepê
08.	Indiana	Córrego Santa Maria	APR do Bairro Sete Copas
09.	João Ramalho	Córrego Santo Inácio	APR do Município de João Ramalho
10.	Martinópolis	Córrego Alegrete	APR de Martinópolis - APRUMAR
11.	Nantes	Córrego Coroados	APPR de Nantes
12.	Narandiba	Córrego das Laranjeiras	APR MBH do Córrego Laranjeiras
13.	Pirapozinho	Ribeirão Laranjeiras	APR de Pirapozinho
14.	Presidente Bernardes	Córrego Guaruaia	APPR Bç. Bela Vista e adjacências
15.	Presidente Bernardes	Rio Santo Antônio	CEDAP- Centro de Def e Apoio Peq. Prod. Rurais B. Sto. Antônio
16.	Presidente Bernardes	Rio Santo Antônio	APR do Distrito de Araxans
17.	Presidente Prudente	Córrego da Onça II	APR de Montalvão
18.	Presidente Prudente	Córrego do Cedrinho	Ass.de Peq. Méd. Prod. Rur. B. Aeroporto
19.	Presidente Prudente	Córrego do Pereira	Ass.de Peq. Méd. Prod. Rur. de Eneida
20.	Rancharia	Ribeirão Capivari	APR de Agisse
21.	Rancharia	Gardênia	Assoc. Produtores Rurais de Gardênia
22.	Regente Feijó	Córrego Água da Araponga	APR do B. S. Sebastião
23.	Regente Feijó	Córrego Palmitalzinho	APPR do Bairro Palmitalzinho
24.	Sandovalina	Córrego do Arara	APR do B. Alberto Sanfelici de Sandovalina
25.	Santo expedito	Córrego do Timbó	AMB Timbó Expediteense
26.	Taciba	Córrego Formiga	APR de Taciba
27.	Tarabai	Ribeirão Bandeirantes Rebojo	APR de Tarabai
28.	Caiuá	Córrego Água da Invernada	APR MB do Cór. Água da Invernada
29.	Caiuá	Córrego Caiuazinho	APR da M.B.H. do Córrego Caiuazinho
30.	Euclides da Cunha	Córrego da Anta	APR da Microbacia do Córrego da Anta
31.	Marabá Paulista	Córrego Areia Branca	APR do Córrego Areia Branca
32.	Marabá Paulista	Microbacia Córrego do Sagüi	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Sagüi
33.	Mirante do Paranapanema	Córrego do Veado	APR da M.B.H. do Córrego do Veado
34.	Piquerobi	Córrego São Bartolomeu	APR da MBH do Córrego São Bartolomeu
35.	Presidente Eptácio	Córrego Bandeirantes	APR do Córrego Bandeirantes
36.	Presidente Venceslau	Córrego da Colônia	Associação dos Produtores Rurais da Alta Sorocabana
37.	Presidente Venceslau	Córrego do Veado	APR da Microb. do Córrego do Veado
38.	Ribeirão dos Índios	Córrego Ribeirão dos Índios	APR da MBH do Córrego Ribeirão dos Índios
39.	Rosana	Córrego 68	Assoc. dos Prod. Rurais do Córrego 68
40.	Santo Anastácio	Córrego Vai e Vem	APR da MBH do Córrego Vai e Vem
41.	Teodoro Sampaio	Córrego Águas Claras	APR da MBH do Córrego Águas Claras

Fonte: FAMHESP, dezembro de 2007.

É importante frisar que o estímulo à criação de associações se remete a um período anterior à própria institucionalização da federação. As associações existentes previamente - diversas delas inativas - começaram a ser incentivadas e/ou reavivadas pelo corpo técnico da CATI para desempenharem as funções de agentes participativos no processo de implantação e consolidação do PEMH, tendo em vista que a participação se constituía num dos pressupostos centrais para o êxito das ações da primeira fase do programa, e, sobretudo viabilizar a continuidade das ações por meio de um novo convênio firmado com o Banco Mundial que se constitui na segunda fase PEMH que passa a ser denominado Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II “*Acesso ao Mercado*”). (CATI, 2009).

De acordo com as informações obtidas no **Encontro Regional de Fortalecimento do Associativismo**, promovido pelo Escritório Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente em setembro de 2007, em 2002 o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas contabilizava 175 associações cadastradas para serem contempladas com os recursos destinados aos produtores.

Entre 2002 e 2007 houve ampliação de aproximadamente 140% no número de associações vinculadas ao PEMH, o que legitima a criação da Federação no intuito de intermediar as relações entre associados e os gestores do programa. É importante frisar que o primeiro diretor a presidir a Famhesp, Leonildo Moreira, exercia previamente o papel de liderança como presidente da Associação de Produtores Rurais de Agissê, distrito localizado no município de Rancharia que integra a região do Pontal do Paranapanema e o vice-presidente, Sr. Osvaldo Dias, sempre exerceu liderança junto a Associação Agrícola de Junqueirópolis que destaca a região de Dracena-SP como a principal produtora de acerola no estado de São Paulo.

As atividades da Famhesp têm sido desenvolvidas em parceria com a CATI, promovendo encontros, palestras e cursos de capacitação junto às associações federadas - a exemplo do Encontro de Fortalecimento do

Associativismo - realizado em Presidente Prudente, conforme pode ser evidenciado nas figuras 02 e 03.



Figura 02: Encontro de Fortalecimento do Associativismo. No detalhe, o presidente da FAMHESP – Leonildo Moreira acompanhado de presidentes de associações da região do Pontal do Paranapanema.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Autor. Adriano Rodrigues de Oliveira.



Figura 03: Produtores e técnicos da CATI presentes no Encontro de Fortalecimento do Associativismo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Autor. Adriano Rodrigues de Oliveira.

No tocante às associações organizadas pelos produtores assentados, segundo informações disponibilizadas pela diretoria da Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP), em 2007 havia 42 associações em funcionamento. Uma sub-sede da federação foi instalada no município de Mirante do Paranapanema (ver Figura 04) tendo como primeiro presidente o Sr. José Eduardo Gomes de Moraes, que também presidiu a Associação Amigos de Teodoro Sampaio no município de Teodoro Sampaio (AATS).

Um dos aspectos que se destaca na atuação da Faafo é a sua atuação na intermediação dos interesses dos assentados junto às instâncias governamentais como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), prefeituras, dentre outros. Ademais, busca articular ações vinculadas à questão fundiária regional, pelo fato de ter sido organizada por lideranças regionais dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre elas José Rainha Júnior.

As possibilidades de expansão da atuação da federação têm sido ampliadas, por meio do convênio firmado com a Petrobrás, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para a implantação de um Projeto de Biodiesel, a ser extraído do pinhão-mansão, (*Jatropha curcas*), uma oleaginosa que tem se apresentado como promissora para a produção do biodiesel em virtude de sua fácil adaptação em solos pouco férteis e regiões com baixo índice pluviométrico. Segundo consta, o projeto prevê o pagamento de um salário mínimo por mês a cada família participante nos primeiros anos de desenvolvimento da atividade. (ver Figura 05).



Figura 04: Antiga sub-sede administrativa da FAAFOP, no município de Mirante do Paranapanema-SP.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Autor. Adriano Rodrigues de Oliveira.



Figura 05: Vista de uma plantação experimental de pinhão-mansão.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Autor. Arquivos da FAAFOP.

As informações pormenorizadas acerca das associações que integram a Faaafop não têm sido sistematizadas adequadamente, na medida em que não possuem um banco de dados com o número e a localização das

entidades federadas, o que demonstra uma desarticulação resultante do viés *top-down* da formação de associações, ou seja, tais organizações têm sido criadas pela ingerência direta de lideranças da federação e não pela iniciativa de grupos de produtores assentados.

Outro aspecto que cabe ser destacado é o fato de que a Famhesp tem atuado também na organização de associações nos assentamentos rurais. Isso porque a sua abrangência tem como recorte territorial a unidade da microbacia hidrográfica. Assim, numa mesma unidade territorial podem coexistir produtores assentados e pequenos produtores proprietários.

Deste modo, no que concerne a atuação das duas federações, constatamos que existem associações que estão vinculadas tanto à Faafof quanto à Famhesp, conforme a abrangência do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, programa governamental indutor desta última entidade federativa.

Neste ínterim, faremos a seguir a análise do conceito de participação com o intuito de aprimorar a visão acerca do associativismo, sobretudo no que concerne a questão da autonomia de ação dos grupos sociais que designamos de produtor tradicional e produtor assentado na sua inserção nestas entidades federativas.

2.3. Participação: abordagens e concepções

Associativismo e participação são processos indissociáveis. Portanto, para uma melhor compreensão acerca do associativismo no meio rural, consideramos relevante uma análise acerca do conteúdo assumido pela participação na trajetória do desenvolvimento brasileiro.

Em sua acepção ampla o conceito de participação deve estar atrelado a dimensão social e configuraria o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada (AMMANN, 1980).

Tal perspectiva nos induz a pensar a participação como um processo em que *todos* os sujeitos que compõem a sociedade possam se apropriar das riquezas geradas no desenvolvimento da própria sociedade, o que pressupõe, sobretudo uma divisão mais igualitária dos meios de produção e das forças produtivas existentes.

Entretanto, a participação tem adquirido grande ressonância nas últimas décadas em escala global, sendo conclamada tanto por setores progressistas como por setores conservadores da sociedade. A explicação desta apropriação se deve ao fato de que “[...] a participação oferece vantagens para ambos. Ela pode se implantar tanto como objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns”, conforme ressalta Bordenave (1986, p. 12).

Destarte, percebemos que o conceito de participação invariavelmente está relacionando com o desenvolvimento. Historicamente no Brasil, as instâncias governamentais têm atribuído à participação popular como um dos elementos imprescindíveis para a concretização dos programas de desenvolvimento. Neste ínterim percebemos que a relação da participação com o desenvolvimento vem sendo enfocada sob dois ângulos distintos: o do governo e o da população,

Do ponto de vista do governo, a participação do povo é considerada fundamental para o desencantamento ou aceleração do processo de desenvolvimento. Significa o esforço, a contribuição de “todos” e de “cada um” em prol do desenvolvimento. Para a população, a participação representa, em primeira instância, o usufruto dos benefícios desse desenvolvimento como um direito que lhe é devido. (FARIAS, 1981, p.16).

Outrossim, essa multiplicidade de interesses em torno da participação nos leva a pensar o conteúdo da participação existente no discurso do desenvolvimento difundido no Brasil paulatinamente a partir dos anos 1950.

Ammann (1980) nos fornece um amplo debate acerca dos significados da participação ao propor o seu entendimento atrelado ao conteúdo da

disciplina Desenvolvimento de Comunidade, que foi apropriada pelos diferentes programas de desenvolvimento implementados pelo Estado brasileiro no decorrer da segunda metade do século XX.

Com base no arcabouço teórico desenvolvido por Gramsci, a Ammann (1980) busca entender o Desenvolvimento de Comunidade como representante de uma “ideologia e uma política proposta por organismos internacionais, absorvida e difundida pelas classes dirigentes e pelas organizações privadas, com a mediação de seus intelectuais, recebendo amplo respaldo do Estado. [...]” (AMMANN, 1980, p. 19).

Neste sentido, o Desenvolvimento de Comunidade, como prerrogativa para a participação da sociedade, é difundido num momento histórico em que as grandes potências da época – Estados Unidos e URSS – travam a chamada “guerra fria” pela supremacia econômica, política e ideológica. (AMMANN, 1980).

Preocupados com a possibilidade do avanço do socialismo em outras regiões periféricas, os Estados Unidos buscaram consolidar as relações bilaterais estabelecendo parcerias com os países subdesenvolvidos. “[...] creio que devemos oferecer aos países amigos da paz, afirmava Truman em seu discurso de posse, os benefícios do nosso cabedal de conhecimentos técnicos e ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor”. (AMMANN, 1980, p. 30).

Atrelado ao projeto estadunidense, as agências multilaterais de desenvolvimento – sobretudo os projetos da ONU - seguindo as recomendações de seus especialistas, despertaram para a necessidade de direcionar os seus programas de desenvolvimento à inclusão das populações pobres envolvidas no processo.

Chegou-se à conclusão de que quando as populações locais eram envolvidas nos projetos e deles participavam ativamente, obtinham-se melhores resultados, com muito menos esforço, mesmo em termos puramente financeiros. (RAHNEMA, 2000, p. 192).

Dentre as metas de consolidar as alianças no Brasil, constava a necessidade de implantar um processo de modernização que consolidasse as relações tipicamente capitalistas no campo brasileiro. Por conseguinte, se consolidaria o processo de industrialização que demandava tanto os produtos primários provenientes da agricultura, quanto necessitava da mão-de-obra que seria liberada do campo pelo incremento tecnológico.

Nesta perspectiva, a participação vai sendo paulatinamente incorporada no discurso governamental, tendo como base de ação o local, em bases municipais estendendo-se no máximo ao enfoque regional. Os moldes da apropriação do conceito são estabelecidos numa apreensão estática dos processos sociais que se realizam na dimensão do local, numa aceção pretensamente acrítica e apolítica na medida em que [...] “camufla as relações de dominação vigentes no campo – e pretende que autoridades, fazendeiros, colonos e assalariados ‘se sintam reunidos em igualdade de condições’ [...]”. (AMMANN, 1980, p. 45).

Isto quer dizer que a conflitualidade que potencialmente existia na base de atuação das políticas governamentais era suprimida seja pela ação da força ideológica de cooptação das classes dominantes, seja pelo aparelho de repressão estatal.

Se na fase dos governos populistas – a exemplo de JK e Jânio Quadros – a participação era incorporada com o viés fortemente ideológico no sentido de manter ao menos do ponto de vista do discurso a necessidade de mudanças estruturais para o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional, no período ditatorial iniciado com o golpe militar de 1964, o conteúdo da participação vai sendo paulatinamente voltado meramente ao processo de “desenvolvimento econômico”. A política educacional, por exemplo, “[...] passa a assumir relevância pelo fato de produzir uma taxa de retorno para a nação e o educando é encarado como ‘capital humano’ indispensável e estratégico para o desenvolvimento econômico”. (AMMANN, 1980, p.106).

A tônica das políticas de planejamento estatal, por meio dos planos de desenvolvimento econômico (I e II PND) implementados pelos governos

militares era prioritariamente enfatizar o crescimento econômico - que por meio da criação de infra-estruturas, como rodovias, construção de usinas hidrelétricas e fortalecimento do setor siderúrgico -, beneficiando a expansão e consolidação do capital monopolista nacional e internacional.

Neste sentido, a participação popular é capturada numa perspectiva integracionista e direcionada a contribuir para a consolidação do projeto de desenvolvimento estabelecido pela aliança entre o Estado e o capital privado nacional e estrangeiro. Assim, visando “modernizar” a agricultura brasileira, o Estado por meio do II PND, estimula “[...] formas de organização dos produtores, especialmente cooperativas, objetivando o ganho de escala nas operações de compra e venda, assistência técnica e prestação de serviços”. [...]. (AMMANN, 1980, p.111).

Difunde-se o imaginário de que as condições precárias da classe trabalhadora da cidade e do campo seria decorrência imediata da falta de participação e/ou colaboração aos programas de desenvolvimento governamentais. Para Farias (1981), encarar a ausência da participação como responsável pela marginalidade, é não questionar o sistema vigente e sim, a integração ou não, dos indivíduos a ele. [...]. (p. 20).

O aparato ideológico que está por trás desse discurso desenvolvimentista governamental de atrelar a participação ao desenvolvimento na perspectiva integracionista, pode ser vislumbrado na ótica linear de entendimento do desenvolvimento expresso na célebre máxima “primeiro é preciso deixar o bolo crescer, para depois dividir”, do ministro da fazenda à época dos governos Costa e Silva e Médici, Antonio Delfim Neto, que estava à frente daquele ministério no período do “milagre econômico” brasileiro entre o final dos anos 1960 e o início dos 1970.

Atentando para esse viés ideológico inerente aos programas governamentais, Farias (1981) destaca que “[...] buscar a participação dentro dos limites de adesão aos planos de desenvolvimento, é limitar o seu alcance e correr o risco de criar ilusões na população em torno do significado mais amplo da participação. [...]”. (p. 26).

Neste ínterim é que ao estimular o cooperativismo agrícola, o Estado consegue por um lado, intensificar o processo de subordinação da agricultura a outros segmentos da economia, tais como a indústria e o sistema financeiro, resultando na constituição dos Complexos Agroindustriais, como ressalta, dentre outros autores, Müller (1989). Por outro lado, possibilita o esvaziamento populacional do campo, possibilitando o fornecimento dos alimentos necessários à reprodução da força de trabalho por um custo mais baixo da mão-de-obra para a indústria emergente e abrindo espaço para a expansão das monoculturas de exportação.

Deste modo, constatamos que o conteúdo da participação estimulada pelo aparato estatal brasileiro a partir dos anos 1950, esteve indubitavelmente vinculado a manutenção da ordem instaurada pela hegemonia do sistema econômico e pelo controle da sociedade civil, conforme salienta Ammann (1980),

[...] a participação passa a ser concebida como uma “função” da integração social e esta é traduzida pela adesão às plataformas das classes dominantes, segundo sua aceção de desenvolvimento. [...] **a participação representa uma forma pela qual os membros de uma sociedade dada legitimam o sistema de poder e de que o Estado assegure, pelo aparato legal, o império da integração, de modo a evitar os conflitos e propiciar o equilíbrio e a ordem do sistema social.** (p.138. grifo nosso).

Neste sentido, torna-se relevante resgatar o conceito de participação, buscando superar a ótica da integração historicamente apropriada e difundida pelas instâncias governamentais – sobretudo durante o regime militar -, para uma visão ampla e multidimensional da participação, que destaque dentre outras as dimensões a capacidade de ação e de transformação da realidade. Isso coloca a necessidade de uma análise processual sob a perspectiva estrutural da sociedade.

A diferença básica entre as duas abordagens, é que, na estrutural, desaparece o termo marginalidade. A análise não parte do consenso de que existem grupos integrados ou não integrados à sociedade, mas, de que todos estão inseridos numa determinada formação

econômico-social. Nessa ótica, a participação na economia não é entendida a partir do que os indivíduos consomem ou do quanto consomem e sim, de como se dá o processo de produção – o que no conjunto, corresponde a “quem”. (FARIAS, 1981, p. 26).

De acordo com Rodriguez e Valenzuela (1976) *apud* Farias (1981),

[...] o conceito de participação estrutural se coloca dentro da crítica aos marcos expostos pela teoria da ‘Marginalidade-Integração’ ao sistema capitalista de produção e adota os que se desprendem da busca de superação da dependência interna e externa [...] significaria também, trocar o vocábulo de não participação econômica pelo de exploração, que é a forma de participação dos que não possuem os meios de produção e o de não participação política devido a falta de integração interna pela falta de poder político, devido aos mecanismos de alienação e repressão de e sobre as classes trabalhadoras ou potencialmente trabalhadoras. (p. 27).

Isto nos remete a relevância de compreensão da participação - na cidade ou no campo - sob a ótica de autonomia da sociedade civil em exercer um controle sobre as estruturas estatais, que historicamente no Brasil vem sendo capturado por diferentes grupos de poder. Uma participação, que se pretenda completa, deve permitir à sociedade uma inversão da hierarquia atual. Ao invés de haver um controle do Estado pelas classes dominantes, essa relação deveria ser inversa, com esta instituição sendo controlada ou ao menos influenciada pela classe trabalhadora.

De acordo com Demo (2001), para se ter uma participação autônoma deve haver a capacidade da população manter sobre o seu controle o Estado e o mercado, prevalecendo o bem comum:

[...] Como regra, o controle democrático é visto com respeito ao estado e significa a capacidade de colocar o estado a serviço da sociedade, mantendo-o como genuíno “serviço público”. Mas é importante que este controle também atinja o mercado, ainda que o capitalismo tenha espargido a idéia, sobretudo nesta retomada neoliberal, de que suas “leis” seriam intocáveis. Na verdade, Estado e mercado são instrumentos da sociedade. Esta é fim. (DEMO, 2001, p. 13).

Contudo, esse controle das estruturas do Estado pela classe trabalhadora não é uma tarefa simples, pois conforme salienta Dowbor (2003), existem pelo menos cinco grupos de poder que possuem um amplo e estruturado sistema de influência nas ações do Estado, quais sejam: 1) as grandes empreiteiras do setor da construção civil; 2) as empresas que detêm as concessões da mídia; 3) os usineiros e latifundiários que compõem e/ou controlam a chamada “bancada ruralista; 4) os grandes bancos; e, 5) as montadoras multinacionais de automóveis, “[...] que conseguiram a grande proeza de ser simultaneamente multinacionais e protegidas da concorrência internacional, levantando alto a bandeira da indústria nacional”. (p. 37).

A complexidade na qual a participação está inserida nos remete cada vez mais a contemplar as suas múltiplas dimensões. Ou seja, de nada adianta, vislumbrar a participação a acessibilidade a determinadas infra-estruturas ou meros benefícios econômicos. Nesta perspectiva, a participação estaria restrita ao caráter de integração as benesses oferecidas pelo Estado, como já salientado anteriormente.

Uma das dimensões fundamentais da participação é a questão política. As pessoas devem ter a clareza de que a organização da sociedade é permeada por conflitos, que, via de regra, são omitidos ou permanecem velados para que não ocorram insurgências contra um ou mais mecanismos de dominação exercidos pelo aparelho de Estado e/ou da classe detentora dos meios de produção. Neste íterim, a consciência política torna-se fundamental para a coesão interna de um grupo, regendo as suas práticas sociais internamente e sua estratégia de ação na relação com o outro grupo.

Nesta relação conflituosa, os “[...] grupos mais numerosos e mais bem organizados são [...] capazes de exercer maior influência, podendo mesmo adquirir um peso considerável nas decisões dos partidos políticos e do próprio governo, em seus diversos níveis”. (DALLARI, 1984, p. 44).

Lisboa (2001) ressalta que o “[...] confronto inevitável entre as classes, a possibilidade do confronto interno ao grupo, declaram ser a participação política, o elemento chave da elaboração da consciência crítica”. (p. 187). A autora acrescenta que a participação política e a consciência

crítica da cidadania devem ser vistos como sinônimos nas práticas sociais empreendidas por pessoas ou grupos que busquem a superação das desigualdades no confronto com os grupos que se reproduzem no poder.

Neste sentido, constatamos que a participação e a cidadania são componentes de uma totalidade maior consubstanciada pela democracia. Para pensar essa questão, Santos (1987) institui o modelo cívico como um instrumento de análise da organização da sociedade face a sua relação com o Estado e os ditames do modelo econômico. “Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão”. (p. 5). A análise do autor nos remete novamente ao ideário da necessidade e capacidade da sociedade em controlar o Estado, e não o contrário, como historicamente vem ocorrendo no Brasil.

O debate em torno da cidadania e da formação do cidadão, elaborado por Santos (1987), torna-se cada vez mais proeminente não somente pelo processo histórico de cooptação deste tipo de atividade na sociedade brasileira, como também pelos “novos” projetos que têm sido elaborados para a participação nas políticas de desenvolvimento rural.

Santos (1987) visando compreender o processo que convencionou denominar de “elaboração brasileira do não-cidadão”, enfatiza a questão do processo de “desruralização” e “urbanização galopante e concentradora”, para compreender a debilidade da consciência cidadã no país, por meio da

[...] expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado *usuário*. (p. 12-3).

Assim, constatamos que os aspectos considerados por Santos (1987), indubitavelmente estão vinculados a forma como a participação foi

apropriada pelo aparelho estatal brasileiro. A participação vista na perspectiva da integração, consegue transferir para o “consumidor” ou “usuário”, a responsabilidade de sua condição de excluído, ou seja, o “[...] problema é colocado de modo inverso: não é o sistema produtivo que é excludente; é a população que não é capaz de integrar-se à ele”. (FARIAS, 1981, p. 92).

Para superar esta debilidade da participação do cidadão brasileiro, Santos (1987), propõe a organização da população em grupos, como instrumento vital para a superação do processo de exploração e como estratégia de multiplicação das forças individuais que somadas são passíveis de atingir uma consciência de classe que possa romper com as “amarras da alienação”. (p. 79.).

À análise da cidadania é adicionada a sua inter-relação com o território, como espaço de instrumentalização das ações da sociedade civil organizada. Neste processo de “geografização da cidadania”, o autor propõe que

[...] O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. (SANTOS, 1987, p. 122).

E acrescenta que as,

desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (SANTOS, 1987, p.123).

É importante assinalarmos que a análise de compreensão da cidadania e da participação proposta por Santos (1987), são noções válidas

no plano teórico, contudo; não possuem aplicabilidade se não forem submetidas a uma análise mais profunda dos processos que envolvem a elaboração de políticas públicas e/ou programas de desenvolvimento implementados pelas agências multilaterais de desenvolvimento e pelas instâncias governamentais de planejamento.

Este é um debate necessário, sobretudo pela forma que o conceito de participação vem sendo apropriado no Brasil e no mundo, sobretudo a partir dos anos 1990, com o avanço do projeto neoliberal gestado no início dos anos 1980 e consolidado com o Consenso de Washington no final dessa década, resultando na crise dos Estados-Nações e o fortalecimento do que se convencionou denominar de Terceiro Setor.

Numa perspectiva crítica aos moldes como o conceito de participação vem sendo apropriado e difundido pelo o mundo afora, Rahnema (2000), sugere a compreensão desse interesse sem precedentes dos governos e instituições em torno do conceito a pelo menos seis razões centrais, que iremos analisar detalhadamente a seguir.

1) “Já não se considera o conceito como uma ameaça”. (Rahnema, 2000, p.192).

A participação propiciaria a “quase onipresença do governo”, na medida em que as populações locais passariam a funcionar como um braço de ação das instâncias governamentais. Aliado a isso, tornar-se-ia muito mais “[...] fácil manipular a participação, atribuindo-lhe motivações totalmente opostas àquelas que realmente motivaram a população a participar”. (RAHNEMA, 2000, p. 193.)

Embora o autor não enfatize esse aspecto, o fim da bipolarização contribui sobremaneira para o sepultamento das possibilidades de que na participação as populações pudessem almejar reformas estruturais que resultassem numa guinada ao socialismo.

2) “A participação tornou-se um *slogan* politicamente atraente”. (Rahnema, 2000, p. 193). Os governantes tendem a difundir o imaginário de que são sensíveis aos problemas que afligem as populações locais, e como

forma de manutenção do controle e da ordem, buscam freqüentemente estabelecer contatos com as lideranças locais e/ou regionais, para que esses articulem a participação como forma de manter vivas as reivindicações que na maioria das vezes ficam restritas ao papel.

Sob estes termos, a participação mantém a perspectiva da integração assinalada anteriormente, e acaba se restringindo ao controle democrático do Estado sobre a sociedade, sobretudo na manutenção do governante do poder por meio da formação de uma base eleitoreira.

3) “A participação tornou-se uma proposição atraente em termos econômicos”. (Rahnema, 2000, p. 194), Na medida em que os países subdesenvolvidos -como Brasil -, necessitam de empréstimos das agências multilaterais como FMI e o Banco Mundial, acabam assimilando as diretrizes impostas por estes órgãos de fomento.

Deste modo, são forçados a estabelecer ajustes em suas economias, transferindo responsabilidades para outros setores da sociedade, por meio das privatizações, pelo processo de descentralização e até mesmo com o repasse orçamentário para as ONGs, respaldados no discurso de desburocratização do Estado.

4) “Nos dias de hoje, acredita-se que a participação não só torna os projetos mais eficazes, mas que é, ela própria, uma nova fonte de investimento” (RAHNEMA, 2000, p. 194). Neste aspecto, a participação é apropriada no sentido de minimizar os gastos para a implementação de projetos de desenvolvimento.

Ao invés de montar equipes técnicas para a realização de diagnósticos da realidade local onde serão implantados os projetos de desenvolvimento e/ou direcionadas as políticas públicas, as agências de planejamento transferem a responsabilidade às populações locais que ficam encarregadas de elaborar tais diagnósticos, identificando o público alvo e/ou as regiões e municípios que devem ser beneficiados.

5) “A participação está se tornando um meio excelente de atrair recursos”. (Rahnema, 2000, p. 195). Este argumento tem sido um dos

principais alvos de promoção e articulação de ONGs que trabalham com questão do desenvolvimento de comunidades locais e/ou regionais.

A participação em ONGs vem sendo estimulada tanto pelas agências multilaterais que concedem as linhas de fomento quanto pelos diferentes níveis de governo. Na ótica das agências multilaterais, invariavelmente subordinadas aos interesses dos países desenvolvidos, é interessante fomentar as ONGs tanto pela ausência de burocracia, quanto pelo maior controle sobre essas organizações, na medida em que vinculam a liberação de novos fomentos ao cumprimento das metas estabelecidas previamente.

Na ótica dos governos – federal, estadual ou municipal – as ONGs são instrumentos de ação que permitem o contato imediato com as populações locais, e que por essa proximidade pode permitir pela persuasão de suas lideranças, tanto o aprofundamento do controle eleitoral sobre as populações, como a atração de investimentos externos das agências multilaterais, o que desoneraria o orçamento público.

6) “Um conceito mais amplo de participação poderia ajudar ao setor privado a envolver-se diretamente nos empreendimentos do desenvolvimento”. (RAHNEMA, 2000, p.195). Sob esse argumento, a participação é capturada como estratégia viável de repasse das responsabilidades do setor público para o setor privado.

A concretização deste processo pode ter um efeito bastante adverso para as populações locais. Principalmente pelo fato de que, via de regra, os setores que são repassados para o setor privado são basicamente àqueles mais lucrativos e estratégicos, o que numa economia capitalista, está longe de trazer benefícios para a população em geral, fugindo inclusive da própria definição ampla da participação que pressupõe que *todos* os sujeitos que compõem a sociedade possam se apropriar das riquezas geradas e, sobretudo uma divisão mais igualitária dos meios de produção e das forças produtivas existentes, conforme defendido por Ammann (1980).

Deste modo, faremos a seguir algumas reflexões acerca das dimensões territoriais do desenvolvimento rural no intuito de compreender o papel do associativismo na conjuntura política, econômica e social recente,

e; a sua apropriação pelas agências governamentais fomentadoras que têm elaborado políticas públicas inserindo-o no contexto do desenvolvimento territorial rural.

3. AS DIMENSÕES TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Buscaremos neste capítulo realizar algumas reflexões acerca das dimensões territoriais do desenvolvimento rural, à luz dos debates das idéias e posicionamentos estabelecidos por alguns autores que têm centrado suas análises ao entendimento do desenvolvimento territorial rural.

O eixo das reflexões foi elaborado a partir de uma estrutura consubstanciada na tríade: Desenvolvimento – Território – Desenvolvimento Territorial Rural.

Para tanto recorreremos às origens do conceito de desenvolvimento e a sua apropriação pelas agências multilaterais e órgãos governamentais, bem como pelos intelectuais que contribuíram para a sua difusão e consolidação e os críticos que refutam o conceito na atualidade e compõem a escola pós-desenvolvimentista.

O resgate em torno do conceito de território na perspectiva histórica torna-se fundamental pela multiplicidade de definições a seu respeito no âmbito das ciências sociais. Consideramos fundamental compreendê-lo em suas múltiplas dimensões enquanto importante categoria de leitura geográfica.

Por fim, enfocaremos o conceito de desenvolvimento territorial rural, que vem sendo amplamente difundido no meio acadêmico, no âmbito de diversas disciplinas das Ciências Humanas, como a Geografia, a Sociologia e Economia, mas, sobretudo, tem sido sistematicamente apropriado por órgãos governamentais para elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir desta tríade analítica esperamos iniciar nossas reflexões concernentes ao debate em torno do desenvolvimento rural e a sua correlação com o associativismo como tema relevante para a questão agrária brasileira.

3.1. Qual desenvolvimento?

Os paradigmas do desenvolvimento têm suscitado grandes divergências e a emergência de vertentes que envolvem o debate teórico-metodológico permeado pela questão político-ideológica. Premidos de sua validade científica, alguns se apropriam do conceito como importante instrumento de ação política. Outros o questionam e o colocam no campo do mero discurso ideológico, como estratégia de manipulação, a exemplo da escola de pensamento pós-desenvolvimentista. A rigor, o nosso entendimento é que independente do enfoque, a relevância de se entender *o que é* o desenvolvimento, possui legitimidade somente se tivermos clareza de *para quê e a quem* serve.

Historicamente o conceito emerge atrelado a uma perspectiva linear, na medida em que “descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida” (ESTEVA, 2000, p. 62). Suas origens remontam aos filósofos da Antigüidade que na busca de explicações racionais do mundo formulam idéias relacionadas *evolução e desenvolvimento*.

Conforme Favareto (2007) em Aristóteles a preocupação com o desenvolvimento remete a especulação da própria natureza do mundo,

[...] Em grego, natureza – *physis* – deriva etimologicamente do verbo *phuo*, que significa crescer, se desenvolver. Natureza é, portanto [...] “geração de coisas que se desenvolvem”, é “a essência das coisas que têm, elas mesmas, um princípio de movimento”. A ciência, em tais condições, poderia ser definida como a teoria da “natureza” das coisas e, pois, de seu desenvolvimento. [...]. (p. 40).

A perspectiva linear em suas origens, e a sua difusão nas ciências naturais aproxima cada vez mais os seus significados com o conceito de evolução.

Foi entre 1759 (Wolf) e o 1859 (Darwin) que o desenvolvimento evoluiu de uma concepção da transformação que a considerava como um movimento na direção da forma *apropriada* para o ser

passou a considerar essa transformação como um movimento na direção de uma forma *sempre mais perfeita* daquele mesmo ser. Nessa mesma época, cientistas começaram a usar evolução e desenvolvimento como sinônimos. (ESTEVA, p. 61).

Com a ascensão do modo industrial de produção e a consolidação do sistema econômico capitalista, a noção de desenvolvimento foi sendo progressivamente atrelada a um modelo único e linear para a evolução social de toda e qualquer sociedade. Adjetivações como progresso, evolução e crescimento, foram se tornando cada vez mais sinônimos do desenvolvimento passíveis de ser alcançadas somente pela via da “sociedade industrial”. Segundo Esteva (2000) esse processo de “hegemonia global *levou* a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando dos povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (p. 63, grifo nosso).

Neste ínterim, o conceito de desenvolvimento atravessa o séc. XX adquirindo múltiplas derivações, sendo apropriado por órgãos governamentais, agências multilaterais, organizações não-governamentais, movimentos sociais com posicionamentos políticos conservadores e revolucionários.

Os intelectuais que se apropriam do conceito de desenvolvimento no paradigma da perspectiva crítica tentam avançar na sua definição teórico-metodológica, associam as suas restrições conceituais à sua redução ao viés meramente economicista, ou seja, atrelado ao enfoque do crescimento econômico. O que se propõe nesta vertente de estudo é a defesa de um enfoque mais complexo e multidimensional que seja pautado, sobretudo, numa maior equidade social, valorização dos aspectos culturais e amenização dos efeitos degradantes na apropriação dos recursos naturais.

A esse respeito, Favareto (2007) salienta a relevância das análises de Amartya Sen², que se dedicou a formular teorias e análises nas quais a dimensão social passou a ser amplamente valorizada,

² Amartya Sen se consagrou por seus estudos sobre a fome em países como Índia, China, Bangladesh. Ficou mundialmente conhecido por sua assessoria a órgãos das Nações

Mais do que incorporar a questão social aos esquemas teóricos, o principal mérito de Sen é ter encontrado uma equação consistente para dois dos três dilemas fundamentais que envolvem desenvolvimento. Primeiro, se desenvolvimento não se reduz a crescimento, então quais são as suas dimensões empíricas fundamentais? Segundo, se são várias as dimensões, como elas se compõem ou conflitam, quais delas são um fim dos processos de desenvolvimento, quais são meios para atingi-lo? [...] (FAVARETO, 2007, p. 68)

Tais indagações revelam a necessidade do enfoque multidimensional do desenvolvimento. Contudo, a influência do pensamento econômico sobre o conceito priorizou de forma inequívoca a dimensão econômica a despeito de outras dimensões como a espacial, a social, a ambiental, a cultural, a territorial, que inegavelmente deveriam integrá-lo.

Esse viés unidimensional que se cristalizou no conceito de desenvolvimento ao longo do século XX, afetou sobremaneira os rumos dos modelos de desenvolvimento colocados em prática nas diferentes partes do mundo. Esse formato unidimensional, via de regra foi reproduzido pelos intelectuais que ocuparam (e ocupam) os quadros de instituições governamentais e das agências multilaterais como a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Banco Mundial, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e até mesmo a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

Sem querer minimizar a riqueza do debate estabelecido pelo paradigma da escola pós-desenvolvimentista, talvez o cerne da crítica ao fracasso do desenvolvimento no decorrer do século XX não seja a sua manipulação político-ideológica exercida pela sua apropriação e controle por parte do capital, e sim a necessidade de dotá-lo de uma perspectiva

Unidas, num trabalho que culminou na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e pela conquista do Prêmio Nobel de Economia em 1998.

multidimensional. Ou seja, ao invés de descartar e abandonar o conceito, é fundamental revigorá-lo, transformá-lo num conceito relacional, um complexo híbrido tal como o conceito de território. O papel da sociedade civil organizada é imprescindível para mudar os caminhos trilhados pelo desenvolvimento até o momento.

Sob a ótica pós-desenvolvimentista, Gómez (2006) ilustra hipoteticamente o diálogo entre àqueles que refutam o conceito de desenvolvimento e àqueles que o defendem. Segundo o autor a conversa seria aproximadamente assim:

[...] - O desenvolvimento é uma construção moderna e ocidental fundamentada em articulações de poder e saber que, apesar de sua aparente racionalidade, é amplamente ineficiente e continua a colonização por outros meios. Portanto, o desenvolvimento deve ser combatido e destruído — afirmaria o pós-desenvolvimentista.
 - Então o desenvolvimento não serve? Mas o que você propõe para superá-lo? Qual a receita para melhorar a vida de todos aqueles que sofrem, no mundo? Você não tem. E não tem porque, na verdade, o desenvolvimento é mais do que tudo isso. Existe um desenvolvimento que se preocupa sinceramente com as condições de vida das pessoas e que pretende construir um mundo melhor para todos. Não se deve descartar o desenvolvimento, sim reformulá-lo — retrucaria o crítico do pós-desenvolvimento. (GÓMEZ, 2006, p.176)

O suposto debate de idéias apontado pelo autor supracitado entre os partidários do desenvolvimento e os seus críticos, ilustra bem a complexidade posta no contexto atual. Ambos possuem argumentos convincentes para refutar ou reiterar o conceito.

No paradigma pós-desenvolvimentista, o desenvolvimento aparece muito mais como uma metáfora ou discurso composto por uma rede de conceitos-chave como pobreza, produção, noção de Estado, ou igualdade, cristalizados por um conjunto de elementos que reforça a visão ocidental do mundo, conforme salienta Sachs (2000), desprezando a diversidade configurada pelo mundo oriental.

Favareto (2007) assinala que os pós-desenvolvimentistas avançaram na compreensão dos mecanismos do capital para o controle social em escala planetária, sobretudo na relação entre as nações tidas como “desenvolvidas”

em relação às “subdesenvolvidas” e/ou “dependentes”. Contudo, estas interpretações perdem a capacidade explicativa para elucidar os fatos referentes “[...] aos períodos anteriores ao domínio dos grandes países capitalistas do mundo moderno”. (p.55). Assim, essa leitura ficaria restrita ao período de hegemonia do sistema capitalista e, sobretudo, no que tange a sua etapa monopolista atrelada à emergência das potências do mundo ocidental.

Nestes termos Favareto (2007) chega a duas constatações acerca do desenvolvimento. A primeira é que ele [...] precisa ser compreendido não só como estágios ou etapas alcançados ou alcançáveis pelas sociedades humanas, mas como o processo mesmo pelo qual essa evolução se faz [...] (p.56). O outro aspecto reside justamente na necessidade uma leitura em longo prazo, consubstanciada em Norbert Elias (1970):

[...] o abandono dos problemas relativos às dinâmicas de longo prazo em benefício de problemas específicos e tidos como mais atuais foi resultado de constrangimentos bem específicos e típicos do século XX, como resultado “on rejeta le bon grain avec l’ivraie”. (ELIAS (1991 [1970]) *apud* FAVARETO, 2007, p. 56).

Ou seja, o ímpeto de compreender a complexidade imposta pelo sistema capitalista tem submetido à ciência ao enfoque fragmentado ao século XX. Isto porque,

[...] ancorado na crença de que a ciência moderna era a grande dádiva do Ocidente para a humanidade e, portanto ensinar como se conhece o mundo por meio do método científico era o “verdadeiro” caminho para se alcançar o progresso. No começo do século XX, nasceu uma história da ciência que pretende estabelecer uma ruptura epistemológica ao incorporar em sua análise questões até então “invisíveis [...]”. (VERGARA, 2004, p. 23).

Deste modo o grande risco deste atrelamento da investigação científica aos eventos do século passado tem levado parte da intelectualidade a “jogar o cereal junto com a casca” nas palavras de Norbert Elias utilizadas

por Arilson Favareto (2007) o que analogamente à realidade brasileira poderíamos traduzir como “jogar a criança junto com a água do banho”.

Portanto, propomos a reflexão acerca do paradigma do desenvolvimento na perspectiva crítica, submetida a uma análise multidimensional e inserida numa totalidade complexa. A perspectiva adotada deve ser de forma abrangente e aprofundada teórico-metodologicamente, para fazer frente aos modelos de “desenvolvimento” que se restringem meramente ao “crescimento econômico”. Nas palavras de Peet (2007) “os intelectuais deveriam se tornar contra-especialistas, mas altamente treinados do que seus inimigos, e com maior comprometimento para com ideais mais nobres”. (p. 36).

Neste sentido, concordamos com Peet (2007) quando assinala a necessidade de repensar o projeto de desenvolvimento, ao invés de descartá-lo,

[...] Quero reconsiderar o desenvolvimento sob a luz do conhecimento total da crítica pós-desenvolvimentista, na verdade usando essa crítica e ainda assim moderna. Democracia, emancipação, desenvolvimento, progresso são belos princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – quer dizer, capitalismo. O grande problema da democracia é que esta nunca foi alcançada – em que sociedade as pessoas controlam diretamente as instituições básicas (trabalho, família, vizinhança) nos quais passam a maior parte de suas vidas? Igualmente, o problema da emancipação é que esta se aplica aos privilégios de poucos ao invés de aos direitos de muitos. Da mesma forma, a deficiência do desenvolvimento repousa seus objetivos limitados (uma abundância de coisas) e na timidez de seus meios (copiar o Ocidente). (PEET, 2006, p. 34-5).

As reflexões do autor nos instigam a pensar o desenvolvimento para além dos horizontes percorridos até o presente e nos remete a necessidade de apreender outras dimensões da sociedade como a participação a partir de um amadurecimento em torno da democracia. Historicamente, o controle democrático da sociedade sobre o aparelho estatal - capturado pelo capital – praticamente inexistiu. A emancipação social da sociedade civil poderá advir da maturidade democrática ampliada para além dos limites do processo eleitoral.

A reinvenção do desenvolvimento na perspectiva crítica depende essencialmente da sua apreensão enquanto totalidade configurada por múltiplas dimensões relacionais. E para enriquecer este debate, o conceito de território inegavelmente deve ser contemplado.

3.2. Entrando no território do território

Para entrar no debate acerca do território, adotamos o título do capítulo de um livro³ de David Delaney, no qual o autor para compreender os eventos contemporâneos atrelados às investidas estadunidenses no Oriente Médio e os conflitos internos decorrentes, estabelece diversas conexões acerca do conceito de território na perspectiva multiescalar (local, nacional e internacional) e multidimensional (econômica, política, cultural).

Sabemos que o debate em torno da questão do território remonta ao século XIX à época da sistematização das ciências e tem suscitado reflexões não somente na Geografia, mas também em outros campos das Ciências Sociais e das Ciências Naturais. Centraremos nossa análise ao período compreendido entre o final da 2ª Guerra Mundial e a virada de século, que Santos (1994) caracterizou como fase de gestação e consolidação do meio técnico-científico-informacional.

A reestruturação da economia mundial no período citado, e, sobretudo, na fase posterior a guerra fria – processo conhecido como Globalização, Mundialização ou Internacionalização do Capital⁴ –, teve desdobramentos diferenciados nas diversas partes do globo. Para entender esse processo, ciências como a Sociologia e a Economia, despertaram interesses para conceitos até então de uso particular da Geografia, como o espaço e o território.

O despertar em torno do conceito de território nesta virada de século está diretamente vinculado ao processo de globalização, como expressão imediata do avanço do neoliberalismo econômico ancorado no processo de

³ DELANEY, David. *Territory: a short introduction*. Pondicherry, Blackwell, 2005.

⁴ Para uma discussão mais aprofundada desses conceitos, ver Sposito (1999).

internacionalização do capital e a conseqüente debilidade da instituição “Estado-Nação”. Tal processo está acarretando profundas alterações na estrutura organizacional da sociedade e na relação desta com a natureza. Para alguns, estaríamos diante de um processo de “desterritorialização” a partir da compressão⁵ espaço-tempo como lembra Haesbaert (2006) em sua crítica a àqueles que defendem o “fim dos territórios”.

No Brasil, alguns geógrafos têm centrado seus esforços ao aprimoramento teórico-metodológico em torno do conceito e suas derivações como a territorialização, a desterritorialização, a territorialidade, a multiterritorialidade, visando aprofundar a compreensão da dinâmica espacial dos processos sociais, a exemplo das reflexões estabelecidas por Haesbaert (2006), Fernandes (2005) e Saquet (2006).

Ao pensar os reflexos da globalização no território, estamos pensando na perspectiva dos impactos do modelo neoliberal e para tanto, acreditamos que seja fundamental compreender a complexidade da materialidade do território em suas múltiplas dimensões que conforme salienta Haesbaert (2006), deve[ria] incluir a interação sociedade e natureza.

Neste sentido, a contribuição de Saquet (2003), ao incorporar elementos da economia, política e cultura (EPC) torna-se salutar, sobretudo no que tange a indissociabilidade desta tríade para a (des)construção⁶ do território na relação espaço-tempo.

Embora a tríade EPC (Economia-Política-Cultura) seja um relevante recurso quando utilizada como um complexo híbrido configura de forma unidimensional as diferentes perspectivas de análise sintetizadas em três vertentes por Haesbaert (2006):

[...] - *política* (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política [...] o território é visto como um espaço delimitado e

⁵ Nossa compreensão acerca desta compressão espaço-tempo está pautada na proposta de Milton Santos (2002), na qual é negada a supressão do espaço pelo tempo. Embora os avanços tecnológicos tenham aumentado substancialmente a velocidade dos fluxos de pessoas, coisas e informações, “não se trata da supressão do espaço: o que se dá é um novo comando da distância”. (p. 202). Ou seja, o que temos não é a supressão do espaço, mas sim a **aceleração do tempo**, para utilizarmos o conceito de David Harvey (1992).

⁶ Quando colocamos o prefixo “des” entre parênteses estamos nos referindo ao caráter dinâmico inerente ao conceito de território.

controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político do Estado. cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto [...] como o produto da apropriação/valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido. econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho [...] (p. 40, grifo nosso).

Numa perspectiva crítica a estas abordagens unidimensionais, Haesbaert (2006) enfatiza a necessidade de uma visão integrada e integradora do território a partir “[...] da concepção do espaço como um híbrido [...] entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço [...]” (p.79). Neste sentido, fica evidente a necessidade de compreender o território como uma totalidade⁷ que não se completa simplesmente pela soma das partes, mas sim como uma totalidade complexa e indissociável, dotada de uma mobilidade correlacionada aos fixos e fluxos inerentes a dinâmica espacial, como salientado por Santos (1988).

Deste modo, concordamos com Haesbaert (2006, p. 79) quando conceitua o território:

Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

A essa definição é importante adicionar a dimensão natural dos territórios, que a nosso ver é inerente à construção do território como desdobramento da complexidade das relações sociedade-natureza.

⁷ O conceito de totalidade é empregado neste ensaio nos termos propostos por Santos (2002, p. 115): “A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo um elemento fundamental para o conhecimento da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, *é a Totalidade que explica as partes*”. (Grifo nosso).

Embora haja uma diversidade de definições de território, via de regra, dentre as que possuem maior ressonância e proximidade estão as proposições teóricas que enfatizam as relações de poder, vislumbrando no território algo que poderíamos designar como “campo” de disputas.

No tocante a esta dimensão, Raffestin (1993), se constitui num dos principais referenciais para compreender o papel exercido pelo poder na construção do território, sem, contudo, desprezar a relevância das outras dimensões inerentes ao que designou de *sistema territorial*, numa perspectiva relacional e indissolúvel. Para tanto, o autor busca definição nas proposições de Foucault (1979) sobre o poder:

i) o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; ii) as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; iii) o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; iv) as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; e, v) onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

A nosso ver um dos principais méritos das proposições de Foucault, salientadas por Raffestin (1993), reside na ênfase ao caráter relacional do poder, uma vez que as relações de poder são entendidas como componente inerente à sociedade, que mesmo estruturada em classes - como no sistema capitalista -, é emanado de todas as partes e sujeitos sociais, independentemente do nível de renda e/ou classe social. Neste sentido, pensar o poder no território, requer também pensar o território enquanto totalidade relacional, ou seja, composto por múltiplas dimensões articuladas entre si.

O território e o poder, a sociedade e a natureza, o tempo e o espaço, não passam de abstrações teóricas, se analisados separadamente, ou seja, são como pares dialéticos articulados como totalidade. Assim, concordamos com Eduardo (2006) quando afirma que,

O poder, já que presente em todas as fissuras do corpo social, em todo sistema de relações e de representações (objetivas e subjetivas) da realidade, torna-se um elemento indissolúvel do território, concomitantemente, um *a priori* e um *a posteriori* de todo sistema territorial. (p. 188).

Tal compreensão vai ao encontro das idéias de Saquet (2006) que procura entender o território como concretização do processo de territorialização. Conforme o autor,

o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. (p. 62).

Isto quer dizer que no seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, na sua relação com a natureza, a sociedade está submetida a aspectos objetivos e subjetivos, materiais e imateriais. Cada sujeito social, na sua relação com o outro, na mesma medida que exerce uma influência também é influenciado, e fundamentado nesta correlação se formam grupos sociais que se territorializam a partir de espaços geográficos e constroem seus territórios. Para Haesbaert (2006, p. 97),

Territorializar-se [...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

É pensando nesta perspectiva que propomos compreender o processo de desenvolvimento rural, a partir das múltiplas mediações existentes entre os diferentes sujeitos sociais que se reproduzem direta e indiretamente neste espaço, construindo territórios a partir de estratégias que valorizam cada uma das dimensões da vida cotidiana, de acordo com as necessidades

objetivas e subjetivas para a possibilidade de reprodução social dos sujeitos de forma individual ou coletiva.

Torna-se relevante analisarmos os elementos que levaram a emergência do conceito de *desenvolvimento territorial rural*, em sua acepção acadêmica e os seus desdobramentos na elaboração e implementação de políticas públicas. Diante disto, identificar se realmente existe uma abordagem *territorial* do desenvolvimento do ponto de vista teórico-prático ou se adoção do conceito fica meramente restrito ao plano do discurso político. Se assim o for, quais são os percursos para efetuar uma “transposição” do discurso à prática, deixando de existir como “letras mortas” e se tornar uma realidade.

3.3. Por uma abordagem territorial do desenvolvimento rural

Compreender o processo de desenvolvimento desigual do capital no espaço tem sido o grande desafio para as ciências sociais no final do século XX e início do século XXI.

Visando compreender a complexidade colocada por este período Smith (1988) centrou os seus esforços com êxito ao demonstrar que as desigualdades geográficas são inerentes a estruturação do sistema econômico, numa relação de causa e efeito, como produto e premissa, ou seja, o “desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados”. (p. 221).

A crescente preocupação com a *dimensão espacial* dos processos sociais, tem alterado a compreensão de conceitos como espaço e território, na medida em que são incorporados por outras ciências como a Sociologia e as Ciências Econômicas, que têm lhes atribuído outras conceituações e aplicações, que muitas vezes negam os significados conferidos pela Geografia, sem efetivamente se contradizerem.

Schneider e Tartaruga (2005) salientam a necessidade de se focar o desenvolvimento com ênfase nas dimensões econômica e social, o que limita de certo modo a análise processual por desprezar outras dimensões como cultura e natureza.

Gil (2007), visando entender o processo de desenvolvimento na perspectiva escalar regional, ressalta que a Geografia ocupa um lugar exponencial na compreensão do desenvolvimento e propõe “o estudo do desenvolvimento regional sob o enfoque geográfico, considerando a dimensão territorial como categoria de análise, configurando o chamado desenvolvimento territorial.” (p. 5). Visando elaborar uma definição coerente acerca do desenvolvimento territorial, a autora, apresenta uma conceituação do desenvolvimento atribuindo-lhe uma conotação de multidimensionalidade.

Contudo Schneider e Tartaruga (2005) salientam adequadamente que há uma determinada contraposição entre o conceito de território na Geografia e o conteúdo que ele assume ao ser correlacionado ao desenvolvimento.

Outrossim, na perspectiva geográfica o território é atrelado à projeção espacial do poder, ao passo que na abordagem territorial do desenvolvimento rural, é tratado numa perspectiva instrumental que se distancia substancialmente do viés teórico pela incorporação de uma postura pragmática e instrumental inerente ao enrijecimento da estrutura política e institucional, associada à perda crescente do poder de regulação do Estado.

No Brasil este processo pode ser compreendido com a crise financeira e fiscal que afetou o país no decorrer da década de 1980 e foi intensificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 18, impulsionou o processo de descentralização político-administrativa.

Neste ínterim, na medida em que o Estado abdica de sua capacidade de regular e interferir na economia (em setores como a educação, saúde, agricultura) ocorre um processo de valorização da participação da sociedade civil, sobretudo por meio de ONGs e associações constituídas por sujeitos

sociais⁸ representantes de diferentes estratos da sociedade que passariam a atuar de forma ativa na escala local.

Sob influência do pensamento da escola pós-desenvolvimentista Gómez (2006), ao analisar a questão da descentralização atrelada ao desenvolvimento local, se apóia em Mattos (1990), para tecer uma crítica contundente a este processo que na verdade estaria atrelado a um forte processo de controle social do capital, elaborado a partir de modelos gestados na realidade européia e apresentados como forma de minimizar os índices de pobreza na América Latina,

As reformas relacionadas à descentralização dificilmente conseguirão o aumento da democratização, da participação, da justiça social e o desenvolvimento local, já que se orientam a satisfazer necessidades colocadas pela reestruturação capitalista de orientação neoliberal, que busca a limitação das funções do Estado como forma de crescimento econômico. (GÓMEZ, 2006, p. 78)

Sob esta perspectiva, seria uma ingenuidade acreditar que uma reestruturação da escala de poder administrativo, a partir da promoção da descentralização e chamada da participação da sociedade civil, criaria condições de promover mudanças estruturais no tocante a quaisquer dimensões do desenvolvimento.

Contudo, acreditamos que a organização da sociedade civil, pode encontrar na escala local e/ou regional, espaços privilegiados para atuação ativa, pois o que estaria colocado seria uma mudança escalar das ações de poder político. O enfraquecimento do Estado e a multiplicação dos movimentos sociais em diferentes escalas e com novas estratégias de ação seria um exemplo deste processo, conforme salienta Gohn (2000),

[...] O capitalismo hoje não se move mais pelo modelo fordiano, de previsibilidade das ações. Ele necessita de atores competentes e criativos, inovadores. As forças produtivas, com o domínio da informática e da robótica, não podem mais se atrelar a formas ou

⁸ Neste trabalho, a concepção de *sujeito* está pautada em Bourdieu (1997) que considera como tal os indivíduos “conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa” (p. 42).

modelos burocratizados. Por isso o Estado vem perdendo sua eficácia e eficiência. *E os movimentos sociais são o espaço, por excelência, da inovação, da criatividade.* (p. 323, grifo nosso).

As ações dos atores sociais na escala local, conforme ressaltado por Gil (2007), desperta para a difusão de expressões como “desenvolvimento local”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento nacional”, ou “desenvolvimento internacional”, ressaltando que são processos que referem as escalas de análise que se pode ter do desenvolvimento, ou seja, como dimensões do desenvolvimento territorial que:

[...] é compreendido como um modelo político concebido para promover o desenvolvimento de um determinado lugar, região ou país. Ele contempla a totalidade, sendo, portanto, multidimensional. Sua operacionalização enfatiza todas as dimensões da organização social: saúde, educação, ambiente, segurança, agricultura familiar, agronegócio, cidade, campo etc. Esse modelo político, imbuído de visão ideológica que considera a equidade e o protagonismo como oposição à simples idéia de competitividade para a inserção do local na economia globalizada, deve embasar e respaldar as políticas públicas municipais e permear os programas estaduais e nacionais, que visam o desenvolvimento regional. (GIL, 2007, p. 10).

Como já mencionado, é importante reiterar a perspectiva multidimensional dos conceitos de desenvolvimento e território. Esta multidimensionalidade é composta por processos materiais e imateriais.

Do ponto de vista imaterial a conflitualidade deve ser considerada como uma dimensão intrínseca ao desenvolvimento territorial. Grande parte dos projetos de desenvolvimento territorial rural fracassam por desprezar a conflitualidade existente no jogo de interesses dos atores sociais envolvidos, que via de regra, integram e representam diferentes estratos da sociedade.

Fernandes (2006) apresenta uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como processo inerente. “Esses conceitos são insuficientes e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais”. (p. 2-3).

Analisando a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural colocadas em prática pelo governo estadual paulista por meio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, Hespanhol (2005) salienta a relevância da perspectiva territorial que ultrapasse a visão setorial do desenvolvimento:

[...] devem ser concebidas no intuito de reconhecerem plenamente a cidadania da população residente no campo, visando a garantir o acesso aos serviços públicos básicos, tais como educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, lazer, telefonia, etc. A população rural precisa, tanto quanto a população urbana, de tais serviços, a despeito do seu menor adensamento, dada a maior dispersão espacial. (HESPANHOL, 2005, p. 17).

A abordagem territorial aparece como um enfoque que permite compreender o papel do contexto e do espaço social nas escalas local e regional como fator de desenvolvimento rural.

Schneider e Tartaruga (2005) apontam que o enfoque territorial tem pautado propostas de intervenção estatal, citando como exemplos: i) o programa LEADER (Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural), implementado pela União Européia; ii) o programa de empoderamento comunitário nos Estados Unidos; iii) as mesas de concertação e os sistemas locais de produção agrícola no Peru; iv) a produção agroecológica de frutas no Chile; e, v) no Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Estes exemplos indicam uma clara preocupação instrumental e normativa, pois o território [...] passa a ser entendido como uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal”. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 2).

No Brasil, o debate acadêmico em torno da dimensão territorial do desenvolvimento rural emerge na década de 1990, inicialmente sob o paradigma do desenvolvimento local, instaurado no decorrer dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 - 2002). Neste período, do ponto de vista do discurso governamental esteve presente

a “preocupação com o território, com a agricultura familiar, com a melhoria do nível de vida rural, com o caráter sustentável do desenvolvimento, com a estimulação à participação da sociedade civil, o combate à pobreza ou a distribuição da terra” (THOMAZ JÚNIOR; GÓMEZ, 2005, p. 62).

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (iniciado em 2003), o debate é intensificado com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que tem enfatizado a necessidade do enfoque territorial, a partir do entendimento de que o rural está adquirindo um caráter cada vez mais multidimensional (pluriativo) e menos setorial (essencialmente agrícola).

Analisando os projetos de desenvolvimento rural dos governos de Fernando Henrique e Lula, Thomaz Júnior; Gómez (2005), salientam que ambos estiveram pautados nas imposições do informe do Banco Mundial de 1994 sobre algumas linhas de financiamento para agricultura que mantinha junto ao governo brasileiro. Os três principais elementos desse informe foram “[...] priorizar o pequeno e médio produtor, aliviar a pobreza existente no meio rural e fortalecer o papel regulador dos mecanismos de mercado sobre a atuação do Estado”. (THOMAZ JÚNIOR; GÓMEZ, 2005, p. 64).

Ao se analisar o desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial, contemplando a sua multidimensionalidade, é possível averiguar o papel de destaque que a participação dos atores sociais exerce na escala de análise local ou regional.

Neste âmbito, pensar o desenvolvimento territorial rural, pressupõe contemplar a multidimensionalidade das ações dos atores sociais envolvidos na disputa por políticas públicas, na capacidade de influenciar a formulação de projetos de desenvolvimento e na ocupação de lugares de destaque nas instituições públicas que destinam os recursos financeiros.

Analisar a(s) dimensão(ões) territorial(ais) do desenvolvimento rural implica em compreender como a comunidade local, composta por sujeitos sociais, “se organiza em termos políticos e societários, e de como constrói as instituições democráticas, que impulsionam estratégias de alcance das finalidades em forma de projeto comum”, conforme salienta Pires (2007, p. 63).

Assim, o desenvolvimento territorial não pode ser entendido numa perspectiva linear, consensual e integradora, que pautou os últimos governos federais. Nele estão presentes os processos de desintegração ou de desterritorialização, conforme enfatiza Fernandes (2006):

O desenvolvimento territorial rural - DTR acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR – territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também são excluidores e ressocializadores. É esse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento, em que o mercado, o estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando outros e ainda prolongando outros. (FERNANDES, 2006, p. 43).

Neste sentido as múltiplas dimensões que configuram o desenvolvimento e o território permeiam as ligações entre os processos sociais em suas diferentes escalas. Assim,

[...] O processo de desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de agentes locais/regionais, nas quais o território seria o *agente/ator* principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os *recursos* específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e/ou inovados) no local ou região, ou nos mais diversos elos da rede mundial (PIRES, 2007, p. 75).

Na realidade imposta pela questão agrária brasileira, compreender a(s) dimensão(ões) territorial(ais) do desenvolvimento rural, requer identificar os sujeitos sociais que o configuram sobretudo no campo político. A análise não pode se restringir a uma fragmentação do espaço rural enquanto “territórios de governança” ou “territórios de classes sociais”.

Se tomarmos, como exemplo de *territórios políticos de governança*, as ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), constatamos que se configura num órgão que tem de lidar com projetos de desenvolvimento territorial distintos, envolvendo interesses contraditórios de atores sociais representantes de diferentes estratos sociais como: i) os diversos movimentos sociais de luta pela terra, incluindo o MST e os sindicatos de trabalhadores

rurais; ii) a UDR (União Democrática Ruralista); iii) vereadores, prefeitos e deputados estaduais e federais com distintas visões político-partidárias-ideológicas; iv) ONGs que têm se constituído para arrecadar recursos públicos e/ou elaborar propostas de desenvolvimento vinculadas as questões socioeconômicas e ambientais; v) associações de municípios que têm buscado na organização política, a arrecadação de recursos provenientes dos governos estadual e federal, entre outras formas de participação da sociedade civil em geral.

Embora no plano imaterial e subjetivo do território rural, existam diferenças substanciais enquanto espaços políticos de governança e espaços políticos das classes sociais; na prática - no plano material e objetivo - são territórios que se coadunam e estão permeados pela conflitualidade. São conflitos que envolvem desde a luta pela terra e pela reforma agrária, até a *luta na terra* por meio de pressões por políticas públicas e condições adequadas de sobrevivência e reprodução social no campo. São interesses que se convergem e se divergem na medida em que são implantados os projetos de desenvolvimento territorial.

Um dos principais problemas que ainda permeia o debate em torno do desenvolvimento rural, reside na incorporação do conceito *territorial* meramente no plano teórico, ou seja, embora o discurso dos órgãos governamentais e de entidades de apoio aos agricultores e movimentos sociais se respalde em conceitos como *desenvolvimento* e *território* e a conciliação de ambos, na prática o viés *setorial* continua influenciando e definindo o rumo das políticas públicas e as intervenções em curso.

Neste sentido, concordamos com Pires (2007), quando propõe compreender o desenvolvimento territorial como um “método de ação normativa para os atores e as comunidades em resposta ao desenvolvimento unilateral ‘por cima’, que valoriza a intimidade das relações ‘por baixo’.” (p. 79).

Portanto, entendemos o desenvolvimento territorial rural como estratégia adequada de pensar políticas públicas na escala local, desde que se acredite na capacidade articuladora e de controle social “por baixo”, ou

seja, pelos reais interessados em um desenvolvimento que valorize dimensões fundantes como o espacial, o social, o territorial, o ambiental e o cultural.

Contudo, reiteramos que esta perspectiva instrumental na qual se fundamenta o atrelamento dos conceitos de desenvolvimento e território está profundamente influenciada por experiências extrínsecas à realidade brasileira, a exemplo das políticas de desenvolvimento rural francesa que por sua vez se inserem nas orientações da Política Agrícola Comum (PAC) e no Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER).

3.4. Desenvolvimento rural e a profissionalização dos agricultores na França⁹

As alterações estruturais nos programas de desenvolvimento do espaço rural francês se inserem no processo de metamorfose que retirou a centralidade da agricultura - e do agricultor como seu protagonista - e conferiu múltiplas possibilidades que extrapolam o viés produtivo e, por conseguinte novos atores sociais passam a fazer parte de sua configuração.

O espaço anteriormente submetido à produção passa a ser também objeto de consumo, tanto por meio da instalação de condomínios residenciais que vislumbram no rural um conjunto de amenidades atreladas à imagem bucólica de natureza intocada, quanto pela própria necessidade premente de superação do modelo produtivista de modernização

⁹ As informações utilizadas para a elaboração deste item estão baseadas em revisão bibliográfica e entrevistas com lideranças de organizações profissionais de agricultores franceses, realizadas no decorrer do estágio de doutoramento “sanduíche” realizado no período de setembro de 2008 a fevereiro de 2009, na *Université de Toulouse – Le Mirail*, junto ao Laboratório *Dynamiques Rurales* sob a supervisão da Professora Doutora em Geografia Martine Guibert. A estrutura do laboratório proporcionou a interação com pesquisadores – mestrandos, doutorando e professores -, de diversas áreas do conhecimento, destacando-se dentre elas a Geografia, Sociologia, Economia e Agronomia que são vinculados as linhas de pesquisa “Explorações agrícolas, modelos profissionais e dinâmicas territoriais” e “Produções agroalimentares e territórios rurais” do Programa de Pós-Graduação daquela Universidade.

desencadeado naquele país que – como no Brasil – apesar do bônus econômico representado pelo incremento nos patamares de produção e produtividade, trouxe efeitos adversos para o quadro ambiental e social, como a degradação dos solos, contaminação das águas e o êxodo rural.

Contudo, estas transformações no âmbito institucional das políticas de desenvolvimento rural demandam uma contextualização do processo de reestruturação do setor agrícola e o protagonismo dos agricultores como importante categoria social na realidade francesa. Conforme Hervieu (1997):

Na sociedade francesa, os agricultores ocupam um lugar peculiar. Os políticos lhes dão uma atenção considerável. Os levantamentos estatísticos tratam separadamente este grupo profissional, analisando sua evolução com extremo cuidado. Quase todos os franceses alegando raízes rurais mantêm uma afinidade especial com o mundo agrícola e se sensibilizam com a imagem de um campesinato que sofre em decorrência das mudanças do mundo do trabalho [...] (p. 3). [tradução nossa].

Na atualidade, em decorrência da relevância histórica representada pelo setor agrícola, a sociedade francesa vê-se submetida a uma complexidade um tanto paradoxal, tendo em vista que no final do século XIX, quando os agricultores constituíam a maioria da população nacional, o país não possuía auto-suficiência na produção de alimentos. Nos dias atuais, no momento em que se transforma numa potência internacional na exportação de produtos agropecuários – o segundo maior país exportador no *ranking* mundial – sua sociedade deixa de ser predominantemente agrária. (HERVIEU, 1997).

Estas transformações no espaço rural ocorrem no período de um século – entre o final do século XIX e o final do século XX – atravessado por duas guerras mundiais e a crise de 1929, pode ser sintetizado em três grandes mudanças fundamentais, conforme Hervieu (1997):

- 1) No final do século XIX, a agricultura francesa foi afetada por uma série de crises que, atreladas ao aumento da concorrência estrangeira, provocaram a queda dos preços e dos salários médios e, conseqüentemente, o aumento do êxodo rural. Tal processo resultou na criação do Ministério da

Agricultura em 1881, para incentivar a modernização da agricultura e criar uma série de medidas protecionistas.

2) O período de 1945 a 1975 – que ficou conhecido como os *Trinta Gloriosos* - corresponde a uma fase de intensificação do processo de modernização da agricultura que alterou substancialmente o perfil do agricultor francês. É neste período que surgem algumas teses visando explicar do ponto de vista conceitual, o que seria entendido como a metamorfose do camponês em agricultor, identificando no primeiro, os laços de pertencimento a sua comunidade e uma produção de subsistência, e o segundo, sendo caracterizado em função da definição de sua produção conforme a demanda e os preços estabelecidos pelo mercado agrícola internacional. Em outras palavras, o camponês seria territorialmente vinculado ao lugar, e o agricultor desterritorializado e vinculado ao global.

3) A última grande transformação pode ser resumida por uma dualidade. Por um lado, atingiu sua auto-suficiência na produção de gêneros alimentícios por meio da modernização da agricultura. Por outro lado, diante das reformulações da Política Agrícola Comum (PAC), os agricultores - que no período anterior -, foram incentivados a incorporar tecnologias para incrementar sua produtividade, agora são submetidos a instauração de cotas de produção agropecuária. Desse modo, num primeiro momento, foi implantado um modelo de modernização agrícola produtivista que aniquilou a cultura tradicional centrada na economia familiar e na terra como um bem patrimonial, e num segundo momento, diante da conjuntura internacional imposta pela reestruturação da União Européia, são desenhadas novas funções para os agricultores e, por conseguinte, para o espaço rural:

Cada vez menos ligados à produção de matérias-primas alimentares, a agricultura do futuro se volta para novos objetivos: produção de energia e moléculas de base para a indústria, manutenção das paisagens, proteção dos espaços assim como das riquezas naturais e culturais [...] (HERVIEU, 1997, p. 6) [tradução nossa].

Estas profundas alterações no espaço rural francês impulsionaram um “mundo” de organizações coletivas no âmbito dos produtores rurais¹⁰, provenientes de diferentes estratos sociais e posturas político-ideológicas. Tais organizações assumem formatos diversificados, abrangendo tanto aspectos gerais quanto específicos ao processo produtivo, o que inclui tanto a pressão e/ou representação política dos agricultores, diante das agências governamentais quanto à aquisição de insumos para a produção e a comercialização dos produtos agropecuários, e mais recentemente, o aprimoramento de técnicas alternativas de produção como a agricultura orgânica e a inserção de pautas ambientais na agenda dos programas de desenvolvimento rural.

Diante da infinidade de siglas que identificam estas organizações de produtores rurais, estas entidades são comumente denominadas *Organizações Profissionais Agrícolas* (OPAs). Consubstanciado em Habermas (1993), Purseigle (2003) salienta que as OPAs contribuem para a formação de opinião na sociedade e, conseqüentemente, possuem capacidade de influenciar nas decisões políticas, tanto pela participação direta em órgãos públicos – como as câmaras de agricultura – quanto pela contribuição implícita aportada por suas ações na sociedade (eventos como manifestações, passeatas etc.).

Conforme Pesche (2000) *apud* Hespanhol (2007) as Organizações Profissionais Agrícolas contemplam “[...] além dos sindicatos, das cooperativas e das associações especializadas por produto, os estabelecimentos de crédito, as Câmaras de Agricultura e os órgãos técnicos [...]” (p. 160).

Quanto às funções desempenhadas por cada modalidade de organização, observa-se que as cooperativas e as associações estão voltadas à dimensão econômica dos interesses dos agricultores, como por exemplo, a aquisição de insumos e o processamento de matérias-primas; ao passo que os sindicatos se encarregam da dimensão política da “profissão” do

¹⁰ O sociólogo Bertrand Hervieu em seu livro *Les Agriculteurs* que teve a sua 1ª edição publicada em 1996 dedica um capítulo intitulado *L'agriculture: un monde d'organisations* para discutir a expressividade destas organizações.

agricultor. Assim, são nas agremiações sindicais que podemos identificar as identidades político-ideológicas, que – como no Brasil – estão invariavelmente vinculadas ao nível de capitalização do agricultor, tanto no que concerne ao tamanho da propriedade quanto à renda gerada pela exploração agropecuária¹¹.

Purseigle (2003) enfatiza que a distinção das funções atribuídas às cooperativas ou associações e os sindicatos aparece nos estatutos da Federação Nacional dos Sindicatos de Exploradores Agrícolas (FNSEA) constituída em 1946. “O sindicato tem como objetivo, a coordenação, a defesa dos interesses gerais, morais e sociais da profissão agrícola, ao passo que todas as funções econômicas são reservadas às organizações cooperativas”. (p. 10).

Fortemente vinculados a conjuntura política do final do século XIX, as primeiras organizações sindicais se estruturam a partir de uma aristocracia fundiária fortemente vinculada à ideologia emanada da direita monarquista nacional. “[...] Assim, em 1886, a *Sociedade dos Agricultores da França* cria importantes organizações regionais tendo suas ações coordenadas por uma união nacional: *A União Central dos Sindicatos dos Agricultores da França*. [...]” (PURSEIGLE, 2003, p. 7) [tradução nossa]. A partir dos serviços disponibilizados nas “*lojas de insumos*” organizadas regionalmente, conseguiam atrair os agricultores para participarem de círculos de debates onde eram persuadidos à adesão de doutrinas monarquistas.

Contrapondo-se aos ideais do *Grupo da Rue d’Athènes* – como ficaram conhecidos os monarquistas da capital francesa – o *Grupo do Boulevard Saint-Germain*, que defendia os princípios republicanos funda em 1880 a *Sociedade Nacional de Encorajamento da Agricultura*. “[...] A fim de confrontar a influência da *União central dos sindicatos agrícolas*, esta corrente cria em 1909 um sindicalismo laico próximo da administração com

¹¹ No Brasil a contribuição sindical é compulsória a todos os membros de uma categoria econômica ou profissional. No espaço rural a contribuição deve ser feita à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que representa a classe patronal ou para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que representa os interesses trabalhistas. (MENDES, 2001).

a *Federação dos Sindicatos Agrícolas da França*.” (PURSEIGLE, 2003, p. 7). [tradução nossa].

No que concerne às ações da *Sociedade dos Agricultores da França* e da *Sociedade Nacional de Encorajamento da Agricultura*, que respectivamente, representavam ideais monarquistas e republicanos, Hespanhol (2007), salienta que estas instituições,

se justificaram mais pelo interesse da aristocracia e da burguesia rural de controlarem os campos e de cooptarem os favores do eleitorado agrícola do que pela preocupação com os problemas e dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Isso porque, em 1881, a agricultura representava 50% da fortuna privada, 50% da população ativa francesa e 54% da renda nacional. (p. 162).

Após a Primeira Guerra Mundial, estas duas vertentes sindicais rurais unem-se em torno da *Confederação Nacional das Associações Agrícolas (CNAA)* para combater o “perigo marxista” que vinha se fortalecendo a partir de organizações sindicais urbanas e rurais. Contudo, o grupo do *Boulevard Saint-Germain*, representado pelos republicanos se retira da entidade em 1925, provocando o esvaziamento da confederação que realiza seu último congresso em 1936. (HERVIEU, 1997; PURSEIGLE, 2003).

Por seu turno, visando controlar os rumos da organização profissional no espaço rural, o Estado procura institucionalizar a representação dos agricultores com a Lei de 3 janeiro de 1924 que promove a criação de estabelecimentos públicos profissionais – as câmaras da agricultura (*chambres d’agriculture*) – na escala dos governos departamentais, onde as organizações sindicais podem eleger seus representantes legais para integrarem os conselhos que regulam os investimentos públicos na agricultura. (HERVIEU, 1997).

A partir do decreto-lei de 30 de outubro de 1935 estas agências públicas passam a ser consideradas como um “organismo consultivo e representativo dos interesses gerais e especiais da agricultura metropolitana” (PURSEIGLE, 2003, p. 12). Assim, as Câmaras da Agricultura foram especializadas nos diferentes níveis escalares de governo – departamental, regional e nacional – e são incumbidas de analisar e representar as demandas apresentadas pelos diferentes segmentos sociais de agricultores

junto ao poder público, além de serem responsáveis pela assistência técnica oficial. Neste sentido, a representação das organizações sindicais nestas agências governamentais constitui-se numa verdadeira disputa territorial envolvendo desde projetos político-ideológicos na elaboração de propostas para programas de desenvolvimento rural até a atração de novos filiados a cada uma destas entidades sindicais¹².

A partir de 1982 com a ascensão ao poder do governo socialista de François Mitterrand a representação das entidades sindicais, no âmbito das Câmaras da Agricultura, deixou de ser exclusivamente da organização sindical majoritária – FNSEA – e foi aberta a possibilidade para que os outros sindicatos profissionais pudessem pleitear eleitoralmente a representação no âmbito departamental. (ABRAMOVAY, 1999).

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca da organização das Organizações Profissionais de Agricultores francesas, realizamos entrevistas com representantes de quatro entidades sindicais no nível departamental de *Tarn-et-Garrone* e regional *Midi-Pyrénées* que possuem como sede administrativa a cidade de Toulouse. Neste sentido, as organizações analisadas foram as seguintes:

- *FNSEA - Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles*. Esta federação se constitui na organização sindical majoritária e congrega o maior número de filiados do país totalizando mais de 320 mil agricultores e compõe ainda o maior número de membros eleitos nas câmaras de agricultura regionais. Tem como objetivo defender os interesses dos agricultores diante das agências de desenvolvimento rural francês e na União Européia, sobretudo no tocante a questão da Política Agrícola Comum (PAC). Por ser majoritária, congrega também uma multiplicidade de perfis socioeconômicos de agricultores, com destaque para os produtores que possuem maior acesso às modernas técnicas de produção e, via de regra, desenvolvem o que se convencionou denominar no país de “agricultura química” e que no Brasil designamos como agricultura moderna.

¹² Embora a sindicalização não seja obrigatória, para usufruir o direito à participação em caixas de seguro social é necessário ser filiado a uma entidade sindical representante de classe. (HESPANHOL, 2007).

- *Confédération Paysanne*. Consiste no segundo maior sindicato de agricultores do país totalizando 110 mil agricultores. Possui como objetivo central o questionamento do modelo de desenvolvimento produtivista da agricultura, não somente na escala francesa, mas também na escala internacional por estar vinculada a Via Campesina. Dentre a centralidade do debate proposto por esta entidade sindical está o processo de diminuição sistemática do número de produtores familiares, a queda dos preços agrícolas, as crises sanitárias – a exemplo do mal da “vaca louca” e da “gripe aviária” e as desigualdades sociais e regionais na escala francesa, européia e internacional.

- *Jeunes Agriculteurs*. Trata-se de uma organização sindical voltada à preparação e qualificação de agricultores com até 35 anos para ingressarem na atividade rural. Possui cerca de 50 mil agricultores filiados no país e tem como objetivo formar os “novos agricultores”, a partir da capacitação dos jovens por meio de um acompanhamento voltado à instalação dos jovens nas propriedades rurais, bem como a ocupação de toda a sua família, através de atividades econômicas que possam garantir a manutenção das famílias no espaço rural.

- *Coordination Rurale*. Este sindicato foi organizado como resultado das insatisfações em relação às reformulações da Política Agrícola Comum empreendidas no ano de 1992. O seu objetivo é dar maior autonomia aos seus representados, na medida em que é contrário às ingerências governamentais, sobretudo no tocante a questão das cotas de produção agrícola, comercialização de grãos entre produtores e pecuaristas, liberdade na utilização de insumos e sementes dentre outras frentes de ação. O principal lema desta organização sindical, que foi difundido na ocasião de sua criação em oposição a PAC consiste justamente em “*des prix, pas des primes*”, numa alusão a garantia de preços mínimos entendendo que o subsídio consiste numa medida de controle dos agricultores, que os fragilizam do ponto de vista identitário e os subjugam aos interesses governamentais.

De um modo geral, a análise do conteúdo das entrevistas com os dirigentes das Organizações Profissionais de Agricultores reflete uma preocupação em relação às perspectivas da agricultura como um setor produtivo que permanece extremamente relevante para a economia francesa. Correlacionado à dimensão econômica, estão as dimensões culturais e sociais que têm sido implicadas pela fragilização identitária decorrente das mudanças nos tipos de uso do espaço rural a partir da emergência do enfoque territorial.

Tal complexidade se insere no processo de cogestão estabelecido entre o Estado e as organizações profissionais para promover o processo de modernização da agricultura francesa. Analisando a obra de Debatisse (1963), Abramovay (1999) destaca que o projeto agrícola modernizante esteve pautado na adoção de novas técnicas, intensificação do processo de exploração do trabalho, incorporação de novas áreas, eliminação das explorações agropecuárias que tinham dimensões muito reduzidas, ampliação do uso de máquinas e insumos químicos e a utilização do crédito rural como esteio da chamada “revolução silenciosa” que deveria ser promovida no espaço rural.

Sabe-se que tal aparato modernizante seguia a lógica dos pressupostos da Revolução Verde que vinha sendo orquestrada nos países de capitalismo avançado no pós Segunda Guerra Mundial. Contudo, a tese da “revolução silenciosa” é singular, pois não se trata de uma proposta oriunda de agências multilaterais ou dos quadros acadêmicos, mas foi propugnada por Michel Debatisse (1963) um representante sindical da FNSEA que defendia de forma contundente a modernização, mesmo reconhecendo que não seria possível a inclusão de todos os produtores rurais “[...] Há braços demais no campo e a promoção organizada do êxodo é o único meio de permitir que o progresso técnico provoque a elevação da renda agrícola”. (ABRAMOVAY, 1999, p. 14).

De fato uma significativa parcela dos produtores rurais franceses foi excluída do processo de modernização. Originalmente a Política Agrícola Comum (PAC) teve seus princípios elaborados na conferência realizada na

cidade italiana de Stresa em 1958. Dentre os desafios apresentados neste evento, estava a adequação do mundo rural às propostas de consolidação da Comunidade Econômica Européia (CEE) criada a partir do Tratado de Roma, em 1957, conforme salienta Dauce (2003).

A instituição de uma política de preços comuns entre os países constituintes da Comunidade Econômica Européia esbarrava na heterogeneidade do espaço rural dos seis países que a integravam¹³. Assim, apresentavam-se duas alternativas que se constituíam basicamente em: i) eliminar as propriedades rurais consideradas inviáveis, por meio de uma reestruturação agrária e abertura comercial internacional; ii) adotar medidas protecionistas para a viabilização das pequenas explorações agropecuárias, o que poderia resultar na geração de crises decorrentes da superprodução. (ABRAMOVAY, 1999).

A base das diretrizes formuladas em Stresa foi fundamentada na adoção de medidas que levassem a eliminação das unidades produtivas consideradas inviáveis. Tal processo se efetivaria pela abertura ao comércio internacional desprovida de medidas protecionistas. Contudo, isto não se concretizou pela ausência de condições políticas que permitissem esse caráter essencialmente excludente e a Política Agrícola Comum acabou sendo gestada tendo a propriedade familiar como sustentáculo do desenvolvimento agrícola europeu, conforme ressalta Abramovay (1999).

Desde a sua estruturação, a Política Agrícola Comum foi submetida a uma série de reformulações – a mais profunda em 1992 – mas manteve-se fiel a três aspectos balizadores: a fixação de preços, o financiamento comum e a preferência comunitária. A operacionalização destes pilares concernentes a questão agrícola foi possibilitada pela constituição do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) que se configurou numa das estratégias para reduzir o efeito da heterogeneidade econômica, social e espacial existente entre os países que compõem a União Européia¹⁴, tendo se

¹³ França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

¹⁴ Paralelamente ao FEOGA, criado em 1962, foram instituídos outros três fundos para viabilizar a consolidação da União Européia quais sejam: 1) Fundo Social Europeu (FSE), criado em 1958 voltado às atividades de qualificação profissional e promoção do emprego; 2)

estruturado a partir de duas vertentes: O FEOGA-Garantia e o FEOGA-Orientação.

O FEOGA-Garantia possui como objetivos centrais a manutenção de dois mecanismos que se constituem na definição da tarifas sobre os produtos importados em patamares que viabilizem a produção interna e no subsídio da diferença entre os preços praticados na União Européia e os praticados no comércio internacional de produtos agrícolas.

O FEOGA-Orientação tem o intuito de aproveitar e potencializar as condições naturais ou materiais existentes em uma determinada região, permitindo a especialização produtiva e o aprimoramento da comercialização, bem como compensar os agricultores em reação às adversidades que afetam determinados espaços, comprometendo a sua competitividade, a exemplo das regiões montanhosas na França (Alpes, Pirineus e Maciço Central) ou áreas de preservação ambiental onde foram constituídos, por exemplo, os parques naturais.

Saraceno (2001), analisando os reflexos da Política Agrícola Comum e a questão do desenvolvimento rural na realidade européia, alerta para os riscos e armadilhas que se apresentam aos países latino-americanos que têm incorporado este formato sem a devida reflexão acerca das diferenças histórico-estruturais existentes para cada uma destas realidades extremamente distintas. Uma primeira ressalva enfatizada pela autora é a identificação do contexto que gerou a política de promoção do desenvolvimento das áreas rurais. A outra advertência está fundamentada na mensuração dos efeitos concretos materializados no espaço rural, inclusive naqueles espaços onde se desenvolvem processos sociais independentes da ação política.

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado em 1975, destinado a financiar ações de desenvolvimento em regiões pobres visando reduzir as desigualdades regionais intra e internacionais dos países-membros; e, 3) Fundo Europeu das Pescas (FEP), criado em 2007, destinado à modernização da atividade da pesca e aquicultura em substituição ao Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), que havia sido instituído em 1993.

Ainda conforme Saraceno (2001) a evolução das políticas de desenvolvimento rural européias podem ser subdivididas em três etapas desde a criação da Política Agrícola Comum:

1) De 1958 até o final dos anos 1980: período marcado por uma lógica essencialmente setorial denotada como uma política estrutural voltada à modernização das explorações agrícolas. “[...] Manteve-se independente de outras políticas da União Européia, também chamadas “estruturais” como as de desenvolvimento regional, destinadas às zonas desfavorecidas.” (SARACENO, 2001, p. 2). [*tradução nossa*]

2) Década de 1990: período marcado pela instauração de políticas voltadas à diversificação das áreas rurais, a partir da adoção de um enfoque territorial e multisetorial para o espaço rural, tendo em vista que o enfoque setorial demonstrava claros sinais de fracasso tanto do ponto de vista agrícola quanto rural. Os produtores rurais não conseguindo a inserção competitiva na atividade agrícola, buscavam outras formas de inserção no mercado de trabalho abandonando tanto o setor quanto o próprio espaço rural. O Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) é gestado neste contexto visando dar novas orientações às políticas de desenvolvimento rural a partir de um enfoque territorial, multisetorial e integrado, relativamente barato quando comparado aos gastos com as estruturas agrícolas da PAC ou com os programas voltados ao combate às desigualdades regionais.

3) O período atual é marcado pela integração dos enfoques territorial e setorial, com ênfase para este último. Tal processo se insere no marco de políticas estruturais desencadeadas na União Européia a partir do documento intitulado Agenda 2000. Consiste na adoção de um conjunto de medidas heterogêneas que integra as políticas estruturais voltadas às explorações agropecuárias atrelando-as aos programas agroambientais. O público alvo prioritário passa a ser novamente os agricultores – desta feita sob uma ótica multifuncional - e não o conjunto da população rural.

Na realidade francesa a população agrícola – apesar do êxodo rural decorrente da modernização da agricultura – permanece relevante no

contexto da União Européia. Conforme as informações das Câmaras da Agricultura Francesa (2005) a população economicamente ativa representa 3,5% dos empregos gerados no país (885 mil pessoas num total de 25 milhões de pessoas economicamente ativas). A média da União Européia atinge 5,0%, mas com resultados extremos: menos de 2,0% no Reino Unido e 17% na Polônia, por exemplo. As áreas agricultáveis na França totalizam 30 milhões de hectares que correspondem a 19,0% da superfície agrícola da União Européia. Quanto à produtividade o ritmo médio de crescimento da agricultura entre 1990 e 2005 foi de 4,0% ao ano, duas vezes superior que a economia geral, que teve um crescimento médio em torno de 1,9% neste mesmo período.

Outrossim, embora o enfoque setorial apresente limitações na elaboração de políticas voltadas ao espaço rural, o formato da abordagem territorial adotado também não tem sido suficiente para contemplar todas as dimensões do desenvolvimento rural. Tal complexidade se insere no processo de estruturação do espaço rural histórica e geograficamente atrelado ao caráter produtivo que tem na sua composição elementos da questão agrícola e da questão agrária. Além disto, temos que pensar a indissociabilidade desta questão com as relações cidade e campo que se inserem numa totalidade igualmente complexa.

Assim, buscaremos no próximo capítulo estabelecer algumas análises de uma das modalidades de organização coletiva dos produtores rurais na região do Pontal do Paranapanema-SP que têm se estruturado por meio de federações e associações de produtores voltadas essencialmente ao enfoque setorial e agrícola.

4. A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E ASSENTADOS

Analisaremos neste capítulo as formas de organização associativa na região do Pontal do Paranapanema a partir das entrevistas que realizamos com lideranças de federações e associações de produtores rurais proprietários de terra, assentados em projetos de reforma agrária e com representantes dos movimentos sociais.

Os roteiros de entrevistas foram organizados de forma semi-estruturada o que nos permitiu conciliar a obtenção de informações de caráter objetivo com informações gerais que nos propiciaram construir e analisar os discursos e estratégias das ações desenvolvidas pelas federações e suas associações.

Os principais roteiros foram subdivididos em cinco temas e abordadas as seguintes dimensões das federações e associações: 1) *Identificação*, demonstrando os perfis de cada presidente e sua respectiva federação/associação; 2) *Histórico*, procurando caracterizar as origens de cada organização bem como as influências externas que eventualmente tenham recebido de agências de mediação e/ou demais agentes da sociedade civil; 3) *Caracterização e funcionamento* visando compreender a estrutura disponível nas federações e associações bem como as práticas desenvolvidas no cotidiano; 4) *Autonomia* objetivando identificar a capacidade sociopolítica e econômica e territorial na interação com outros atores sociais na escala local, regional e nacional e por fim as 5) *Perspectivas* vislumbrando as possibilidades de continuidade das práticas associativas a partir da clareza e delimitação das ações futuras destas organizações.

4.1. As federações como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema

A partir dos temas abordados nas entrevistas, informações de publicações acadêmicas e órgãos oficiais realizaremos num primeiro momento a análise do conteúdo das ações desenvolvidas pelas duas federações que congregam as associações de produtores rurais tradicionais e de produtores rurais assentados: a Famhesp e a Faafof.

A proposta metodológica adotada consiste na busca da construção do discurso dos líderes destas entidades e identificar as estratégias de ação implementadas para a reprodução socioeconômica dos pequenos produtores rurais proprietários a partir da atuação da Famhesp e dos assentados pela reforma agrária pela ação da Faafof.

A Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP) foi criada em outubro de 2005 e atualmente possui sede no distrito de Agissê, município de Rancharia - SP. De acordo com o art. 3º do seu estatuto tem a finalidade de:

- promover, de maneira organizada, o desenvolvimento rural sustentável [...] e se propõe aos seguintes objetivos:
- a) Manter e fomentar o espírito de união entre as Associações que, de acordo com este Estatuto possam fazer parte dela, promovendo a cooperação visando a gestão participativa dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.
 - b) Representar as Associações junto aos diversos organismos do Estado, defendendo os interesses das filiadas e seus associados.
 - c) Prestar apoio e assessoria técnica e jurídica às entidades filiadas.
 - d) Promover congressos, seminários, encontros e cursos sobre temas que se relacionem com o desenvolvimento rural e a proteção aos recursos naturais, estimulando entre seus membros o efetivo intercâmbio de experiências, conhecimentos, dados, resultados parciais ou finais das atividades que desenvolvam.
 - e) Fazer-se representar nos foros onde estejam em discussão o desenvolvimento rural sustentável e em especial os temas voltados às bacias e microbacias hidrográficas e ao meio ambiente.
 - f) Promover o estabelecimento de relações com entidades similares.
 - g) Promover a constituição de comissões de trabalho para o desenvolvimento de atividades específicas de interesse geral das associadas.
 - h) Apoiar iniciativas de suas associadas que contribuam ao melhoramento das condições de vida de suas comunidades. (ESTATUTO DA FAMHESP, p. 1-2, 2005.).

Conforme se pode observar pelas informações presentes no estatuto e que serão corroboradas a partir do discurso desenvolvido pelo seu presidente, a Federação surge como um desdobramento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que consiste numa política de desenvolvimento rural - influenciada pelo paradigma do desenvolvimento sustentável - que vem sendo implantada no estado de São Paulo desde o ano 2000.

Sobre o surgimento desta federação o discurso construído a partir da entrevista com o presidente da entidade pode ser expresso da seguinte forma:

Essa federação foi criada graças ao programa de microbacias e o pessoal da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). Nós devemos muito a eles. Fizemos um seminário com as associações de todo o estado em 2005 e chegamos a conclusão de que deveríamos ter um órgão que nos represente diante das instâncias de primeiro escalão como a assembleia legislativa.

O carro-mestre da federação é reunir as associações do estado de São Paulo para podermos ter voz e vez no primeiro escalão do governo. Hoje nós temos a capacidade de solicitar uma audiência com qualquer membro da esfera governamental. Somos pioneiros em organização em nosso país. Antes nós tínhamos somente os espaços dos conselhos rurais municipais e regionais. Hoje temos uma entidade estadual. (MOREIRA, maio/2008).

Por sua vez a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP) foi criada em novembro de 2006 com sede no município de Mirante do Paranapanema e sub-sede no município de Teodoro Sampaio. O surgimento desta federação - que se configura como uma Organização Não-Governamental - está atrelado às possibilidades de obtenção de financiamentos públicos do governo federal a partir do Programa Nacional de Biodiesel. Isto pode ser verificado a partir do discurso do presidente da entidade:

Nós temos o biodiesel como carro-chefe da nossa federação. Aprovamos um projeto no MDA numa parceria com o INCRA que permitiu que hoje tivéssemos 1200 famílias na região do Pontal do Paranapanema plantando mamona, cada família com dois hectares. Outro projeto da federação está relacionado às habitações rurais.

Esse projeto é desenvolvido por meio das associações existentes nos assentamentos. (MORAES, abril/2008)

Do ponto de vista da estrutura e funcionamento das federações identificamos que ambas não possuem uma estrutura física consolidada, tendo em vista que a Famhesp possui uma “sede itinerante” sendo deslocada de acordo com a localização do seu presidente. Como desde a sua formação em 2005 manteve o mesmo presidente seu foro está constituído no distrito de Agissê, município de Rancharia - SP, onde se desenvolve as atividades da Associação dos Produtores de Rurais de Agissê.

Contudo a federação possui um conselho deliberativo que atua a partir de 10 núcleos regionais no estado de São Paulo que tem como escala de atuação a regionalização dos 40 EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Rural) estabelecida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Em média cada núcleo regional é composto por representantes de quatro regiões, a exemplo do NR4 (Núcleo Regional 4) que é composto por representantes dos EDRs de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Assis e Ourinhos.

No caso da Faafof que na sua origem se organizava a partir de duas sedes, em Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, a partir de 2008 mantém sua sede num prédio alugado neste último município onde reside o presidente da entidade.

Podemos assinalar que a constituição de duas sedes no momento de sua constituição em 2006 se apresenta como uma estratégia de gestão territorial face a disputa pela hegemonia regional dos assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que detém o controle da Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (COCAMP).

Jose Rainha Júnior se destaca como um dos principais ícones do MST no Pontal do Paranapanema e ele vislumbra na Faafof uma alternativa institucional na gestão territorial da organização associativa dos assentamentos rurais, conforme salientam BARONE *et al.*(2008):

Em rota de colisão com a direção nacional do movimento desde o final do governo FHC, a principal liderança do MST na região (José Rainha Júnior) segue efetivamente, com seu grupo de militância, como principal referência da luta pela terra na região. Excluído da organização nacional, essa fração mantém, contra a vontade da direção do MST, a bandeira e o “método” do Movimento. Após perder a direção formal da cooperativa para um grupo ligado à direção nacional do MST (mais um capítulo desse relacionamento extremamente conflituoso), este grupo tem buscado construir uma alternativa institucional à COCAMP, direcionando seus esforços na montagem de uma entidade legalmente constituída, a fim de também concorrer às verbas federais destinadas aos assentamentos do Pontal. (sp., 2008).

Neste sentido, os autores salientam o “racha” ocorrido no MST na região do Pontal do Paranapanema e caracterizam a fração ligada a José Rainha como “MST do Pontal”, tendo em vista que contrariamente a vontade da direção nacional do movimento, segue utilizando a bandeira e as estratégias de ação como a organização de acampamentos e ocupações.

Pela via institucional, além de criarem a Faaafop, o “MST do Pontal” se organiza por meio de outra associação, também estruturada como organização não-governamental denominada Associação Amigos de Teodoro Sampaio.

As duas entidades - Faaafop e AATS têm obtido êxito no acesso às verbas federais a partir de convênios estabelecidos com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, sobretudo a partir do Programa Nacional do Biodiesel, conforme podemos observar nos quadros 2, 3 e 4:

Quadro 02 - Convênios do governo federal por estado e municípios: Mirante do Paranapanema-SP (Período: 01/01/1996 a 07/03/2009)

Objetivo	O presente termo de Convênio tem por objeto fomentar a produção de oleaginosas nos assentamentos do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel do Governo Federal, diversificar a produção nos assentamentos.
Órgão Superior	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Conveniado	Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista
Valor Conveniado	1.373.598,25
Última liberação	400.000,00
Data	18/11/2008

Fonte: Portal Transparência, Controladoria Geral da União, março de 2009.

Quadro 03 - Convênios do governo federal por estado e municípios: Teodoro Sampaio-SP (Período: 01/01/1996 a 07/03/2009)

Objetivo	O presente convênio tem por objeto cumprir a determinação do MDA na implantação de programa para viabilizar projeto para a produção, bem como diversificar a produção, ampliar as fontes de renda e contribuir para o aumento da biodiversidade em assentamentos do Estado de São Paulo.
Órgão Superior	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Conveniado	Associação Amigos de Teodoro Sampaio
Valor Conveniado	2.300.995,00
Última liberação	600.000,00
Data	15/01/2009

Fonte: Portal da Transparência, Controladoria Geral da União, março de 2009.

Quadro 04 - Convênios do governo federal por estado e municípios: Teodoro Sampaio-SP (Período: 01/01/1996 a 07/03/2009)

Objetivo	Elaboração e acompanhamento técnico de projetos habitacionais para famílias assentadas viabilizando a construção e/ou reforma e ampliações das unidades habitacionais no âmbito da Resolução 460 da Caixa Econômica Federal em projetos de assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.
Órgão Superior	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Conveniado	Associação Amigos de Teodoro Sampaio
Valor Conveniado	182.000,00
Última liberação	14.000,00
Data	05/10/2007

Fonte: Portal da Transparência, Controladoria Geral da União, março de 2009.

A partir das informações obtidas no Portal Transparência da Controladoria Geral da União, verificamos que até março de 2009 o grupo do MST do Pontal obteve a aprovação de convênios junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento para produção do biodiesel que tem se configurado no incentivo a produção da mamona e para a implantação de projetos de construção e/ou reformas habitacionais nos assentamentos rurais.

O montante de R\$ 3.856.593,25, aprovado para as entidades tem permitido de um lado, o fortalecimento desta fração na gestão territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema, e de outro, suscitado investigações do ministério público federal e da procuradoria da república de Presidente Prudente, conforme tem sido sistematicamente divulgado pela imprensa regional e nacional.

4.1.1. A organização interna das federações e os projetos de gestão territorial

Neste item buscaremos analisar a organização interna das federações e os projetos de gestão territorial para averiguar a coesão das estratégias com as associações federadas.

O primeiro aspecto está relacionado à sistemática de desenvolvimento das reuniões. Na Famhesp os encontros têm sido desenvolvidos com os coordenadores dos núcleos regionais que por sua vez presidem associações em seus respectivos EDRs. Grosso modo, os interesses da federação estão relacionados ao debate dos desdobramentos do programa de microbacias, porém observamos um forte debate concernente à questão de interesses de classe:

Nas reuniões procuramos trocar experiências acerca da sensibilização das associações e seus problemas. Por exemplo, o cancro cítrico, nós não concordamos da forma como é praticada a erradicação dos pomares. Na questão das áreas de preservação permanente, com relação ao imposto da água, nós entendemos que ao invés de pagar, devemos receber por estarmos preservando os mananciais. Outro problema é a questão da identidade: nossa

federação é composta por produtores tradicionais e também tem os assentados - não fazemos distinção - desde que esteja na terra, também é um produtor. Mas não concordamos com o conceito de agricultura familiar, que dá ideia de estarmos correndo para assentar as pessoas, nós praticamos o agronegócio familiar, queremos outro tipo de tratamento, pois somos responsáveis por mais de 85% da produção de alimentos. (MOREIRA, maio/2008)

É interessante frisar a contestação da “identidade” atribuída ao grupo, na medida em que o dirigente refuta o conceito de *agricultura familiar* que a partir da última década do século XX adquire um papel de destaque no âmbito das políticas públicas tanto em escala estadual, nacional e até mesmo internacional, sobretudo pela sua difusão por organismos multilaterais como a FAO e o Banco Mundial.

Para ele o conceito de agricultor familiar está muito atrelado a questão reforma agrária (“dá ideia de estarmos correndo para assentar as pessoas”) e defende que a produção desenvolvida pelo grupo representado pela Famhesp é o *agronegócio familiar* dada sua expressividade na produção de alimentos. Por um lado isto denota a noção de pertencimento que a federação possui com a visão de mundo da classe empresarial rural, e por outro lado, o estranhamento existente em relação a questão da reforma agrária, aspecto que iremos aprofundar posteriormente.

Relacionando este debate ao perfil dos produtores rurais das associações federadas constatamos que os pequenos e médios produtores rurais são o público prioritário. Mas esta classificação está expressamente vinculada às ações do PEMH, ou seja, são produtores que criam associações para receber os benefícios do programa.

[...] é de acordo com a existência do maior número de sítios, porque a intenção do programa é fixar o homem no campo e desenvolver uma forma de recuperação do meio ambiente. Mas existe um critério de diferenciação dos incentivos de acordo com o tamanho da área. Para o pequeno é custeado 100% dos gastos, para o médio, vamos supor uns 80% e o grande muda um pouco para menos o valor do subsídio¹⁵. (MOREIRA, maio/2008)

¹⁵ Para maior detalhamento acerca dos critérios de seleção dos produtores ver NEVES NETO (2009). Para uma crítica em torno dos problemas político-partidários que muitas vezes

Este caráter induzido das associações vinculadas a Famhesp resulta na ausência de uma “identidade” de grupo dos produtores associados. As ações do PEMH têm inegavelmente trazido avanços do ponto de vista da recuperação ambiental, mas peca ao não possibilitar a constituição de associações de produtores que possuam autonomia e clareza nos objetivos a serem atingidos a médio e longo prazo.

Concernente a Faafof, observamos que as reuniões se desenvolvem mais no âmbito interno a diretoria da própria federação do que com relação aos dirigentes das associações vinculadas. Os encontros são realizados de acordo com a necessidade, para discutir aspectos relacionados aos projetos de plantio de oleaginosas subvencionados pelos convênios estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nós fazemos reuniões com a diretoria e também com as associações. Nossas reuniões são feitas de acordo com a necessidade. Fazemos reuniões nos acampamentos e assentamentos. Isso depende da situação [...] Falamos especificamente questões da produtividade nos assentamentos no tocante a produção da mamona. Nas reuniões usamos um pouco de formação política também, pois a nossa classe é um povo sem cultura infelizmente, não por culpa deles, mas do sistema. Então, devagar a gente vai qualificando esse povo, mas o principal tema é a produtividade. (MORAES, abril/2008).

Assim como na Famhesp, observamos a presença neste discurso de aspectos voltados à questão de pertencimento de classe, na medida em que o informante fala de reuniões que são feitas nos acampamentos e da necessidade de *formação política* para o povo assentado. *A priori* os acampamentos não deveriam integrar o campo de ações da Faafof, contudo, como vimos anteriormente, isso se constitui numa estratégia de gestão territorial desta fração oriunda da fragmentação do MST na região do Pontal do Paranapanema.

A busca pelo fortalecimento e hegemonia da federação pode ser visualizada no discurso a seguir:

[...] nossa federação é uma associação de assentados e pequenos produtores rurais do oeste paulista. A nossa intenção é que os pequenos produtores que têm o perfil contrário à reforma agrária se juntem a nós. Eu acho que como a gente os quer do nosso lado, a gente não pode determinar o tamanho da área. Mas o produtor que tenha 100 alqueires de terras, não vai querer fazer parte de um projeto de 2 hectares com a mamona. Então, podemos determinar o tamanho de 20 a 30 alqueires, talvez é um bom tamanho. (MORAES, abril/2008).

No que tange a territorialidade das federações na região, do ponto de vista da quantidade de associações existentes consta uma expressividade numérica inversamente proporcional às afiliadas. O nível de participação apresenta patamares inexpressivos, sobretudo quando analisamos a realidade da Famhesp que tem o território estadual como escala de atuação:

Hoje nós temos cerca de 900 associações no estado e na região de Prudente cerca de 100 associações. Todas estão na ativa, mas legalizadas são muito poucas. Nós temos mais de 900 microbacias em ação em 550 municípios do estado, mas temos 90 associações filiadas o que daria 10%. (MOREIRA, maio/2008).

Do montante total de associações constituídas em todo o estado de São Paulo (900 associações) apenas 10% estão vinculadas a Famhesp. De certo modo essa baixa adesão se explica pelo caráter induzido pelo qual estas associações vêm sendo constituídas como um pressuposto para que os produtores rurais tenham acesso aos benefícios do PEMH.

Na Faaop, conforme salientamos anteriormente não existem dados sistematizados acerca do efetivo exato de associações afiliadas. Conforme as informações do presidente da entidade, além do projeto do biodiesel a federação é responsável pelo desenvolvimento do projeto de construção e reformas das habitações rurais, pelo convênio firmado com o MDA via Caixa Econômica Federal. É importante frisar que os recursos desde convênio foram concedidos para Associação Amigos de Teodoro Sampaio, conforme

apresentado nos quadros 3 e 4. Isso demonstra que os recursos da AATS são administrados pela Faaop, conforme pode ser visualizado na fala do presidente “além do projeto da mamona temos o projeto paralelo das habitações. Isso envolve todos os assentamentos com os presidentes de associações”. (MORAES, abril/2008).

Do ponto de vista das exigências da legislação ambiental que relacionada ao PEMH consiste no principal indutor do surgimento da Famhesp a questão da reconstituição das Áreas de Preservação Permanente que está entre as metas do programa é um debate recorrente entre os pequenos produtores proprietários e assentados. Em linhas gerais, têm se posicionado favoravelmente a reconstituição das APPs, tendo em vista que os pequenos produtores têm acesso facilitado a um “pacote” de benefícios do PEHM, conforme salienta Neves Neto (2009):

A maior parte dos recursos financeiros do PEMH é destinada aos pequenos produtores rurais. Práticas individuais – adubação verde, cerca de proteção de mananciais, e faixa de retenção – e práticas comunitárias – construção de abastecedouros, aquisição de equipamentos, como o distribuidor de calcário, roçadeira, escarificador/subsolador, - chegam a ter até 90% dos custos subvencionados pelo programa [...] (p. 90)

Contudo, no tocante a constituição das Áreas de Reserva Legal é latente certo desconhecimento e/ou descontentamento por acreditarem que isto implicará na perda de áreas produtivas em suas propriedades que possuem dimensões reduzidas¹⁶.

Nós temos consciência que é uma necessidade. Todo produtor é favor das APPs, o que nós não concordamos é com a exigência dos 20% para a reserva legal. Porque já têm áreas pequenas, e ainda têm de

¹⁶ O Art.16 do Código Florestal de 1965, modificado pela Medida Provisória Nº 2.166-67 de 24 de agosto de 2001 delimita o percentual das Áreas de Reserva Legal conforme as regiões da seguinte maneira: 80%, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; 35% na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia; e, 20% na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país.

reservar uma área produtiva? Se é um pecado de toda a sociedade, porque o produtor tem que arcar sozinho? Eu acho que quando se fala de meio ambiente é uma responsabilidade de toda a sociedade. É o setor urbano quem mais polui atualmente. Então, o que nós estamos pleiteando, e temos tido certo êxito é o recebimento de incentivos para recuperar as áreas de mananciais. A partir do momento em que a propriedade for sustentável, é justo que ele receba um incentivo. Já temos dois projetos neste sentido aqui em São Paulo e Minas Gerais tem outro. (MOREIRA, maio/2008)

É muito semelhante na Faafof a compreensão em torno das exigências ambientais:

Nós temos um problema sério com relação a isso. Nós somos favoráveis, mas o que não conseguimos entender é a diferenciação no tratamento aos assentamentos e as usinas. Nós temos dois assentamentos aprovados, um Mirante do Paranapanema e outro em Teodoro Sampaio, em que os lotes não foram entregues por falta de licença ambiental, há mais de 2, 3 anos. E do outro lado da rodovia, o fazendeiro arrendou para a usina, e já conseguiram a licença. São dois pesos, duas medidas. Nós somos favoráveis, pois com esse aquecimento global que está ocorrendo, temos uma responsabilidade. Vamos começar a discutir essa questão das APPs, para ver se podemos plantar, por exemplo, o pinhão manso, que é uma árvore que vem ao encontro dos anseios do assentado, para que ele não tenha que usufruir dois hectares do lote para plantar o pinhão manso e sim o fundo do seu lote por exemplo. Mas essa é uma briga com o governo do estado, e avaliamos que não vai passar. (MORAES, abril/2008).

Aqui encontramos dois posicionamentos que se complementam, destoando apenas no que concerne ao relacionamento com o governo estadual. Na Famhesp existe uma compreensão da relevância da questão ambiental, mas que deve ser uma responsabilidade de todo o conjunto da sociedade e que o produtor rural receba incentivos por recuperar as APPs. Na Faafof há o entendimento da diferencialidade no tratamento dado pelo governo do estado aos assentamentos em relação às empresas rurais, no caso representado pelas usinas sucroalcooleiras. Discute a possibilidade de plantio de árvores economicamente produtivas nas APPs, o que pode ser inviabilizado pelo posicionamento contrário a reforma agrária do poder público estadual.

4.1.2. *Influência das associações federadas na organização da produção agropecuária*

Neste item, realizaremos uma análise da capacidade da federação em influenciar nas formas de produção agropecuária das associações afiliadas com vistas a especialização e/ou diversificação produtiva.

Na Famhesp é visível a influência das ações do PEMH tendo em vista que os objetivos da federação se coadunam e/ou reproduzem as metas do programa, tanto pela importância dada à dimensão ambiental quanto na assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável:

[...] eu costumo dizer que tudo que está ligado à melhoria das condições de vida do produtor é nosso interesse, sobretudo a questão ambiental. Nós criamos algumas expectativas a curto, médio e longo prazo, sendo que o objetivo principal é unir as associações de microbacias do estado de São Paulo para adquirir mais força na luta pelos produtores familiares para que eles possam obter mais renda e promover o desenvolvimento rural sustentável. (MOREIRA, maio/2008).

Mas, observamos também uma iniciativa em fortalecer a entidade para respaldá-la politicamente na defesa dos interesses de uma classe que destoa das classes patronais e de trabalhadores rurais representadas institucionalmente em São Paulo respectivamente pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). Esta classe - conforme vimos anteriormente - seria conceituada como *agronegócio familiar* e se fortaleceria por meio da consolidação da Famhesp:

O estado de São Paulo possui 270 mil famílias rurais e o nosso sonho é agregar todas estas famílias. A nossa federação já é a terceira maior força do estado, mas vamos brigar para ser a primeira. Ela está atrás da FAESP que é patronal e da FETAESP que é dos trabalhadores rurais. (MOREIRA, maio/2008).

Para tanto, a entidade está buscando se fortalecer aproveitando-se da estrutura disponibilizada pela CATI (Coordenadoria de Assistência Integral) nos EDRs onde atuam os seus núcleos regionais. Nas palavras do presidente o objetivo é “investir na capacitação humana, pois se não mudarmos a mentalidade individualista dos nossos produtores, não conseguiremos avançar”. (MOREIRA, maio/2008).

Na Faafof as perspectivas de fortalecimento da entidade são favoráveis pela continuidade dos convênios firmados com o MDA para produção e processamento de oleaginosas com a implantação de uma cooperativa intitulada Cooperbioeste (Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista).

A criação da cooperativa será a forma de consolidação do projeto produtivo de oleaginosas para a produção do biodiesel para comercializar diretamente com a Petrobras, eliminando a dependência de empresas intermediárias. “A Petrobras não compra a mamona, compra o óleo, no momento tivemos que firmar uma parceria com uma empresa do Mato Grosso, chamada Biobrás” (MORAES, abril/2008). A ideia é que a cooperativa atue em parceria com as associações arcando com os custos de preparação do solo, fornecendo as sementes e garantindo a compra da produção, tarefa cumprida pela Faafof na atualidade.

4.1.3. Acesso e avaliação da assistência técnica pública

O acesso a assistência técnica consiste num dos elementos fundamentais do processo produtivo agropecuário. Faremos uma análise deste acesso no âmbito das federações bem como a avaliação da assistência técnica e extensão rural pública.

O serviço público de assistência técnica e extensão rural no estado de São Paulo é responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) que possui como órgão executor a Coordenadoria de Assistência

Técnica Integral (CATI)¹⁷. Com a descentralização administrativa desencadeada a partir da constituição federal de 1988, as Casas de Agricultura foram sendo municipalizadas e a CATI executa suas ações usufruindo a estrutura física e dividindo os recursos humanos com as prefeituras municipais.

Apesar da estrutura espacializada no território estadual, existem alguns problemas estruturais que afetam a qualidade da assistência técnica disponibilizada aos produtores rurais. Dentre estes problemas está a instabilidade dos profissionais especializados contratados pelas prefeituras – como agrônomos e veterinários – que invariavelmente têm influência de questões político-partidárias. Na maioria das vezes, os contratos são em regime de tempo parcial, o que leva esses profissionais a buscarem ocupações em mais de um município para auferirem melhores rendimentos.

O depoimento do presidente da Famhesp salienta a insatisfação com a assistência técnica e aponta como alternativa para o melhoramento o direcionamento de mais recursos para incentivar os técnicos, filhos de produtores, a terem acesso facilitado a terra,

[...] nós não temos assistência técnica, temos consultoria técnica. E um dos nossos objetivos é lutar por assistência técnica. Nós temos observado nestes anos que passaram que o estado de São Paulo possui o maior número de técnicos do país, cerca de 15 mil técnicos, dos quais 99% estão trabalhando para multinacionais. Se esses técnicos estivessem trabalhando na extensão rural, nós éramos uma potência. O que ocorreu foi que os filhos dos agricultores foram para cidade, se formaram e não voltaram para o campo. A perda foi toda para o nosso setor. Eu não desmereço a reforma agrária, mas eu acho que o governo deveria criar uma linha de crédito que incentivasse o técnico que se formou a ter acesso a terra, a investir o seu conhecimento na produção e servir de exemplo. (MOREIRA, maio/2008).

¹⁷ A CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, desde 1967, desde que foi criada, vem trabalhando para o produtor rural, prestando serviços e oferecendo seus produtos. Com sede em Campinas (SP), a rede da CATI é composta por 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) distribuídos nas várias regiões do Estado de São Paulo. Os 40 EDRs englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em quase todos os municípios do Estado de São Paulo. Além disso, a CATI possui 21 núcleos para produção de sementes e mudas. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br> Acesso em 25/04/2009.

Note-se que a linha de crédito sugerida como forma de facilitar o acesso a terra dos técnicos é pensada em contraposição a reforma agrária. Isto demonstra um pensamento comum dentre os produtores de que a terra deve ser concedida *a quem já tem experiência na agricultura*.

No caso dos assentamentos oriundos da reforma agrária a assistência técnica é responsabilidade de dois órgãos distintos: em nível estadual o ITESP e em nível federal o INCRA. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foi criado em 1991 voltado para a regularização fundiária, mediação de conflitos fundiários e capacitação dos trabalhadores rurais¹⁸.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado em 1970 e está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A partir do governo Lula o órgão passou a ter uma atuação mais descentralizada no estado de São Paulo com a criação de sub-sedes regionais para agilizar o andamento dos processos de regularização fundiária e capacitação dos assentados¹⁹.

A avaliação do presidente da Faaop em relação a assistência técnica é bastante negativa, sobretudo no que concerne ao ITESP, conforme podemos verificar na sua fala:

Hoje aqui no Pontal, nós temos três instituições atuando: a CATI, o ITESP e o INCRA. O INCRA começou a sua atuação mais recentemente há 2, 3 anos. São instituições boas com profissionais qualificados, mas a política que eles implementaram foi de

¹⁸ Em 1991 é criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Em 1999 A Lei 10.207, de 8 de janeiro, cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro. A criação da Fundação Itesp consolida a experiência institucional paulista na reforma agrária, iniciada no governo de Carvalho Pinto, que elevou São Paulo à condição de modelo nessa área. A Fundação Itesp é sucessora natural e legal de toda uma seqüência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias. Disponível em <http://www.itesp.sp.gov.br> Acesso em 25/04/2009.

¹⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criada pelo [Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970](#), teve sua [estrutura regimental](#) aprovada pelo [Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006](#). Disponível em <http://www.incra.gov.br>

policciamento nos assentamentos. Vamos supor, se você tem um lote e não estiver morando nele por um problema de saúde, eles vão começar a pressionar para te excluir do lote, para colocar outro no seu lugar. Por que fazem isso? Para dizer que estão assentando mais gente. Um debate que está sempre presente nos assentamento também é a questão do atraso do crédito para o plantio. O recurso nunca é aprovado na hora certa. E por que isso é feito? Porque os governos do estado de São Paulo nos últimos 12 anos são contrários a reforma agrária. Eles querem mostrar para a sociedade que os assentados são um bando de “vagabundos”, “vendedores de lotes”. Nós do movimento social temos que lutar pela terra, mas também pelos recursos. E aí acontece os “rachas”, como no caso da Federação e o MST. (MORAES, abril/2008).

Observamos que ao falar da assistência técnica são mencionados três órgãos governamentais, sendo que a crítica principal é feita ao ITESP qualificando seus técnicos como de “policiais de assentamentos”, ao invés de extensores rurais. Esse posicionamento é atribuído à questão político-partidária na ocupação do governo estadual que nos últimos doze anos esteve centrada em um único partido (PSDB), que na avaliação do entrevistado é *contrário* a reforma agrária.

Para corroborar sua avaliação o presidente da Faaop salienta a dificuldade de liberação do crédito de custeio na época do plantio das safras, o que dificultaria o êxito no processo produtivo nos assentamentos e legitimaria a ideário para a sociedade que os assentados são “vagabundos, vendedores de lotes”.

A disputa territorial no âmbito do MST e o seu “racha” no Pontal também é indiretamente atribuída à questão da dificuldade de crédito e incentivo de políticas públicas de desenvolvimento dos assentamentos o que levou a desentendimentos na busca de convênios com o governo federal.

4.1.4. Participação versus autonomia: capacidade de construção de projeto de desenvolvimento

Considerando que a participação é fundamental na organização e consolidação de qualquer grupo na produção do espaço social como exercício de cidadania, faremos neste item uma avaliação desta dimensão no âmbito das federações e avaliaremos a capacidade de influência destas entidades na disputa territorial por projetos de desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema.

O primeiro aspecto que buscamos apreender foi o nível de interesse dos produtores das associações afiliadas em participar da composição da diretoria como das atividades do cotidiano em cada federação.

Na Famhesp embora o discurso seja permeado em torno da necessidade de capacitação dos produtores para o associativismo paradoxalmente é ressaltado que a federação hoje congrega um grupo de produtores que possui a capacidade de interação e autonomia no debate com as instâncias governamentais e até mesmo ocupando cargos públicos:

Já faz 25 anos que eu corro atrás dessas coisas, e observo uma clara evolução, pois hoje temos um grupo no estado de São Paulo, que enfrenta qualquer desafio que tiver no país. Quando começamos, os produtores se escondiam atrás dos outros. E o quê ocorria? Pessoas que não tinham nada a ver conosco, nos representavam e tiravam proveito. Depois que começamos a nos organizar, já temos diversos prefeitos que são produtores, secretários da agricultura, ou seja, pessoas ligadas ao setor. Por isso que eu falo em capacitar as pessoas para mudar a mentalidade. Nós fazemos parcerias, cursos, palestras, principalmente com as crianças para mudar a cultura individualista. (MOREIRA, maio/2008).

Nas palavras do entrevistado a prática associativa deve ser valorizada como uma forma de rompimento com o individualismo e o ideário vigente na sociedade de que o rural é o “lugar do atraso, do caipira, do analfabeto, do Jeca Tatu”. Esse é um aspecto importante que salientamos em Oliveira (2003) onde atribuímos esse ideário às ações dos governos militares que usaram diversas estratégias para legitimar a modernização conservadora do

campo, dentre elas a ideologia de que o rural é o lugar do *atraso*, ao passo que o urbano é sinônimo de *moderno*. Martins (1975) enfatiza a construção de estereótipos negativos do homem rural como o personagem *Jeca Tatu* difundido nas obras de Monteiro Lobato.

Na Faaafop o presidente salientou que existe o interesse pela ocupação de postos na diretoria da federação que está relacionado à *questão do poder*. Em suas palavras o surgimento da cooperativa de processamento de oleaginosas suscitou um debate em torno de quem seria o presidente, e até mesmo se ele abandonaria a federação para ocupar tal posto na Cooperbioeste.

Essa *disputa pelo poder* dentre os produtores assentados pode apresentar uma visão paradoxal e até mesmo contraditória. De um lado o interesse nos rumos da federação e cooperativa pode significar um salto qualitativo do grupo em relação aos pequenos produtores proprietários, o que pode ser atribuído ao amadurecimento político-ideológico provocado pela participação em movimentos de luta pela terra. Por outro lado pode exprimir um interesse político-partidário²⁰ e econômico tendo em vista o montante de recursos financeiros liberados para a entidade por meio dos convênios firmados com o MDA.

A questão do pagamento de mensalidade ou cotização consiste num aspecto fundamental para definir o nível da participação ativa dos afiliados em qualquer instituição. Portanto, este aspecto foi averiguado no âmbito das federações e em ambas consta no estatuto essa exigência que não está sendo adequadamente cumprida.

Na Famhesp, a mensalidade ficou definida no valor de um real mensal por produtor rural filiado em cada uma das associações federadas. Mas o que se observa é que o pagamento vem sendo feito na medida em que as associações vislumbram o acesso aos benefícios do PEMH a exemplo do *kit* de informática e escritório que está sendo distribuído para cada associação constituída para atender as metas do programa.

²⁰ O presidente da FAAFOP foi eleito com o maior número de votos (641) para vereador no município de Teodoro Sampaio pelo Partido Verde (PV) e atualmente exerce o cargo de presidente da câmara de vereadores.

Na Faaafop, a mensalidade foi definida inicialmente em produção (1 litro de leite, por exemplo), mas observamos pelas palavras do entrevistado que na medida em que o número de associações federadas foi aumentado paralelamente à aprovação dos convênios com o MDA, a própria diretoria foi deixando de cobrar o pagamento por parte das associações.

4.1.5. A interação das federações com o poder público e a questão das políticas de desenvolvimento rural

Compreender as relações estabelecidas entre as federações e o poder público é fundamental para identificar a capacidade de gestão territorial destas entidades diante de outras instituições públicas e privadas no debate em torno do desenvolvimento rural na região.

O primeiro aspecto abordado diz respeito à avaliação dos dirigentes em relação a escala do poder público que tem dado mais apoio ao setor agropecuário por meio de políticas desenvolvimento rural.

O dirigente da Famhesp salienta que todas as escalas do poder público devem se articular para o êxito das ações. Contudo, na escala municipal não existe uma ação articulada, ficando as iniciativas reduzidas à vontade política de cada governante local. Na sua compreensão o setor agropecuário vive uma conjuntura favorável pela diversidade de políticas de crédito voltadas ao rural, e por isso tem sido fundamental a articulação entre as escalas do poder público, mas, sobretudo, a competência de se criar articuladores internamente ao grupo de produtores rurais. “Vivemos hoje uma época que tem dinheiro sobrando para o produtor, mas desde que ele esteja organizado. A partir do momento em que tem a organização, têm acesso às informações, às entidades [...]”. (MOREIRA, maio/2008).

O entendimento do dirigente da Faaafop acerca deste aspecto é de que a principal escala governamental que tem formulado políticas públicas de desenvolvimento rural é a federal, pois invariavelmente todos os recursos que chegam aos estados e municípios são provenientes da união. Ressalta

que essa transferência se dá inclusive em momentos de regularização fundiária, pois “[...] todas as vezes em que vai ser criado um assentamento, depende da parceria do governo federal e estadual”. (MORAES, maio/2008).

Quanto à capacidade de influenciar politicamente nas decisões do poder público o dirigente da Famhesp salienta que a entidade não se envolve em questões eleitorais, e por isso politicamente possui envergadura para reivindicar suas pautas independentemente do partido dos representantes do legislativo ou executivo. E acrescenta que a entidade não pode se posicionar politicamente pois representa “uma classe composta por todos os partidos”.

Na Faafof salienta-se o poder de pressão da entidade pelas manifestações públicas que são organizadas pela “via” estratégica do movimento social. Ressalta que o “governo atual é mais sensível com as questões sociais”, mas que no âmbito dos municípios as manifestações são incômodas, por “estarem indo contra o sistema”. Mesmo assim, considera que a manifestação popular é fundamental, pois “o poder só tem medo quando o povo ta na rua” (Grifo nosso).

No que concerne a sistemática de elaboração e concessão de políticas públicas de crédito e custeio agrícola, buscamos apreender como os dirigentes consideram a diferenciação no tratamento dos grupos de produtores que representam.

Na ótica da Famhesp, há o entendimento de que não pode permanecer a diferenciação no tratamento dado ao assentado, pois no momento em que ele tem o acesso à terra ele passa a ser um produtor “igual ao tradicional”. E acrescenta que já propôs o debate sobre a possibilidade de unificação da CATI e ITESP, contando que ambos são responsáveis pela extensão rural no âmbito do governo estadual.

Sob a mesma perspectiva na Faafof existe o entendimento que ambos os grupos devem ser tratados de forma semelhante. Contudo, implicitamente ressalta que existem interesses distintos dos grupos em questão e para corroborar tal conflito salienta que “temos dois ministérios: o

da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário, se lá em cima eles não conversam, imagine aqui em baixo”.

Aqui merece destaque o papel desempenhado pela bancada ruralista influenciando no processo de elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Podemos compreender historicamente a constituição de dois ministérios no governo para a gestão do que a *priori* poderia se caracterizar como o mesmo segmento econômico da economia: a agropecuária.

Contudo, a diferenciação socioeconômica e espacial da agricultura brasileira é resultado da estrutura fundiária historicamente concentrada. A emergência e fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra e a conseqüente expansão dos assentamentos rurais associada a elevada quantidade de pequenos proprietários resultou na constituição de um ministério de governo – o MDA – para a gestão de políticas públicas para o desenvolvimento das atividades deste segmento da sociedade brasileira que é conceituado oficialmente como agricultura familiar²¹.

Neste sentido o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que até a década de 1990 agregava também as ações de regularização fundiária, fica incumbido do estímulo do desenvolvimento do segmento do agronegócio para o abastecimento interno e geração de excedentes para a exportação²².

Esta divisão de tarefas no âmbito ministerial traz à tona a cisão existente no quadro governamental no que concerne a questão agrária brasileira. Por um lado, o MAPA é responsável pelo setor do agronegócio

²¹ O MDA foi criado em 13 de janeiro de 2000 pela medida provisória n.º 1.999-14, que transformou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto n.º 5.033 de 5 de abril de 2004. Possui como missão reforma agrária, promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas. Disponível em http://www.brasil.gov.br/governo_federal/historico/ministerios/desen_agrario/ Acesso em 30/04/2009.

²² O MAPA foi criado em 24 de agosto de 2001 pela a medida provisória n.º 2.143-36, que transforma o Ministério da Agricultura e do Abastecimento em Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Possui como missão promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Disponível em http://www.brasil.gov.br/governo_federal/historico/ministerios/agri_pec_abas/ Acesso em 30/04/2009.

exportador e conseqüentemente possui no seu quadro ministerial representantes da oligarquia rural brasileira que eleitos legitimamente compõem a chamada bancada ruralista.

Por outro lado, o MDA tem como objetivo central o estímulo da agricultura familiar sendo responsável pela principal política de crédito para a promoção do desenvolvimento deste setor da sociedade: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Note-se que no governo Lula (2003-2010), o quadro ministerial do MDA tem sido formado por setores ligados direta ou indiretamente aos movimentos sociais.

A compreensão do dirigente da Famhesp em relação às ações da bancada ruralista é a de que os congressistas que a compõe podem beneficiar o segmento do “agronegócio familiar, os parasitas, não!”. Na Faaop, o dirigente salienta que as ações dos congressistas podem vir a beneficiar os pequenos produtores proprietários e assentados somente num contexto geral de renegociação de dívidas para a agricultura em geral, ou seja, se aproveitam do efeito de massa, tendo em vista que numericamente a agricultura familiar pode respaldar os representantes do agronegócio nas manifestações diante do governo federal.

4.1.6. A organização da produção agropecuária dos pequenos produtores proprietários e assentados

Quando propomos a reflexão em torno da forma de organização dos pequenos produtores proprietários e assentados aos dirigentes das federações em análise, ambos encontraram elementos para demonstrar que o grupo que representam está mais bem preparado na condução do processo produtivo agropecuário.

Embora o dirigente da Famhesp tenha destacado a ausência de uma “cultura associativa”, elemento que tem fragilizado o grupo por não saber a “força que representa”. Mesmo apontando esta debilidade do grupo o dirigente enfatiza que a situação dos assentados é mais precária que a dos

pequenos produtores proprietários, por não terem as mínimas condições infra-estruturais. E acrescenta que “isso não é reforma agrária”.

Na Faafof o dirigente salienta que os assentados possuem uma vantagem comparativa em relação aos pequenos produtores proprietários por possuírem uma maior consciência acerca da importância da participação social para a tomada de decisões, sobretudo, perante as instâncias governamentais.

Ao aprofundarmos este debate a partir da proposição acerca dos interesses dos grupos em questão e se algum teria algo a aprender e/ou ensinar ao outro, vem à tona ideias contrastantes.

Na Famhesp, é ressaltada a necessidade de maior desenvolvimento humano nos dois grupos. Salienta que no grupo dos assentados existe uma maior vivência associativa na fase do acampamento que é substituída pelo individualismo na posse do lote do assentamento.

Não tem desenvolvimento, apesar de eu achar que o produtor tradicional está um pouco mais a frente, só visam o lado econômico. Em termos de aprender um é muito acomodado e outro participa até fazendo baderna. Então é preciso mudar a mentalidade. (MOREIRA, maio/2008).

Visando corroborar a necessidade de mudança de mentalidade nos dois grupos em questão, salienta que dentre os pequenos produtores proprietários vigora o comodismo e individualismo, e no conjunto dos assentados existe uma participação social abusiva no sentido da “baderna”.

Invariavelmente tal ressalva está presente em toda sua concepção acerca dos movimentos sociais de luta pela terra, na medida em que se diz favorável a algumas das práticas sociais desde que seja em benefício do produtor, mas contrário a outras que no seu entendimento transfere para a sociedade uma imagem negativa do movimento por meio da “destruição do patrimônio existente nas fazendas” ou “prédios públicos”.

Neste sentido a concepção do dirigente da entidade se aproxima do imaginário difundido na sociedade, sobretudo a partir dos mecanismos de

imprensa, de que as práticas de participação civil dos movimentos sociais vão “contra o sistema”.

Na ótica do representante da Faafof, os assentados não têm nada a aprender com os pequenos produtores proprietários na dimensão técnico-produtiva, mas estes últimos teriam de aprender com os primeiros, formas de se organizar coletivamente. Salienta que do “lado de cá, a gente se organiza, do lado de lá existe o individualismo”. E acrescenta que a maioria dos produtores tradicionais não tem a preocupação de se integrar coletivamente e/ou desenvolver práticas associativas por residirem nos centros urbanos e não em suas propriedades rurais.

Ao avaliar o relacionamento da federação com os movimentos sociais o dirigente destaca parcerias na região com o MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e o UNITERRA (Brasileiros Unidos pela Terra). Com relação ao MST, sobressai em sua fala a disputa com a direção central do movimento: “eu tenho a seguinte análise: nós temos que somar. Eu sou do MST e ninguém vai me tirar dele. Eu só não posso ocupar um banco e colocar uma faixa da federação porque é instituição jurídica”. (MORAES, abril/2008). Este é um aspecto recorrente no discurso não somente do presidente da Faafof, mas também de José Rainha Júnior e sua esposa Deolinda Alves de Souza, que tivemos a oportunidade de conversar em caráter informal na inauguração do escritório-sede da Cooperbioeste em maio de 2008.

No tocante a questão dos impactos socioeconômicos causados pela criação dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, o dirigente de Famhesp salienta que os efeitos foram positivos. Assinala, contudo, que a precariedade de infra-estrutura existente nos assentamentos e evasão dos lotes se deve ao fato de que existem muitos migrantes de outras regiões. Defende que os projetos de reforma agrária deveriam ser implantados a partir de um cadastro municipal para o assentamento das pessoas do lugar e para àquelas que “têm aptidão para trabalhar na terra”. Em sua concepção

a realização do cadastramento eliminaria a necessidade das pessoas ficarem acampadas “debaixo das lonas”.

Sob a ótica do dirigente da Faafof os impactos socioeconômicos dos assentamentos são evidentes a partir do momento em que existem cerca de 6 mil famílias assentadas que têm possibilitado o desenvolvimento não somente do campo mas também das cidades. Tal processo tem acarretado a mudança de mentalidade até mesmo de líderes políticos de partidos conservadores, citando o exemplo do município de Mirante do Paranapanema:

[...] o efeito está ai claro e notório. Hoje nós temos 6, 7 mil famílias assentadas, que têm trazido o desenvolvimento para as cidades. No início Mirante do Paranapanema era uma cidade estritamente de direita. Hoje é onde tem o maior número de assentados do estado de São Paulo e um dos maiores do Brasil. Isso leva um prefeito de direita, do PFL escrever em seus ônibus: “Capital da Reforma Agrária”. (MORAES, abril/2008)

São inegáveis os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais na região, sobretudo a partir da infra-estrutura gerada na implantação destes projetos de regularização fundiária como a construção de escolas rurais, manutenção de estradas rurais, reconstituição de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal dentre outras coisas²³.

²³ Dentre os estudos que analisam os impactos socioeconômicos e territoriais na região do Pontal do Paranapanema podem ser consultados Ramalho (2002), Leal (2003) e Souza (2007).

4.1.7. *Perspectivas futuras*

Analisaremos neste item os projetos de desenvolvimento e as perspectivas futuras das federações em estudo.

O dirigente da Famhesp salienta que a meta principal da entidade é agregar as 270 mil famílias rurais existentes no estado de São Paulo atingindo no mínimo 500 associações.

Na Faaafop o dirigente destaca que o biodiesel é a prioridade principal. Acredita que diante da questão ambiental, com a assinatura do Protocolo de Kyoto, em médio e longo prazo o plantio de oleaginosas além de abrir mercado com a produção ecologicamente correta do óleo para o biodiesel poderá possibilitar também a venda de cotas de seqüestro de carbono, por meio da consolidação de plantio de oleaginosas arbóreas como o pinhão manso.

Dentre os principais entraves para a ampliação da participação e continuidade das atividades, o dirigente da Famhesp enfatiza a elevada faixa etária dos produtores rurais e ausência de substitutos, pois os jovens têm buscado nas cidades empregos que proporcionem um maior nível de renda. Na sua concepção para reverter esse quadro é preciso gerar atrativos como a garantia de preços mínimos através de subsídios para a produção agropecuária a exemplo do que é feito em países desenvolvidos:

É preciso criar uma política agrícola de subsídios. Se os países ricos subsidiam porque aqui não? Eu fico louco da vida quando eles falam que alimento causou inflação, isso quer dizer que o produtor não pode ganhar dinheiro? Fica claro que a sociedade vai ter que bancar isso, seja através do imposto da água, através do seqüestro de carbono, não interessa de onde. São fontes que o governo poderá utilizar para subsidiar o produtor. E outra coisa necessária, é o zoneamento das microrregiões, pois será possível direcionar o que e onde vai ser produzido determinados tipos de produtos de acordo com a demanda. Isso possibilitaria a garantia de preço e renda para estimular o jovem a ficar. (MOREIRA, maio/2008).

De todos os aspectos salientados pelo dirigente destaca-se a questão do zoneamento produtivo conforme as microrregiões. Este tipo de política agrícola de forma bem estruturada pode propiciar uma estratégia de reprodução social adequando as culturas agrícolas ao tipo de solo e, sobretudo, evitando a super produção de um mesmo produto o que acarreta a queda dos preços e conseqüentemente grandes prejuízos aos pequenos produtores pela dificuldade de armazenamento.

Na ótica do dirigente da Faaafop é preciso qualificar o debate em torno do associativismo no âmbito das associações federadas. Mesmo com a experiência adquirida na fase da luta pela terra, a chegada ao lote tem provocado o comodismo e a opção por práticas individualistas de produção e comercialização. Salienta que para incentivar os jovens a permanecerem no campo seria necessário criar condições infra-estruturais do ponto de vista do lazer e a valorização de práticas culturais tradicionais do homem do campo, a exemplo das festividades juninas.

Do ponto de vista de pensar uma possibilidade de aliança entre os assentados e pequenos produtores proprietários, que consiste numa das propostas de fortalecimento político e associativo deste segmento que possui como características constitutivas a produção familiar, ambos os dirigentes acreditam ser viável o desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Na Famhesp o PEMH é apontado como política eficiente para soldagem das ações na medida em que permite uma visão integrada do desenvolvimento em nível das microbacias a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

Na Faaafop é apontada a Política Nacional do Biodiesel que pode ser uma alternativa econômica para o fortalecimento da produção familiar dos assentados e que pode ser estendida aos pequenos produtores proprietários. Nas palavras do dirigente o fortalecimento da Faaafop depende da inclusão de associações de pequenos produtores proprietários, conforme está inerente no significado de sua sigla “assentados e agricultores familiares do oeste paulista”.

Para aprofundar a compreensão da questão do desenvolvimento rural na perspectiva territorial, buscamos identificar as dimensões do

desenvolvimento que são consideradas relevantes na ótica dos dirigentes das federações.

Na concepção de desenvolvimento rural do dirigente da Famhesp deve-se fortalecer a ênfase na capacitação do produtor rural, desenvolvendo sua auto-estima e confiança. Para tanto é fundamental que tenha condições de auferir renda para garantir a qualidade de vida da família, o que permitiria a sua continuidade em condições dignas no espaço rural. Enfatiza que o produtor rural deve ser visto como “um patrimônio da sociedade e do meio ambiente” e por isso cabe às instâncias governamentais fomentar a reprodução social da agricultura familiar, através dos subsídios, transferindo responsabilidades para todos os setores da sociedade.

No ponto de vista do dirigente da Faafof o desenvolvimento rural deve ser pensando a partir do fortalecimento da produtividade nos assentamentos, “pois não adianta discutir ideologias se ele estiver de barriga vazia”. Portanto a principal dimensão do desenvolvimento seria a questão econômica pela produção e comercialização seguida da saúde e educação. Para concertar estas dimensões julga que seja necessário que os atores sociais na escala local e regional sejam capazes de “sentar-se à mesa deixando as ideologias de lado”.

Para pensar uma proposta de desenvolvimento rural regional na perspectiva territorial é fundamental que estas federações reúnam estratégias que possam fortalecê-las politicamente no debate com outros atores sociais e agências governamentais como as prefeituras, o ITESP, o INCRA e a CATI e agências de mediação como a CIAT, as ONGs e os movimentos sociais.

No entendimento do dirigente da Famhesp do ponto de vista de fortalecimento de sua entidade para a negociação com outras instâncias de poder público é necessário que todos os produtores rurais – pequenos médios e grandes – se unam para reivindicar melhorias para a agricultura. Desta coesão entre os produtores é possível encontrar soluções para os conflitos fundiários na região. Acredita que a reforma agrária está no centro do debate para resolver o conflito, mas visualiza nas lideranças dos

movimentos sociais um dos principais entraves para êxito das negociações, pois “[..] esses líderes dos assentados tiram proveito desse povo. Eu acho que a luta não podia deixar uma família debaixo da lona, sem banheiro, sem água”.

Na compreensão do dirigente da Faaafop para que a entidade possa pensar o desenvolvimento rural de forma efetiva diante dos demais atores sociais da região, a construção de projetos em parceria com os pequenos produtores proprietários pode permitir o posicionamento da entidade de forma mais autônoma e maior poder de negociação. A solução dos conflitos fundiários na região como parte deste debate será concretizada “no dia em que não houver nenhum latifúndio improdutivo”. Apesar dos avanços alcançados no decorrer do governo do presidente Lula que tem dialogado de forma mais aberta com os setores da sociedade civil organizada com os movimentos sociais, no que concerne a reforma agrária tem avançado muito pouco, pois “o sistema impede”.

4.2. A organização das associações agrícolas dos pequenos produtores rurais proprietários de terra e assentados em projetos de reforma agrária: da gestão autônoma a indução governamental

Neste item procuraremos desenvolver uma análise do processo de organização de associações agrícolas em funcionamento na região do Pontal do Paranapanema formalizadas pela iniciativa dos pequenos produtores rurais proprietários e assentados.

O procedimento metodológico adotado para obtenção das informações necessárias para compreensão das organizações e suas práticas associativas foi a realização de entrevistas a partir de roteiros semi-estruturados sobre as temáticas que compõem o tema central da pesquisa. Esse recurso possibilitou a apreensão das concepções objetivas e subjetivas dos presidentes das associações.

Todas as entrevistas foram gravadas para uma profunda análise do conteúdo a partir da análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) em virtude

da necessidade de síntese do material coletado. A análise do discurso do sujeito coletivo foi feita a partir da rigorosa seleção de expressões chave e ideias centrais desenvolvidas pelos dirigentes das associações sobre cada temática abordada na entrevistas.

A construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) dos presidentes das associações de pequenos produtores proprietários e assentados seguem os procedimentos metodológicos básicos “de modo a formar um todo discursivo coerente, em que cada uma das partes se reconheça enquanto constituinte desses todo e o todo constituído por essas partes”. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003).

Assim, na distinção dos discursos produzidos pelos dirigentes das associações de produtores, destacaremos um discurso único se as idéias demonstrarem complementariedade - um representando o discurso dos dirigentes das Associações de Pequenos Produtores Proprietários (APPP) e outro representando as Associações de Produtores Assentados (APA); e, quando as compreensões forem sensivelmente antagônicas apresentaremos dois os mais DSCs de acordo com as diferenças expressas nas idéias.

Acreditamos que por meio deste procedimento metodológico conseguiremos delinear de forma objetiva as proximidades e dissonâncias entre as formas de organização das associações dos pequenos produtores proprietários e assentados e apontar as propostas de superação dos empecilhos para a formação de uma identidade única deste importante segmento da sociedade no espaço rural brasileiro.

4.2.1. A formação de associações agrícolas: origens, estrutura e funcionamento

Os objetivos iniciais da formação das associações foi o primeiro aspecto que buscamos apreender nas entrevistas com os dirigentes de associações. No âmbito das associações de pequenos produtores proprietários o DSC acerca da criação da associação foi o seguinte:

Nós formamos a associação para obter os recursos do PRONAF via prefeitura municipal para formar uma patrulha agrícola. Assim, conseguimos fornecer os maquinários por um preço justo aos produtores rurais. Além disso, buscamos capacitar os produtores na organização associativa, através de cursos e palestras, para tentar trabalhar juntos para que tenhamos as mesmas condições de comercialização que os grandes produtores através da venda coletiva. (DSC, APPPs, 2008).

Na perspectiva dos dirigentes das associações de assentados a criação das associações e seus objetivos foram:

Nós formamos a associação para termos acesso aos maquinários agrícolas e para reivindicar as coisas coletivamente. Hoje a gente não consegue nada individualmente, tudo hoje tem que ser feito através da associação. Estamos tentando obter recursos para a expansão dos tanques de resfriamento de leite e melhoramento das pastagens. (DSC, APAs, 2008).

Em ambos os discursos é visível que a formação das associações foi influenciada pela necessidade de obtenção de recursos provenientes de políticas públicas como o PRONAF para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Embora seja destacada a questão da capacitação dos produtores e o melhoramento das condições de produção e comercialização o caráter das organizações está mais voltado ao acesso às tecnologias por meio da constituição de *Associações de Máquinas*. Este é um processo que tem se generalizado historicamente na constituição das associações agrícolas no estado de São Paulo conforme já demonstraram as pesquisas desenvolvidas por Bergamasco; Norder (2003) e Araújo (2005).

Outro aspecto relacionado aos objetos iniciais das associações concerne ao caráter induzido ou espontâneo das associações. Assim, demandamos aos líderes entrevistados se a iniciativa de formar a organização teve estímulo de alguma instituição ou agência de mediação pública ou privada.

Teve o estímulo da CATI e prefeitura, pois com o processo de municipalização da agricultura para que a obtenção de recursos é necessária a organização dos produtores em associações. Naquela ocasião era *moda* criar associação para conseguir benefícios financeiros. (DSC, APPPs, 2008. Grifo nosso).

Vemos neste discurso o papel de indução exercido pelo poder público na escala municipal no estímulo a formação de associações. Este processo, conforme salientado anteriormente está relacionado ao processo de descentralização administrativa impulsionado pela Constituição de 1988, que foi aprofundado com a sistemática de transferência de recursos do PRONAF que pressupõe a criação de Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural como órgãos consultivos para a liberação de linhas de crédito para as prefeituras municipais.

No âmbito das APAs (Associações de Produtores Assentados) obtivemos dois DSCs que são compreensíveis a partir da disputa territorial estabelecida na região entre a fração associações que possuem afinidade com a fração de lideranças regionais vinculada a direção nacional do MST e o grupo que BARONE *et al.* (2008) definiu como MST do Pontal, que tem suas ações territorializadas regionalmente pela Faaop:

Acabou tendo influência porque quando a gente ia na casa da agricultura para reivindicar a necessidade de um trator para o assentamento, eles falavam que isso era possível através da associação. E outro estímulo foi a possibilidade de fazer parte do projeto biodiesel da federação com o plantio de mamona. (DSC1, APAs, 2008)

Iniciativa do grupo. Nós viemos para o assentamento com o grupo formado da fase do acampamento. O trator nós trouxemos de lá. Éramos um grupo maior depois a turma foi se afastando. (DSC2, APAs, 2008).

É importante notar que no DSC2 é assinalado que foi trazido tratores da época em que estavam acampados. Esses tratores e implementos fazem parte de um projeto de gestão coletiva dos assentamentos que foi desenvolvido pela Cocamp no decorrer da década de 1990, com a aquisição de 50 tratores e alguns implementos agrícolas que foram repassados aos

assentados para a utilização coletiva, ou seja, pelas “associações de máquinas”. (RIBAS, 2002).

Contudo, a cooperativa enfrentou uma série de problemas na tentativa de implantar formas alternativas de trabalho, a exemplo da coletivização da produção. Dentre as explicações encontradas para explicar a fragilidade do processo de produção coletiva, por parte das lideranças do MST está a diversidade de origem regional dos assentados o que acarretou uma fragilidade na “identidade cultural”, conforme salienta Ribas (2002).

Na busca de compreender as estratégias de gestão territorial dos movimentos sociais no estado de São Paulo, Barone *et. al.* (2008) resgatam o processo de constituição da planta industrial da Cocamp no município de Teodoro Sampaio, onde foi projetada a construção de “silos para armazenamento de grãos, um despoldadeira de frutas [...], laticínio e fecularia”. Os autores salientam que a cooperativa foi prejudicada por vários problemas em sua gestão administrativa, passando,

a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno a curto prazo. (BARONE *et al.* 2008, sp.).

Mesmo não tendo sua planta industrial finalizada, na atualidade a Cocamp consiste no principal ponto de apoio da direção nacional do MST na disputa pela gestão territorial dos assentamentos na região, também a partir de parcerias com o governo federal por meio do INCRA. O grande desafio para a finalização de sua planta industrial consiste na superação de equívoco na elaboração do projeto que não previu a questão do tratamento da água.

Conforme informações obtidas em entrevista com um dos militantes do MST vinculados a Cooperativa, seria necessário algo em torno de 100 mil reais para dar início às atividades de processamento de laticínios: “o primeiro passo é funcionar o laticínio, pra isso basta fazer uma estrutura de

tratamento de água, o INCRA já assumiu fazer o tratamento a gel”²⁴ (SILVA, agosto/2008).

Barone *et al.* 2008, ressaltam que “do ponto de vista econômico a cooperativa se tornou, desde 2003, um armazém do programa de compra antecipada da CONAB – seu principal, senão único projeto extensivo na região.”

No que concerne aos assuntos que são debatidos no âmbito das reuniões internas das associações agrícolas observamos no caso do DSC das APPPs (Associações dos Pequenos Produtores Proprietários) além da questão do uso e manutenção das máquinas e implementos agrícolas uma forte influência das metas do PEMH:

Nas assembléias e reuniões são as prestações de contas acerca dos maquinários, eventuais aumento no preço da prestação de serviços das máquinas agrícolas ou assuntos relacionados ao Programa de Microbacias. Também passamos as informações relacionadas a disponibilidade de cursos que serão oferecidos pela CATI, SAI e SEBRAE. (DSC, APPPs, 2008).

Notamos que a obtenção do pacote de benefícios do PEMH consiste num dos principais assuntos desenvolvidos nas entrevistas com os dirigentes das associações de microbacias, que também se configura na motivação das ações da Famhesp conforme vimos anteriormente.

No âmbito do DSC produzido pelos dirigentes das APAs, observamos ideias diferentes que vão desde questões de participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), uso e manutenção das máquinas agrícolas – características de seus perfis de associações de máquinas -, às críticas aos técnicos do ITESP e possibilidades de aprovação de novos projetos, a exemplo do biodiesel a partir da mamona:

Nós participamos de reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e através deles conseguimos o trator e os implementos. A partir disto, fazemos a discussão prestação de contas ou se tem algum projeto com previsão de ser concedido para o assentamento.

²⁴ Informações obtidas em entrevista realizada em agosto de 2008 com Zelitro Luz da Silva, militante do MST vinculado à COCAMP.

O ITESP às vezes nos atrapalha, pois no início falam da importância de criar as associações, depois eles falam que não é necessário, basta criar um grupo que já é suficiente. (DSC, APAs, 2008)

Note-se que a crítica aos técnicos do ITESP está relacionada ao estímulo à formação de grupos de cooperação, ao invés de associações formais. Tal aspecto está relacionado ao fato de que historicamente os técnicos têm assistido ao fracasso de diversas associações, levando-os a incentivar num primeiro momento a formação de grupos informais para depois a sua formalização.

Outro aspecto que merece ser enfatizado é a utilização recorrente do termo *projeto* no vocabulário dos assentados. Por fazerem parte de projetos governamentais de regularização fundiária e distribuição de terras a partir de uma gama de políticas acessórias inerentes a reforma agrária como infraestrutura de saúde, educação etc., estes atores sociais estão habituados a necessidade de elaboração constante de projetos para pleitear recursos diante das agências governamentais. O acesso a políticas públicas federais se intensificou a partir de 2003 com o governo Lula que ampliou as possibilidades de interação com estes atores sociais a partir da criação de agências de mediação na região como a CIAT e o INCRA que têm buscado implementar suas ações nos *Territórios da Cidadania*²⁵ sob o enfoque do *desenvolvimento territorial rural*.

No que tange ao acesso e avaliação da assistência técnica e as possibilidades de melhorá-la, encontramos três tipos de argumentos para a construção do DSC das APPPs. No primeiro deles há uma análise positiva da assistência técnica oferecida pelos profissionais especializados da CATI, mas com ressalvas quanto ao número reduzido face a quantidade de produtores rurais:

²⁵ Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma>. Acesso em 08/05/2009.

No município é boa, mas não é suficiente porque trabalham com um número reduzido de pessoas. Acho que eles fazem as coisas na medida do possível, pois temos um número grande de propriedades. Para melhorar eles devem ser mais bem remunerados para se fixar em um só município. Assim, eles poderiam andar nos sítios e não esperar o produtor vir até a cidade. (DSC1, APPPs, 2008).

No segundo DSC que de certa forma está relacionado ao primeiro, observamos que as atividades do PEMH têm demandado a necessidade de ampliação do pessoal efetivo contratados pela CATI e prefeituras:

O problema é que a assistência não é dada somente para os produtores da associação. Hoje o programa de microbacias exige muito dos técnicos, eles precisam cobrir outras coisas, além da assistência técnica. (DSC2, APPPs, 2008).

No terceiro DSC podemos verificar uma crítica em relação aos interesses político-eleitorais que têm afetado a permanência de profissionais especializados como agrônomos e veterinários:

Na microbacia os incentivos estão muito relacionados à política, então os agrônomos e veterinários são trocados de acordo com esses interesses, além de ganharem pouco. (DSC3, APPPs, 2008).

No que concerne às APAs a assistência técnica foi avaliada a partir da extensão rural feita pelo ITESP. Das ideias expressadas nas entrevistas foi possível construir dois DSCs. No primeiro deles foram desenvolvidas críticas que estão relacionadas ao número reduzido de profissionais especializados, a incapacidade de elaborar projetos alternativos de geração de renda e a ausência de reciprocidade de conhecimento entre o técnico e o assentado:

A parte técnica é um problema grave que enfrentamos nos assentamentos. O ITESP é um órgão que existe, mas é como não existisse. Eles não criam um projeto diferenciado para a geração de renda como, por exemplo, uma granja para engorda de frango. Quem vem à campo são somente os técnicos agrícolas. Os agrônomos e veterinários ficam nas sedes cuidando de projeto na parte burocrática. Além disso, um técnico tem de trabalhar em 4 ou 5 assentamentos. Outra coisa que devia ser trabalhada na capacitação dos profissionais do órgão seria deixá-los abertos a uma reciprocidade de experiências com o assentado. (DSC1, APAs, 2008).

No segundo DSC é realizada uma crítica à universidade por não ter a capacidade de formar profissionais preparados para a extensão rural para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, levando em consideração a relevância deste segmento na produção de alimentos:

Eu acho que a faculdade prepara os futuros profissionais para os grandes produtores. Para o agricultor familiar e para o desenvolvimento sustentável fica muito a desejar. É preciso repensar tudo isso, pois se os próprios órgãos oficiais divulgam que a agricultura familiar é responsável por 70, 85% da alimentação, acho que mereceria uma assistência técnica especializada.

Sobre a capacidade e potencial de realização de operações comerciais junto aos produtores associados como aquisição de insumos, implementos e a comercialização da produção no âmbito das APPPs, delineamos dois temas básicos. No primeiro deles é destacada a dificuldade de realizar a compra coletivamente dada a reduzida capacidade de barganha do grupo face às grandes empresas rurais como as usinas sucroalcooleiras.

É complicado porque mesmo se juntar todos os produtores da associação não é possível competir com o poder de barganha de uma usina por exemplo. Os fornecedores optam por entregar o produto para as empresas grandes. (DSC1, APPPs, 2008).

No segundo DSC é apontada a operação comercial mais usual entre as associações, sobretudo naquelas que possuem produtores de leite, pois por meio de acordos com os laticínios, são adquiridos produtos veterinários, suplementos animais como sal etc., que são diretamente abatidos os custos no pagamento da produção leiteira mensal e repassados para as associações. Neste sentido, as operações comerciais têm se restringido a acordos de consignação: “a associação compra os insumos e no final do mês desconta do pagamento do leite dos produtores”. (DSC2, APPPs, 2008).

Este último DSC das APPPs se reproduz da mesma forma entre as APAs que possuem produtores de leite, o que demonstram a redução das

operações comerciais a negociações simples que evitem prejuízos, o que de certa forma demonstra a fragilidade do nível de coesão das organizações existentes nos dois grupos de associações.

Contudo, outro DSC que foi desenvolvido sobre esta questão se deve a atuação da Faafof por meio do projeto do biodiesel: “com o projeto do biodiesel da Faafof, fizemos compra coletiva de adubo, calcário e sementes para o plantio da mamona”. (DSC2, APAs, 2008).

No âmbito da promoção de palestras, cursos ou seminários para melhorar o nível de participação e organização das atividades das associações e discutam propostas alternativas de desenvolvimento rural, observamos dentre as APPPs a dependência de parcerias e/ou promoções de eventos por parte das instâncias governamentais como a CATI como desdobramento da PEMH ou agências de mediação como o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresa) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural):

Promove de vez em quando em parcerias com a CATI, SEBRAE, SENAR, sindicatos, fornecedores de produtos. Normalmente são cursos voltados para a área do leite como a questão da alimentação do gado no período das secas. Com a chegada do Programa de Microbacias temos tido palestras para a conscientização ambiental. (DSC, APPPs, 2008).

No âmbito das APAs o DSC é semelhante com o adicional de estarem pensando na viabilidade produtiva de introdução de granjas para a produção de frango de corte na região:

A associação diretamente não, a gente se reúne e troca idéias, mas curso mesmo somente através de parcerias com o SEBRAE ou sindicatos. Do ponto de vista da produção estamos fazendo um cronograma voltado para a especialização do leite, melhoramento de pastagem e plantação de cana forrageira para alimentação do gado. Já conversamos também sobre a viabilidade de um projeto de integração de frango de corte. Eu entrei em contato com a Sertanejo, Perdigão, Sadia. Com o projeto além da renda do frango ainda teríamos a cama de frango para tratar do gado de corte. (DSC, APAs, 2008).

Para ampliar a compreensão acerca do desenvolvimento rural propusemos aos líderes uma reflexão das dimensões que julgam relevantes neste debate e que poderia beneficiar o grupo de produtores que representam.

Neste item foi possível contemplar num DSC todos os aspectos salientados pelos dirigentes das APPPs:

O desenvolvimento rural abrange tudo. A primeira questão que o nosso povo deveria saber é a questão do associativismo e cooperativismo. Além disso, para uma pessoa ficar no meio rural ele tem de ter acesso a mais tecnologia para diminuir o custo de produção através do aumento da produtividade média.

Ele tem de ter a qualidade de vida que tem na cidade como celular, internet, carro etc. Como o produtor rural está descapitalizado, embora tenha o crédito, o custo de produção está muito alto, para produzir alimento barato e dar condições de sobrevivência ao produtor. Mas infelizmente a política que nós temos é voltada ao espaço urbano. É preciso conscientizar o produtor da relevância da sua atividade, e não imaginá-la como uma profissão inferior no conjunto da sociedade.

A linha de crédito é outra questão sempre colocada pelos produtores, inclusive sempre existe o questionamento a respeito da liberação de crédito ao “sem-terra”, ao invés de o governo dar crédito a quem já tem seu espaço e as condições para produzir. Qual o motivo disso? (DSC, APPPs, 2008)

Note-se que são salientados questões relacionadas a questão do associativismo e cooperativismo, a diminuição dos custos de produção, a qualidade de vida no espaço rural em contraponto ao espaço urbano e a questão da diferenciação existente na concessão de crédito rural com mais facilidades aos *sem-terras*. O debate acerca da diferencialidade no acesso ao crédito consiste num elemento central da fragmentação que leva o produtor convencional se posicionar contrariamente aos assentados e até mesmo à reforma agrária.

O DSC construído a partir das ideias dos dirigentes das APAs possui similaridade com o anterior, na medida em que coloca em destaque que o desenvolvimento rural deve levar ao campo condições de infra-estrutura e qualidade de vida, além da geração de emprego e renda compatíveis com as condições existentes no espaço urbano:

Acho que o desenvolvimento rural tem que garantir o agricultor familiar no campo. Hoje o campo tem condições de dar uma vida confortável, com acesso a televisão, parabólica, até mesmo internet. Então, o desenvolvimento tem que garantir uma vida digna para o produtor e sua família com cultura para que ele possa trabalhar durante a semana e em certas épocas do ano tenha condições de fazer um passeio, ou seja, que tenha qualidade de vida.

Para isso é necessário melhorar a produção e comercialização dos produtos que é muito difícil com o cartel montado pelos laticínios e outras empresas do setor agrícola.

Deveria ter um projeto mais estável para dar a sustentabilidade para o produtor trabalhar no seu lote e não depender de ir trabalhar na usinas que é o que tem acontecido: muitos assentados trabalhando em usinas.

Neste DSC é colocado em pauta o avanço da cana-de-açúcar para abastecer a produção de usinas sucroalcooleiras. Este é um debate atual não somente na região do Pontal do Paranapanema, mas em escala nacional. No Brasil, a territorialização do capital sucroalcooleiro tem ocorrido em todos os estratos de propriedades rurais e substituindo diversos tipos de atividade econômica - da pecuária bovina a soja - em praticamente todas as regiões do país.

No que concerne a dimensão ambiental do desenvolvimento procuramos destacar as exigências da legislação ambiental para averiguar o posicionamento dos dirigentes das associações diante da obrigatoriedade de reconstituição e preservação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Aqui os DSCs desenvolvidos corroboram os apontamentos dos dirigentes das federações que agregam os dois grupos de associações, conforme destacamos anteriormente. Em ambos os DSCs são destacadas opiniões favoráveis a reconstituição e preservação das APPs e a contrariedade em relação às ARLs.

No DSC das APPPs é reiterado a opinião do diretor da Famhesp em torno da necessidade de remuneração pela “área perdida” para a reconstituição das ARLs.

A gente tem procurado informações para orientar os produtores rurais. Com relação à reconstituição das APP o pessoal tem reconhecido a importância, agora a Reserva Legal é um assunto polêmico.

O programa de microbacias tem ajudado a sensibilizar através dos incentivos, mas a questão problemática é a perda de área para a Reserva Legal. Tem produtores que vão perder 50% de sua área. Essa responsabilidade não pode ser só do produtor, não fomos somente nós que destruimos. Mas temos consciência de que toda mudança acarreta uma reação. Através da federação, estamos reivindicando para que o produtor seja remunerado pela área reconstituída. (DSC, APPPs, 2008).

No DSC das APAs são destacados dentre outros aspectos a existência de ARLs já constituídas e averbadas no momento da implantação do assentamento e a necessidade de readequação da proporcionalidade da área obrigatória para as pequenas propriedades em relação às grandes.

Nós temos debatido isso da seguinte maneira: nós temos a vontade de fazer, mas não fizemos ainda por falta de recursos e incentivos.

Na verdade na associação tem um projeto de conservação do meio ambiente que nós fizemos um curso durante o ano todo, sobre a preservação do meio ambiente. Nós temos uma cavalgada que é feita para sensibilizar na questão ambiental. A nossa reserva é muito bem cuidada.

Acho que é um passo que precisa ser dado, mas acredito que algumas coisas precisam ser revistas porque se você tem 2 alqueires de terra, averbar 20% é muita coisa, agora em uma fazenda de 200 alqueires poderia ser feito isso. Acho que existe uma desproporcionalidade que precisa ser repensada. (DSC, APAs, 2008).

Em suma, embora seja reconhecida a relevância da reconstituição e preservação das APPs e ARLs, ainda existe rejeição ao acatar as exigências da legislação ambiental. O PEMH tem tido êxito na adesão dos produtores rurais pelo seu pacote de benefícios que inclui práticas de conservação do solo, melhoramento de estradas rurais etc. Caso contrário, acreditamos que o debate em torno da dimensão ambiental no desenvolvimento rural estaria ainda mais incipiente.

4.2.2. Gestão territorial das associações: autonomia, interação com as agências de mediação públicas e privadas

Para analisar o papel das associações no processo de gestão territorial na região do Pontal do Paranapanema por meio da organização dos produtores rurais delineamos alguns temas centrais que estão relacionados entre outras coisas à questão da participação e organização das atividades das associações, a capacidade de interação e autonomia diante das agências de mediação, a avaliação e acesso as políticas públicas, os olhares sobre a questão agrária regional e os atores sociais que integram o debate.

No que se refere à participação, enfatizamos a compreensão conceitual dos dirigentes e a sua avaliação dos integrantes da associação.

Dentre as APPPs, o DSC enfatiza que a participação pode ser caracterizada pela busca da interação coletiva para a resolução dos problemas e destaca uma participação submetida aos interesses na obtenção de benefícios na patrulha agrícola ou PEMH. Um aspecto interessante é o reconhecimento de que o grupo de produtores rurais ligados ao MST possui um maior nível de interesse em participar das decisões na interação com agências de mediação:

Eu acredito que a participação é muito importante, pois se houver a interação todos terão condições de buscar soluções para os problemas. Mas, quando a gente analisa a participação, vemos que para ter acesso a patrulha agrícola existe um grande interesse, mas para ajudar nas atividades ou solucionar problemas é reduzido. Quando viram a chegada do Programa de Microbacias quiseram aproveitar, e são beneficiados, pois suas propriedades estão dentro da área. No MST é o contrario, o povo participa mais em massa, lá quando fala de um cargo numa determinada comissão eles todos querem. (DSC, APPPs, 2008).

No âmbito das APAs o DSC produzido ressalta uma compreensão semelhante a das APPPs, no sentido de considerar a coesão e interação do grupo como elementos primordiais da participação. Contudo, observa-se que

neste grupo também existe a dificuldade em obter a participação ativa dos associados:

A participação é a coisa mais importante que tem, pois é onde a gente colhe as ideias dos companheiros. Mas no meu ponto de vista, a participação com livre e espontânea vontade ainda é bem fraquinha.

Na teoria funciona, mas na prática é difícil, a gente tenta deixar as pessoas a vontade, mas acabam se desmobilizando. (DSC, APAs, 2008).

A clareza em torno da importância da participação é fundamental para que o grupo social tenha condições de dialogar e interagir com outros os outros setores da sociedade de maneira autônoma e ativa.

Considerando o caráter de descentralização administrativa das políticas públicas de desenvolvimento para a escala local, o relacionamento das associações com as prefeituras municipais torna-se bastante estreito. Como vimos anteriormente, podemos dizer que o perfil das associações em estudo é profundamente influenciado pelas prefeituras municipais, sendo em boa medida, por elas induzidas.

Assim, buscamos identificar no discurso dos dirigentes a avaliação do relacionamento da prefeitura municipal com a associação. Observamos pelos DSCs que apesar do peso substancial desta instância de poder público, nem sempre é uma relação de cooperação e harmonia:

A gente já teve muita dificuldade, já perdemos muitos recursos por retaliação da prefeitura. Foi por isso que eliminamos a participação de políticos, para não acontecer este tipo de coisa. (DSC1, APPPs, 2008).

Nesse mandato, melhor impossível, a prefeitura ajuda muito a associação. Sempre tivemos uma boa relação, inclusive procuramos nomear para diretoria pessoas que se relacionam bem com o prefeito. (DSC2, APPPs, 2008)

Nós temos um bom relacionamento, cada um dentro do seu próprio espaço, já tentamos parcerias, mas por divergências políticas que são comuns em municípios acabamos não tendo êxito. Mas isso não tem prejudicado o trabalho da associação. (DSC3, APPPs, 2008).

Por meio dos DSCs é possível verificar que inegavelmente uma diretoria que se contraponha aos interesses da prefeitura pode comprometer o êxito das atividades das associações.

No caso das APAs, a relação com as prefeituras também mediadas por conflitos de interesses.

Temos uma relação boa, mas não temos muito respaldo naquilo que a gente reivindica. A relação da prefeitura com a associação é difícil por falta de convivência na política. Existe uma perseguição política. (DSC1, APAs, 2008)

Nós não procuramos muito a prefeitura. A gente fica sabendo algo da prefeitura através das reuniões do conselho municipal de desenvolvimento rural. (DSC2, APAs, 2008).

Associado às prefeituras estão os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), que se configuram como agências de mediação de caráter consultivo que definem a destinação dos recursos provenientes de políticas públicas, sobretudo das linhas de crédito do PRONAF Infra-estrutura. Os CMDRs surgem como um desdobramento das políticas de desenvolvimento com base no local:

[...] num ambiente institucional de reformulação do desenho das políticas públicas com vistas à valorização das capacidades dos agentes locais de participar e dar maior transparência às escolhas públicas, o CMDR emergiu como um dispositivo fundamental para dar sustentação a novas políticas de desenvolvimento rural. (MORUZZI MARQUES; FLEXOR, 2008, p. 51).

Assim, buscamos analisar o relacionamento e participação dos dirigentes das associações nos CMDRs da região em estudo.

Dentre os dirigentes das APPPs verificamos a ocorrência de compreensões acerca dos CMDRs que expressam algumas das contradições inerentes a base local e atrelada às prefeituras municipais. Ou seja, o desempenho do Conselho é variável de acordo com o interesse de cada prefeito na formulação e valorização do espaço rural.

Sim, temos uma boa relação, pois a maioria dos conselheiros faz parte da associação. Ele é formado por agrônomos e produtores rurais. (DSC1, APPPs, 2008)

Tem o conselho, mas a relação com a associação é muito superficial, mesmo porque o conselho é muito ligado a prefeitura. Na verdade a nossa relação depende mais da conjuntura política. (DSC2, APPPs, 2008)

No caso das APAs também é possível visualizar os conflitos inerentes a dinâmica de funcionamento dos CMDRs:

Temos uma relação boa, mas estamos com problema porque foi feita uma parceria do ITESP e a casa da agricultura (CATI) para implantar o programa de microbacias e acabou não vindo. (DSC1, APAs, 2008). Se existir o Conselho nós nunca fomos convidados. Tem a casa da lavoura que tem feito alguma coisa junto com a prefeitura através da CATI. Se tiver alguma pessoa lá dentro só se for da turma do MST, nós não tivemos nenhuma participação. (DSC2, APAs, 2008).

No primeiro DSC verificamos a insatisfação dos dirigentes em relação a delimitação das áreas prioritárias das ações do PEMH. No segundo DSC é ressaltado o desconhecimento do funcionamento do CMDR no município, o que é atribuído a priorização de dirigentes das associações que possuem vínculos com uma das frações do MST na região.

Apesar dos conflitos inerentes a lógica de organização dos CMDRs, acreditamos que estes espaços de interação possibilitam uma abertura para atender as demandas dos diferentes atores sociais envolvidos no debate acerca do desenvolvimento rural.

Quanto a avaliação da escala do poder público (municipal, estadual e federal) e as políticas públicas que os dirigentes consideram eficientes para o desenvolvimento das atividades das associações, foram expressos discursos distintos.

No que concerne aos dirigentes das APPPs de forma geral são ressaltados o PRONAF e o PEMH:

A gente o apoio está melhorando em todos os níveis, municipal, estadual e federal. O PRONAF, podemos dizer que é o melhor programa que já existiu. (DSC1, APTs, 2008)

A agricultura hoje está sendo atendida, acredito que por necessidade mesmo, pelo problema da fome no mundo, o governo está sendo forçado a apoiar a produção de alimento. Eu acho que como retorno para o agricultor é o programa de microbacias. Contudo, o programa de microbacias deveria ser organizado no âmbito da associação, para dar mais respaldo a nossa organização. (DSC2, APPPs, 2008)

Na verdade a participação da prefeitura é mínima, o PRONAF é bom, mas em comparação aos assentados, eles têm a mesma linha de crédito, mas com desconto no pagamento, ao contrário de nós que temos que empenhorar o que temos. (DSC3, APPPs, 2008)

Note-se que no DSC2, existe consta a ressalva de que o PEMH deveria dar maior respaldo para as ações serem definidas no âmbito das associações, para que elas possam atrair mais produtores. No DSC3, é salientado como ponto negativo do PRONAF a diferencialidade no acesso ao crédito entre pequenos produtores proprietários e assentados, principalmente por conta das garantias que têm que submeter para obtenção do crédito.

Dentre os dirigentes das APAs é notória a ênfase dada para as políticas do governo federal, destacando-se entre elas o PRONAF, mas também as ações do MDA por meio da CIAT. Com menos destaque são lembradas as ações do PEMH e do FEAP embora não haja a vinculação destas ações como sendo do governo estadual visivelmente criticado por ser *contrário a reforma agrária*.

É da escala federal que vem mais recursos, através do PRONAF ou pelo MDA através da CIAT. Na escala estadual o que pode nos beneficiar é o programa de microbacias. Tem também um recurso interessante que é do FEAP. (DSC1, APAs, 2008).

Para te falar a verdade, o maior apoio que nós temos está sendo o municipal. O estadual não está preocupado com a reforma agrária. (DSC2, APAs, 2008).

Associado ao acesso a políticas públicas e a construção de projetos de desenvolvimento rural, procuramos averiguar os benefícios obtidos pela filiação junto a uma das federações com ações na região: Famhesp ou Faafop.

Neste sentido, os dirigentes das APPPs invariavelmente enfatizam que a contribuição da Famhesp está diretamente atrelada ao PEMH:

Eu acho que está tendo benefícios através do programa de microbacias, que está fazendo todo o processo de recuperação do solo por meio da calagem, terraços, reflorestamento. Através da federação temos um espaço para dialogar que antes não tínhamos. A nossa filiação é importante porque toda a liberação de recurso está ligada a ela. Então é muito mais fácil pleitear qualquer financiamento através dela do que a associação sozinha. Mas a gente sabe que os benefícios devem aumentar em longo prazo. Quem sabe ter o mesmo poder de barganha que o MST. (DSC, APPPs, 2008).

Merece destaque esse imaginário em torno do poder de barganha que os movimentos sociais possuem diante das instâncias governamentais. Ou seja, mesmo não sendo de acordo com as estratégias de luta, como as ocupações de terras e prédios públicos, acreditam que é na organização coletiva que eles aumentam a sua capacidade de influência.

Na avaliação dos benefícios da Faaafop, vimos emergir outra vez a disputa existente entre as associações com assentados vinculados as frações dos movimentos sociais da região.

Nós tivemos o benefício do projeto de biodiesel através do plantio da mamona, onde conseguimos as sementes, o calcário e os gastos com a preparação do solo e também os recursos para a construção das casas que foram 6 mil reais da Caixa Econômica Federal, e 7500 reais do INCRA. (DSC1, APAs, 2008).

A federação sempre procura a gente para se juntar a ela. Mas nós não vamos por conta dessa questão política, pois fazemos parte do MST, que é um movimento que merece respeito pela história de luta na região. (DSC2, APAs, 2008).

Quanto a capacidade de influenciar politicamente nas decisões do poder público, na escala local no tocante ao desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento rural que inclua os interesses dos produtores das associações em estudo, observamos a existência de uma cautela para não estabelecer uma relação de confronto e sim de negociação com os prefeitos:

Nós não estamos muito preocupados com isso, mas eu acho que a associação tem uma grande força no panorama político. Se estivermos reunidos sempre tem uma força, melhor do que um produtor sozinho. Acredito que por ser um grupo, acaba tendo um peso nas decisões. Mas, em se tratando de política é melhor ter um bom relacionamento para conseguir as benfeitorias do que bater de frente. (DSC, APPPs, 2008).

Ao discutir essa questão com os dirigentes das APAs, vimos aflorar mais uma vez o embate entre frações dos movimentos sociais, principalmente porque no período de realização das entrevistas era justamente a fase das campanhas eleitorais para as eleições de prefeitos e vereadores de 2008. Dentre os entrevistados estavam dois candidatos a vereadores do município de Presidente Bernardes, um vinculado ao MST e outro à Faaafop, conforme optamos por confrontar os discursos:

Tem um peso, se essas associações se reunissem todas, elas poderiam teriam grande poder. Mas faltou uma união um pouco melhor para definir um candidato a vereador no município. Eu sou ligado a federação, e vejo que o Rainha tem uma força muito grande aqui no Pontal. (DSC1, APAs, 2008).

Eu acho que sim. Neste ano nós fizemos uma organização muito boa no sentido de preparar possíveis candidatos a vereador. Uma espécie de convenção interna aos assentamentos. Eu tive o maior número de votos, mas outro companheiro que teve 9 votos, resolveu sair apoiado pelo José Rainha no intuito de derrubar o nosso companheiro Cido Maia que ele considera inimigo dele. (DSC2, APAs, 2008).

Outro aspecto que buscamos analisar diz respeito ao vínculo das associações com os movimentos sociais na região e avaliação das estratégias de luta de luta pela terra. Tal aspecto foi abordado no intuito de identificar por um lado o nível de fragmentação dos pequenos produtores proprietários em relação aos assentados, e, por outro lado averiguar se os assentados ainda mantêm o vínculo com os movimentos após a conquista do lote.

No âmbito das APPPs, encontramos diversos níveis de compreensão acerca dos movimentos que vão desde a criminalização dos movimentos a aceitação da reforma agrária desde que não ocorram os “atos de vandalismo e violência”. Grosso modo, pode-se dizer que os pequenos produtores proprietários são favoráveis a reforma agrária, desde que seja feita de “forma

organizada e os lotes sejam concedidos para àqueles que têm aptidão com a terra”.

Eu penso que se tivesse uma política agrária bem estruturada não precisaria de invasão. Como não tem, eles são obrigados a fazer pressão. Mas acredito que não é só dar a terra, mas também subsídio, formação técnica, com seriedade. (DSC1, APPPs, 2008).

Com relação aos movimentos de luta pela terra, sou contrário a esse tipo de manifestação. A nossa visão é de produzir e não de confronto. (DSC2, APPPs, 2008).

Eu acho que a pressão é necessária, agora deveria ter uma seleção para dar a terra para quem tem vocação. Também não sou muito favorável a invasão de áreas produtivas. Vejo que tem muita política em cima disso. Acredito que ao invés de ficar buscando pessoas na periferia das cidades para fazer parte do movimento seria melhor dar um incentivo para os filhos dos produtores que já têm vocação. (DSC, APPPs, 2008).

Observemos que no segundo DSC está presente uma opinião recorrente que busca contrapor o produtor convencional aos acampados e, por conseguinte os assentados. No terceiro DSC é apresentado um ideário favorável a reforma agrária estruturada na incorporação de terras improdutivas e com um perfil de pessoas que tenham “vocação” à terra, destacando que as pessoas oriundas das periferias da cidade não deveriam ser assentadas.

Sob a ótica das APAs, novamente é destacado o “racha” existente no MST na região o que tem prejudicado o que na opinião de alguns dirigentes tem prejudicado a gestão dos assentamentos de maneira geral,

Eu tenho, mas aqui no Pontal depois dessa divisão do movimento a relação ficou prejudicada, porque um grupo fala mal do outro. Mas eu sempre vejo o movimento como único. Se o Zé Rainha me chama para uma reunião eu vou, se o Cido Maia me convida, se der para ir, vou também. (DSC1, APAs, 2008).

Eu avalio que o que o movimento faz é uma coisa necessária, mas a reforma agrária na nossa região tem avançado muito pouco por conta do governo do PSDB. Em outras regiões tem progredido, mas na região está complicado porque são terras do estado e o governo é contrário. Não adianta o MST fazer ocupação para prejudicar os companheiros. O MST está tendo que buscar outras formas de luta na região. Na verdade a maioria dos assentados da associação é sócia da COCAMP e ela faz parte do movimento. Eu já participei de várias lutas e sempre proibi que se fizesse baixarias e quebraadeiras, pois isso não faz parte do movimento. (DSC2, APAs, 2008).

No primeiro DSC é destacada a disputa entre as frações do MST, sendo apontado de um lado José Rainha Júnior, e de outro Cido Maia que consiste numa das principais lideranças para organização de frentes de massa nos acampamentos do MST.

Abordamos também em caráter comparativo, as impressões sobre qual grupo de produtor rural está mais organizado na condução do processo produtivo: o produtor convencional ou o assentado.

No âmbito das APPPs tivemos opiniões que apontam o assentado como mais organizado em virtude de sua maior capacidade de pressão política o que favorece o grupo na obtenção de linhas de crédito.

Eu acho que o sem-terra não somente está mais organizado, com também é mais beneficiado. Tenho um amigo que perdeu a terra que ficou hipotecada no banco, ao passo que com sem-terra isso não acontece, porque o governo manda subsídio. (DSC1, APPPs, 2008)
Eu vou falar da parte que eu conheço, eu acho que o agricultor familiar tem a preocupação de quitar as suas contas. Dentre os assentados tem muita gente que não tem preocupação com as contas. Pela organização eles pegam muitos recursos a fundo perdido, coisa que a agricultura familiar não consegue por falta de união. Eles têm muita gente por trás para conseguir isso. (DSC2, APPPs, 2008)

Na ótica dos dirigentes das APAs, as opiniões em relação ao produtor convencional estão relacionadas ao individualismo. Como dificuldades de organização do processo produtivo do assentado é enfatizado o grande período em que permaneceu excluído do acesso à terra, desenvolvendo outro tipo de atividade nos centros urbanos.

O pequeno produtor convencional é muito individualista. Agora com relação ao assentado o que complica é que a maioria perdeu o vínculo com a terra há muito tempo, pois estavam trabalhando na cidade.
Eu acho eu está mais ou menos igual, porque tem o produtor que não é assentado que as vezes está pior do que a gente. Acho que é meio dividido.

Para complementar o tema sobre a organização do processo produtivo, propusemos uma reflexão para identificar se estes grupos possuem interesses semelhantes e se poderia ser feito um processo de aprendizagem entre ambos.

No ponto de vista dos dirigentes das APPPs, foram salientadas três concepções pelos seguintes DSCs:

Com certeza, tem o modo de produzir e de ser organizar. Mas é difícil por causa dessa diferença de tratamento em relação aos empréstimos nos bancos. O pessoal fica revoltado, para eles, esses assentados são uns vândalos. (DSC1, APPPs, 2008).

Essa troca de informação seria importante, mas é difícil, pois existe uma diferença, o pequeno produtor já tem a cultura, ele já nasceu ali, e o assentado não tem aquela cultura. Como o trabalho rural é uma atividade penosa, as pessoas que não tem carinho pela terra acaba abandonando. (DSC2, APPPs, 2008).

Só se for no sentido da organização, agora em relação a produção e produtividade eles têm muito a aprender. (DSC3, APPPs, 2008).

No que concerne aos produtores assentados, as ideias desenvolvidas nos DSCs demonstram uma certeza de um maior nível de organização comparativamente aos pequenos produtores proprietários. Por outro lado, salientam que estes poderiam colaborar na sua capacitação para a condução do processo produtivo para aumentar a geração da renda nos lotes dos assentamentos.

Eu acho que tem muito para aprender. Nós temos muito a ensinar na parte da organização e eles podiam nos ensinar na parte produtiva na agricultura familiar, pois ele já está há mais tempo na agricultura. (DSC1, APAs, 2008).

Eu acho que existe um preconceito, pois o sujeito porque conseguiu as coisas por herança se julga melhor do que nós. Eles falam que nós não somos donos da terra. É verdade, mas não deveria ser assim, pois ambos vivemos em cima da terra. Estamos na mesma situação. (DSC2, APAs, 2008).

Têm só que o assentado sabe se organizar e lutar e o agricultor familiar não sabe fazer isso. O agricultor familiar poderia aprender a se organizar com o assentado a questionar e reivindicar e ir atrás das linhas de crédito, porque o hoje o PRONAF oferece várias linhas de crédito que podem beneficiá-lo. (DSC2, APAs, 2008).

Com relação à forma de implementação das políticas públicas de desenvolvimento do rural, voltadas à produção familiar, conforme demonstrado anteriormente existe uma grande insatisfação por parte dos pequenos produtores proprietários em relação às facilidades de crédito concedidas aos assentados.

Grosso modo, os pequenos produtores proprietários sentem-se injustiçados pela diferencialidade de tratamento, embora alguns reconheçam que as concessões são feitas pelo fato da não titularidade das terras associada ao maior nível de organização deste grupo social.

Diante deste panorama, buscamos estabelecer um diálogo com os dirigentes das associações para averiguarmos a avaliação efetuada em relação a política de criação de assentamentos rurais na região do Pontal Paranapanema, como parte de um processo mais geral ocorrido nas últimas décadas no país.

Em linhas gerais os pequenos produtores proprietários avaliam que a criação dos assentamentos rurais foi positiva para a região. Contudo, reiteram que são contrários a “invasão” das terras e ao assentamento de pessoas que não têm “aptidão” ou “vocação com a terra”. Um procedimento sugerido recorrentemente diz respeito ao acesso à terra pela compra, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (mais conhecido pela denominação da política inicial como “Banco da Terra”).

Eu sou favorável aos assentamentos, mas sou contrário as invasões de terras para pressionar o governo. O dono atual não tem nada a ver com o que houve no passado. Poderia ser feita pelas autoridades uma forma de excluir àqueles que não querem trabalhar, pois do jeito que está acaba resultando na desconfiança dos pequenos produtores em relação aos assentados. (DSC1, APPPs, 2008).

Eu acredito que é um trabalho que possa ser feito. Veja o caso do banco da terra, são pessoas que têm afinidade com a terra, que formam a associação para comprar a terra. (DSC2, APPPs, 2008).

No enfoque dos dirigentes das APAs a criação dos assentamentos trouxe desenvolvimento para a região na medida em que impulsionou a desconcentração das terras, conseqüentemente provocou a distribuição da

renda pela geração de emprego e renda em municípios que até então tinha a economia estagnada. Isso se explica pelo viés eminentemente absenteísta dos fazendeiros que drenavam a renda obtida regionalmente para outras áreas do país:

A maioria das terras do Pontal é devoluta: são pertencentes ao estado e a união. Então os assentamentos trazem muito mais desenvolvimento para a região do que os fazendeiros. A maioria dos fazendeiros usava o dinheiro obtido na terra fora da região. Hoje não, você vai a Mirante, Bernardes, você vê o desenvolvimento. Todo o dinheiro do assentado é gasto na região. A ocupação é importante para a criação dos assentamentos. Acho que foi positivo para a região, nós calculamos uns 5 mil assentados. Imagine quantas dessas pessoas não estariam nas cidades sofrendo e hoje estão no seu sítio, mais organizado, sem necessidade de alimentação. (DSC, APAs, 2008).

As ocupações são defendidas como estratégia legítima de luta pela terra na medida em que as áreas que foram transformadas em assentamentos são provenientes de terras devolutas que foram apropriadas de forma ilícita pelo processo de grilagem empreendido no final do séc. XIX.

4.2.3. As perspectivas da continuidade das associações de pequenos produtores proprietários e assentados

Para finalizar as análises do processo de gestão territorial empreendido regionalmente pelas associações de produtores rurais tradicionais e assentados abordaremos os principais aspectos considerados como projeto de continuidade para as organizações.

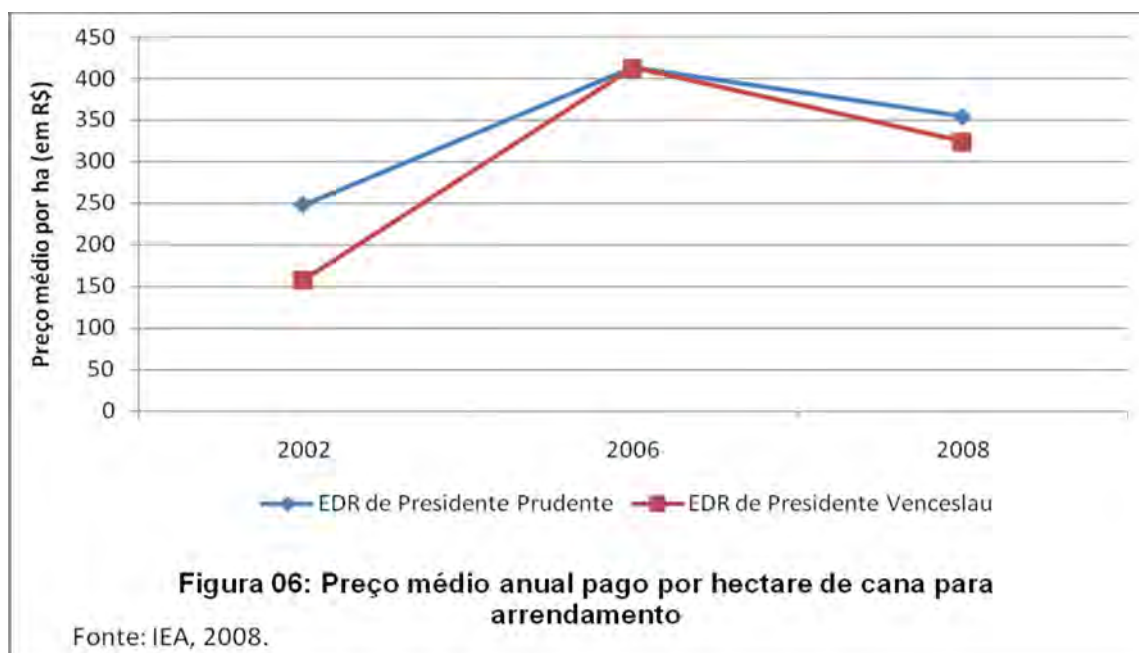
Notamos que dentre as atividades desenvolvidas de forma mais pulverizada nas associações consiste na pecuária bovina de leite. Portanto, as ações do PEMH e do MDA por meio da CIAT, têm propiciado um fortalecimento deste segmento produtivo pela disponibilização de infraestrutura básica como a construção de poços artesianos que permitem o manejo irrigado das pastagens por meio do piqueteamento; e, os tanques de

resfriamento de leite têm possibilitado uma maior autonomia dos produtores diante dos laticínios regionais.

O Programa Nacional do Biodiesel que tem sido fomentado na região através das ações da Faafof deve ser visto como uma alternativa econômica de produção, mas é importante que se tenha clareza da necessidade de diversificação da produção e não da submissão aos monopólios, levando em consideração que o setor de combustíveis é dominado por grandes empresas privadas, majoritariamente de capital externo.

O avanço da cana-de-açúcar tem provocado um forte debate regional não somente para os atores sociais que estão diretamente relacionados ao desenvolvimento rural, mas para os demais setores da sociedade.

Áreas destinadas para produção de grãos ou pecuária bovina de leite e de corte estão sendo arrendadas para o plantio da cana, em virtude do elevado valor dos arrendamentos. Conforme os dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2008) os preços médios dos contratos na região do Pontal do Paranapanema têm girado em torno de 300 reais por hectare/ano. Como os dados do IEA são apresentados tendo como base geográfica os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) conforme a divisão estabelecida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, apresentamos na Figura 06 o gráfico com a evolução do preço médio pago por hectare de cana para arrendamento nas regiões correspondentes aos EDRs de Presidente Prudente e Presidente Venceslau que juntas configuram 30 municípios dos 32 que compõem a região do Pontal do Paranapanema.



Conforme o estudo realizado por Ficarelli; Ribeiro (2010), sobre a expansão dos arrendamentos para o plantio da cana no estado de São Paulo houve um incremento no preço médio pago por hectare desde o início dos anos 2000 face ao cenário internacional favorável as exportações de açúcar e etanol. Contudo a crise econômica mundial de 2008 e a queda do valor da moeda dos Estados Unidos arrefeceram os ânimos dos usineiros brasileiros acarretando uma menor demanda por terras para o plantio da cana e consequentemente a queda dos preços praticados nos arrendamentos conforme se evidencia na figura 06.

É interessante destacar que a cana não tem ocupado tão somente as áreas de grandes propriedades rurais anteriormente destinadas à pecuária bovina extensiva, mas também áreas de assentamentos rurais em todo o estado de São Paulo, o que tem levado tanto a subsunção formal quanto real dos assentados ao capital sucroalcooleiro, na medida em que desenvolvem em suas terras o plantio da cana e, ao mesmo tempo, se submetem às diferentes modalidades do trabalho nas usinas.

Thomaz Júnior (2007) em seu estudo sobre o avanço do agronegócio sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema salienta que o entendimento do

avanço deste segmento perpassa os limites do viés produtivo e estratégico e abrange

[...] os demais objetivos do capital, tais como a fragilização das ações dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que, desde meados de 1990, desenvolvem ações sistemáticas e organizadas, no âmbito da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Para tanto, atua para desmontar a estrutura produtiva dos assentamentos, atraindo para seu entorno os camponeses, tanto por meio do arrendamento das terras, conforme prescreve a Portaria ITESP n°77²⁶, como também pela contratação como assalariados (seja no corte da cana, seja na planta fabril etc.). (p. 27).

É importante frisar que a Portaria n° 77 do ITESP regulamenta o plantio da cana-de-açúcar nos assentamentos, desde que todo o processo de produção e fornecimento de matéria-prima seja desempenhado pelos assentados e não sob a forma de arrendamento direto à usina.

Assim, o território do assentamento que poderia ser um território de liberdade e autonomia vem sendo progressivamente transformado em território cativo de subordinação às forças do capital privado, tendo em vista que a ausência de uma estrutura de comercialização consolidada que permita ao assentado a inserção de produtos alimentícios com preços atrativos, faça com que ele se sinta atraído pela segurança de produzir matéria-prima para o capital sucroalcooleiro, lembrando que pelo aval das usinas, as facilidades de crédito do PRONAF são ampliadas *vis-à-vis* a obtenção de créditos para outros produtos agropecuários.

²⁶ A Portaria 77 foi publicada em 27/04/2004 regulamenta em seu artigo 1º “[...] a elaboração de Projetos técnicos relativos ao plantio de culturas nos assentamentos destinadas às agroindústrias”. No artigo 2º estabelece que as “[...] culturas para fins de processamento industrial poderão [...] ser implantadas nos lotes de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total”. (ITESP, 2004).

5. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

A questão do desenvolvimento rural na região do Pontal do Paranapanema insere-se numa complexidade marcada pela conflitualidade de seu processo de formação e estruturação agrária. Contudo, tal realidade vem sendo invariavelmente negligenciada na formulação de políticas públicas na medida em que a abordagem territorial, e no seu limite o conceito de território, tem sido (mal)tratado como uma noção meramente normativa e passível de operacionalização de ações elaboradas para o desenvolvimento rural.

A instrumentalização do território para fins de planejamento parte do princípio da possibilidade de conjugação harmônica das forças da sociedade local, que pela via da participação social seria capaz de minimizar e até mesmo eliminar suas divergências internas tais como as assimetrias de poder, os interesses distintos (e ocultos), as desigualdades de renda e de capital dentre outros contra-sensos.

Tal realidade está circunscrita nas ações governamentais estabelecidas na região do Pontal do Paranapanema tanto pelo governo federal quanto estadual. Neste cenário buscaremos neste capítulo compreender os desdobramentos das políticas públicas na região e o papel das agências de mediação das diferentes escalas do poder público no espaço regional.

5.1. O Estado e o enfoque territorial das políticas de desenvolvimento rural

No decorrer da década de 1990, as ações governamentais passam por profundas transformações no que tange as estratégias de desenvolvimento rural. O viés setorial e meramente produtivista até então presente nas políticas públicas voltadas ao espaço rural consoante à lógica de implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde passa a ser cada vez mais questionado em escala mundial pelos efeitos perversos para a sociedade e a natureza.

A questão da fome persistia apesar dos índices recordes de produção e produtividade de alimentos e a degradação ambiental aprofundava sistematicamente com a contaminação de recursos naturais essenciais como água e o solo.

O rural brasileiro sempre esteve associado ao *agro* pautado na lógica produtivista do pacote tecnológico introduzido a partir de 1965 tendo como mola propulsora a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que subsidiou a incorporação acelerada de insumos modernos provenientes da indústria emergente e, voltados para a produção e exportação de *commodities*.

A modernização da agricultura promovida sem alteração da estrutura agrária historicamente concentrada resultou num processo de pauperização e expropriação de pequenos produtores (arrendatários, posseiros, pequenos proprietários etc.). Embora fragilizados economicamente grande parte destes produtores permaneceram no espaço rural utilizando-se de diversas estratégias de (re)produção socioeconômica como a organização em associações de pequenos produtores dentre outras formas de cooperação. Outra parcela deste segmento que fora expulsa do campo em que pese todas as dificuldades recorre aos movimentos sociais de luta pela terra na busca para regressar ao espaço rural.

Diante dos resultados do estudo elaborado num convênio de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) foi publicado em 1996 um documento intitulado “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico” no qual foi demonstrado que apesar do caráter seletivo no qual esteve ancorado a modernização da agricultura o segmento social representado pela produção familiar conseguiu se reproduzir ainda que de forma diferenciada nas diferentes regiões do país.

Neste ínterim alguns temas passam a entrever cada vez mais os estudos do rural com as “[...] tecnologias alternativas e novas formas de organização da produção; pluriatividade dos agricultores familiares; agricultura e meio ambiente; poder local e gestão municipal. [...]” conforme salienta Wanderley (1998, p. 31) num dos capítulos do estudo coordenado por Hugues Lamarche (1998) onde realiza um comparativo internacional acerca da agricultura familiar envolvendo Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia.

A proeminência do segmento representado pela produção familiar com destaque para o abismo social existente neste grupo tanto internamente como na relação com o outro grupo social representado pelos grandes proprietários de terra, associada à crescente pressão exercida por entidades representantes dos pequenos produtores como a CONTAG e os movimentos sociais, impulsiona o governo de Fernando Henrique Cardoso norteado pelos resultados do estudo realizado pela FAO/INCRA a elaborar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que foi

[...] lançado oficialmente pelo governo brasileiro em agosto de 1995, como uma linha especial de crédito de custeio, denominada Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), foi institucionalizado e regulamentado como programa governamental [...] em junho de 1996, quando passou a integrar o Orçamento Geral da União, sendo denominado PRONAF [...]. (HESPANHOL, 2000, p. 97).

Visando maximizar os efeitos de sua implantação o PRONAF foi estruturado sob o pressuposto da gestão social sendo consubstanciado em “[...] três princípios básicos: a descentralização, a participação e o estabelecimento de parcerias”. (HESPANHOL, 2000, p. 97).

Assim instaura-se a tônica que marcaria a atuação do governo federal no espaço rural a partir da emergência da categoria de agricultor familiar como um dos elementos centrais das políticas públicas, uma característica inédita até então na concessão de crédito rural consoante ao estabelecimento de critérios de classificação social do produtor, à exceção feita Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)²⁷.

Subjacente à adoção da gestão social como base de ação do PRONAF, está a idéia de que, ao municipalizar a atuação do programa, os agricultores familiares e suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos), representadas por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, tornam-se os principais agentes do desenvolvimento local. Isso porque, os conselhos municipais têm como principais atribuições, analisar e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), sugerir alterações nas políticas do município em relação ao setor agropecuário e auxiliar no acompanhamento e fiscalização na aplicação dos recursos públicos. (HESPANHOL, 2000, p. 97).

Ainda sob a ótica dos pressupostos da gestão social pautada na participação social e realização de parcerias visando não somente a interação vertical, mas também a integração horizontal entre as políticas públicas foi instituída a linha PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, visando fortalecer o processo de descentralização administrativa prevista na Constituição Federal de 1988 e contemplar as estratégias do desenvolvimento local.

O PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais se constituiu numa modalidade de financiamento concedida aos municípios por meio de

²⁷ O PROCERA foi criado em 1985 juntamente com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados pela reforma agrária. Garantia um tratamento especial, quanto à política de financiamento, para os assentados viabilizarem a sua produção agrícola inicial. Foi incorporado ao PRONAF a partir de sua institucionalização em 1996 como uma linha especial de crédito correspondente ao grupo A. (REZENDE, 1999).

convênios com recursos não-reembolsáveis tendo como objetivos a implementação, ampliação, racionalização, modernização ou realocação da infra-estrutura pública de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, 2000).

Esta modalidade de financiamento do PRONAF se diferencia das demais na medida em que possui como requisitos básicos a constituição de uma estrutura de gestão formada pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural,

presentes nos três níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal. Dentro desta estrutura, o Conselho Municipal teria o papel de formulação da política de desenvolvimento do município (que se materializa no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) e, orientado por esta, definir ações a serem executadas dentro do Programa que estivessem articuladas a outras iniciativas locais e contribuíssem para a realização daquela estratégia de desenvolvimento (SILVA; SCHNEIDER, p. 18, 2004).

A constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Rural em nível municipal composto por membros representantes da sociedade civil e governamentais denota o princípio da gestão social. Esta participação, contudo não garante a autonomia das decisões tomadas pelos conselhos considerando a ingerência dissimulada por parte dos prefeitos de acordo com os seus interesses.

É importante frisar que o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais se inseria na estratégia localista para alavancar o desenvolvimento adotada já no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso resultando de uma estratégia da Secretaria de Desenvolvimento Rural com o Programa Comunidade Solidária, sendo que este priorizava suas ações nos municípios contemplados por esta linha de crédito conforme salienta Silva (1999) *apud* Zanini (2006).

Na realidade o conjunto de políticas regionais estava consubstanciado na

[...] inserção competitiva dos espaços regionais e locais nos mercados “globalizados”. Uma lógica geral presente nos projetos do Brasil em

Ação e Avança Brasil, respectivamente concebidos no primeiro e segundo mandatos do governo FHC. Em ambos, o objetivo básico era o direcionamento dos investimentos para aquelas regiões e setores que pudessem contribuir com a ampliação da competitividade externa brasileira. (ORTEGA, 2008, p.152. *grifo do autor*).

Na realidade na análise dos programas e políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso direcionadas ao desenvolvimento regional e local é inteligível a influência da perspectiva neoliberal na medida em que buscava transferir progressivamente as responsabilidades para a escala local estimulando a concertação de arranjos institucionais capazes de germinarem um protagonismo que liberasse o Estado do papel de agente indutor do ordenamento territorial. Nesta perspectiva,

[...] competia ao governo federal estimular iniciativas locais por meio de um “empurrão inicial”, com a indução da formação de novas articulações institucionais locais. Caberia, ainda, ao governo dotar os arranjos socioprodutivos de ativos (capacitação, financiamento, dentre outros), para que eles pudessem caminhar por conta própria (ORTEGA, 2008, p. 155. *grifo do autor*).

Ainda segundo o autor, uma mudança relevante que em grande parte esteve associada à pressão de entidades sindicais e movimentos sociais, e serviu para estimular as políticas de desenvolvimento rural voltadas à produção familiar e consubstanciada no local foi inicialmente a criação de um gabinete de Ministro Extraordinário de Política Fundiária em 1996, como órgão independente da alçada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, posteriormente a sua transformação em Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2000. Destarte, consolida-se grosso modo a separação entre ministérios que têm responsabilidades centradas respectivamente nas dimensões econômicas e sociais do espaço rural brasileiro invariavelmente submetidas à problemática da questão agrária.

A partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, emerge de forma contundente a abordagem territorial do desenvolvimento concebida como estratégia eficaz para incentivar e aprofundar a interação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada. Isso se deu a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A SDT inicia sua atuação a partir de um estudo realizado em parceria com Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) intitulado *Atlas Territórios Rurais* divulgado em 2004. No atlas foram sintetizadas as bases de dados necessárias para a delimitação dos *territórios rurais* como parte da estratégia para “[...] apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas”. (BRASIL, 2004, p. 5).

Assim a SDT estabelece o território rural como um:

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2004, p.10).

Como se vê na definição, a coesão se constitui num elemento central para a abordagem territorial. Neste sentido, Gómez (2006) considera que a criação dos territórios rurais foi influenciada pelo modelo de desenvolvimento adotado na Itália para a criação dos chamados distritos industriais, sobretudo na região norte daquele país conhecida como Terceira Itália. Assim, estaríamos

[...] diante do receituário do modelo da Terceira Itália. Por um lado, adaptado ao contexto rural de um país do denominado Terceiro Mundo, onde a pobreza e as desigualdades são a norma, e, por outro lado, enfatizando a questão da participação. As PMEs urbanas, no meio rural, seriam as pequenas propriedades (a ênfase que se dá nesse documento, para a realização de uma Reforma Agrária que crie pequenos proprietários, é clara), que devem estabelecer arranjos produtivos entre elas e com redes de agroindústrias próximas. Junto a tudo isso, é necessária a conformação (e utilizamos o jargão do documento) de novas institucionalidades que permitam uma governabilidade democrática (ou governança) e a promoção da conquista e do exercício da cidadania [...] (GÓMEZ, 2006, p. 96).

Por sua vez, Favareto (2007) salienta que a adoção de uma abordagem territorial se constituiu num desdobramento de propostas de

desenvolvimento rural arroladas desde os anos noventa pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial com o intuito de superar o enfoque meramente setorial até então presentes nos programas de desenvolvimento rural:

[...] desde os anos noventa há uma série de programas de pesquisa e iniciativas de políticas como a criação da divisão territorial da OCDE em 1994. E em 1996 o Banco Mundial publica seu relatório “*A nova visão do desenvolvimento rural*”, onde a marca é justamente uma tentativa de dar conta das mudanças porque havia passado o rural nas décadas anteriores e a necessidade que elas traziam em se passar de um enfoque setorial a um outro de caráter territorial, e, também, em se erigir um novo modelo institucional em torno destas políticas [...]. (FAVARETO, 2007, p. 146).

Neste sentido, embora a nomenclatura *territorial* tenha vindo a tona com a institucionalização da SDT, as políticas de desenvolvimento rural têm sido influenciadas por esta tendência internacional impulsionada pelas agências multilaterais desde meados dos anos 1990 com as políticas de desenvolvimento local do governo de Fernando Henrique Cardoso que colocaram em cena – ao menos do ponto de vista do discurso – a necessidade de contemplar outras dimensões para além do viés setorial do rural, com destaque para valorização da produção familiar, como vimos anteriormente.

O próprio Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário é oriundo do desmembramento da linha Infra-Estrutura e Serviços Municipais do PRONAF conforme salienta Favareto (2007).

Embora tenha havido algumas transformações no formato das políticas de desenvolvimento rural nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), Gómez (2006) enfatiza que estas estiveram invariavelmente atreladas ao receituário emitido pelo Banco Mundial:

[...] podemos concluir que há mais continuidades do que rupturas, nas propostas de políticas públicas para o meio rural, nos últimos 10 anos. Sejam aquelas resultantes dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, sejam as indicações iniciais de um ano e meio de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que o modelo de desenvolvimento em que se baseiam essas propostas não difere, no essencial, das “sugestões” que o Banco Mundial fez ao governo brasileiro, no início da década de 1990, para modificar a política agrária [...] (p.84).

De acordo com os últimos dados do Sistema de Informações de Informações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2009 tinham sido delimitados 164 *Territórios Rurais* em todo o território nacional, conforme pode ser verificado no mapa da Fig. 07

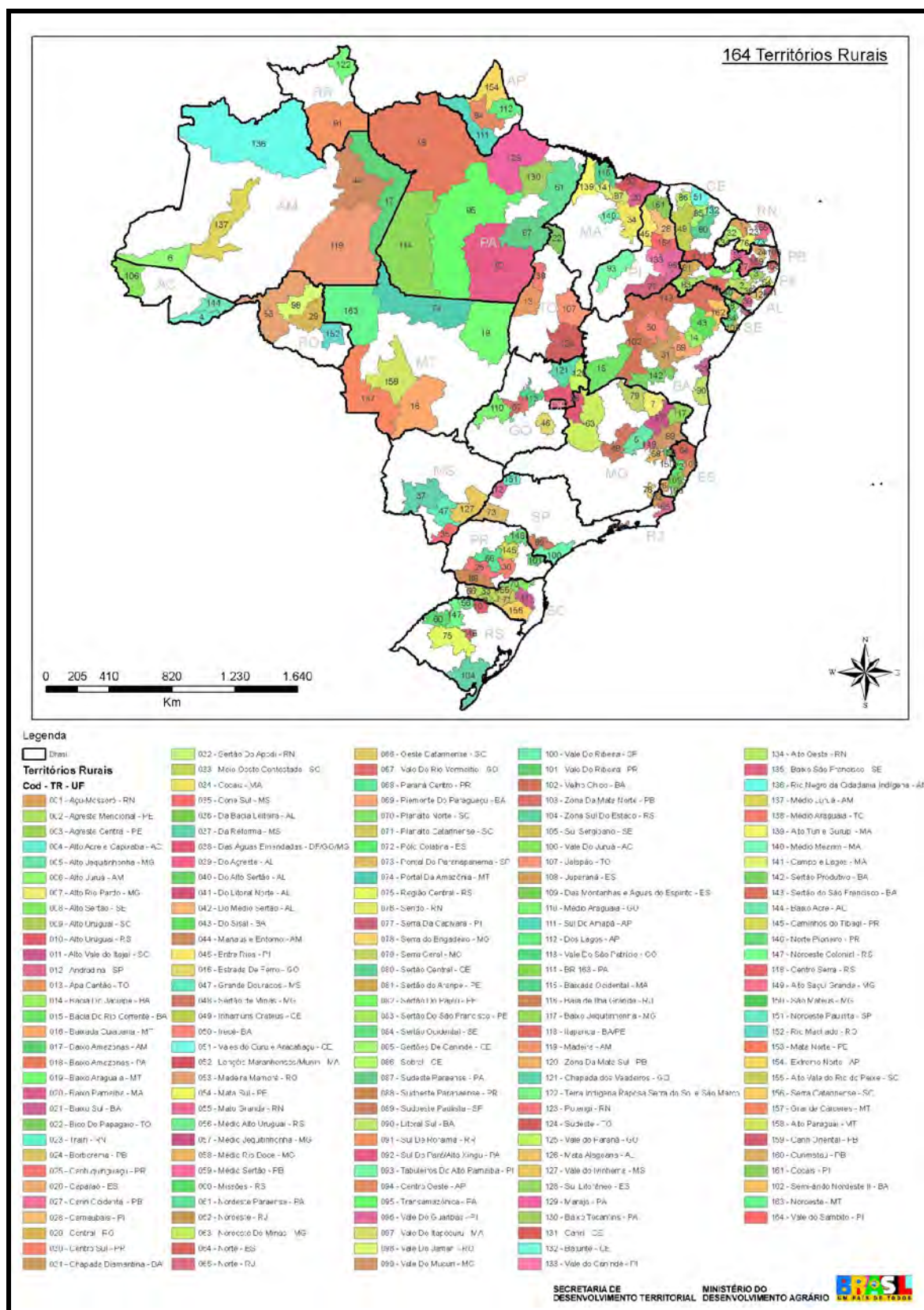


Figura 07: Mapa dos Territórios Rurais no Brasil

Fonte: SDT/MDA, 2009.

Disponível em http://sit.mda.gov.br/images/tr/br_055_trs_164_maio_2009.jpg

Acesso em 20/12/2009

Conforme pode ser observado no mapa da Figura 07 os *Territórios Rurais* estão distribuídos em todas as unidades da federação, como parte dos critérios para a delimitação dos territórios pela SDT que são constituídos pelos seguintes parâmetros:

A) Densidade demográfica: microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes/km² e população média por município de até 50.000 habitantes;

B) Foco prioritário do MDA: concentração de agricultores familiares, famílias assentadas por programas de reforma agrária, famílias de trabalhadores acampados;

C) Indicadores pertinentes ao PRONAT: parcerias entre o governo e a sociedade civil, organizados em cada respectivo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que contemplem e estimulem - o aumento da incidência de capital social, a caracterização de áreas de prioridade de ação do Governo Federal nos Estados, melhoria da incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento. (BRASIL, 2004).

A partir do Quadro 05 apresentado a seguir verificamos a síntese de dados referentes ao público prioritário das ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial por meio do PRONAT. A partir de informações do Ministério da Integração Nacional (MIN) o Sistema de Informações Territoriais demonstra o percentual de abrangência dos *Territórios Rurais*. Destacamos os percentuais de famílias assentadas (74,0%) e comunidades quilombolas (70,8%) que possuem patamares superiores a setenta por cento contemplados pelas ações governamentais. Além disso, salientamos que 2500 (45,0%) dos municípios do país, foram delimitados como integrantes de Territórios Rurais, o que representa 58,0% da área territorial do país e abrange 56,0% da população rural brasileira e 29,0% da população total.

Quadro 05: Síntese da abrangência dos Territórios Rurais

	Brasil	Território	(%)
Número de Territórios	164	-	-
Municípios	5564	2500	44,93
Área	8.626.768,60	5.046.045,50	58,49
População	183.197.044	52.238.323	28,51
População Rural	28.425.733	15.923.286	56,02
Pescadores	390.676	224.094	57,36
Agricultores Familiares	4.363.034	2.550.151	58,45
Famílias Assentadas	785.300	581.210	74,01
Demanda Social*	5.363.204	3.264.662	60,87
Bolsa Família	11.047.139	4.805.853	43,50
Quilombolas	1.219	863	70,80
Terras Indígenas	612	340	55,56
Número de Municípios Alta Renda**	1.567	335	21,38
Número de Municípios Dinâmicos **	1.002	731	72,95
Número de Municípios Baixa Renda **	725	485	66,90
Número de Municípios Estagnados**	2.264	948	41,87

Fonte: SIT/MDA, 2010. (Base de dados do Ministério da Integração Nacional, 2005)

* **Demanda Social:** Igual a soma das variáveis Famílias Acampadas, Famílias Assentadas e Agricultores Familiares.

** **Desigualdade Regional:** cruzamento das variáveis "rendimento domiciliar médio" e "crescimento do PIB per capita". **Alta Renda:** alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado; **Dinâmicos:** rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa; **Estagnados:** rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico; **Baixa Renda:** baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo.

Se traçarmos um paralelo entre os elementos constitutivos das políticas de desenvolvimento rural dos governos de FHC e Lula, constataremos que ambos se ampararam em categorias que compõem o paradigma da gestão social, sendo que no primeiro governo estiveram presentes conceitos como a *descentralização*, a *participação* e as *parcerias* no nível local, e no segundo as ações estão permeadas pelo *território*, a *participação* e a *gestão social*.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) que era o responsável por articular as ações nas diferentes escalas territoriais no governo de FHC foi reestruturado e passou a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura

Familiar (CONDRAF)²⁸. Dentre as modificações que houve na estrutura de funcionamento e na forma de representação está a incorporação de membros de movimentos sociais rurais, órgãos governamentais, representantes de ONGs, sociedade civil e membros das universidades conforme salienta Mattei (2008).

Ortega (2008) enfatiza que o CONDRAF representa uma nova institucionalidade [...] que preconiza a plena participação dos agentes sociais como protagonistas na proposição e gestão de políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural, à reforma agrária e à agricultura familiar. (p. 162). Segundo o autor com a reestruturação do Conselho tem-se uma ruptura no formato das políticas de desenvolvimento rural que até então eram preconizadas por uma estratégia eminentemente municipalista. Assim, com a maior participação da sociedade civil em nível intermunicipal, a estratégia agora se aproximaria de uma abordagem territorial:

[...] ele foi constituído paritariamente pelo governo e pela sociedade civil, e fazem parte dele 38 conselheiros, sendo 19 membros indicados pelo governo e outros 19 nomeados por indicação dos movimentos sociais e sociedade civil organizada. Logo em sua primeira reunião, foram aprovadas as regras para a linha de ação de infra-estrutura do PRONAF para 2004. Segundo a resolução aprovada, os recursos do PRONAF Infra-estrutura e Serviços não mais se destinariam aos municípios, mas a projetos de consórcios intermunicipais, os territórios rurais [...] (ORTEGA, 2008, p.162)

Na escala dos *Territórios Rurais* a participação da sociedade civil organizada é viabilizada como componente do que foi denominado inicialmente de Comissões de Implantação de Ações Territoriais (CIATs). Essas eram incumbidas de desempenharem no *território* funções semelhantes ao papel dos Conselhos de Desenvolvimento Rural (CDRs).

Neste sentido as CIATs eram as principais interlocutoras da SDT no nível territorial sendo incumbidas de elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), no qual são definidas as estratégias de desenvolvimento territorial incluindo a Assistência Técnica e Extensão Rural, a elaboração do Plano Safra, os investimentos do PRONAF

²⁸ O CONDRAF é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário (assim como acontecia com o CNDRS) e o Secretário Executivo é o Secretario do Desenvolvimento Territorial. (MATTEI, 2008).

Infra-estrutura e Serviços, o Programa de Reordenamento Fundiário, o incentivo ao cooperativismo e associativismo, o apoio ao comércio e à comercialização e outros programas provenientes do MDA e de outros ministérios (GÓMEZ, 2006).

Subjacente a perspectiva da gestão social, com a consolidação das ações nos *Territórios Rurais* no decorrer do primeiro mandato do governo Lula, foi criado o Programa *Territórios da Cidadania* em 2008, tendo como foco de ação principal reduzir as desigualdades regionais e sociais (para usar os termos governamentais):

O Programa de Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do Governo Federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e subregionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões. (BRASIL, 2008, p. 3).

Neste sentido os *Territórios da Cidadania* têm sido constituídos a partir dos *Territórios Rurais*, sobretudo naqueles onde as ações das CIATs se demonstraram mais coesas evoluindo para o que atualmente se configura como *colegiados territoriais* atreladas a outros critérios principais, sendo que

[...] a escolha e priorização do território a ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania requer, como pressuposto, sua incorporação ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os demais critérios de seleção dos TRS que se converteram em TCs são os seguintes: possuir os menores IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação. [...] (ORTEGA, 2008, p. 170).

Assim, constata-se alguns aspectos relevantes com a institucionalização do Programa *Territórios da Cidadania*. Dentre eles podemos destacar a busca pela articulação horizontal entre os atores sociais internos aos *territórios* e verticalmente entre os diferentes atores sociais e

agências de mediação governamentais. Paralelamente priorizam-se os *Territórios Rurais* que possuem os municípios com maiores índices de pobreza e desigualdades sociais que foram designados como *territórios deprimidos* por Ortega (2008).

Outrossim, conforme as informações do Sistema de Informações Territoriais em 2009 estavam constituídos 120 *Territórios da Cidadania*, conforme pode ser visualizado no mapa da Figura 08.

De acordo com o mapa e as informações constantes no Quadro 06, verificamos que são 1851 (33,3%) municípios abrangidos pelo programa o que representa 52,5% da área territorial nacional e totaliza 46,2% da população rural do país. Além disso, no que tange ao perfil de renda os municípios prioritários são *dinâmicos* (62,5%) e os de *baixa renda* (62,2%) que se caracterizam respectivamente por possuírem rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica representativa e baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo.

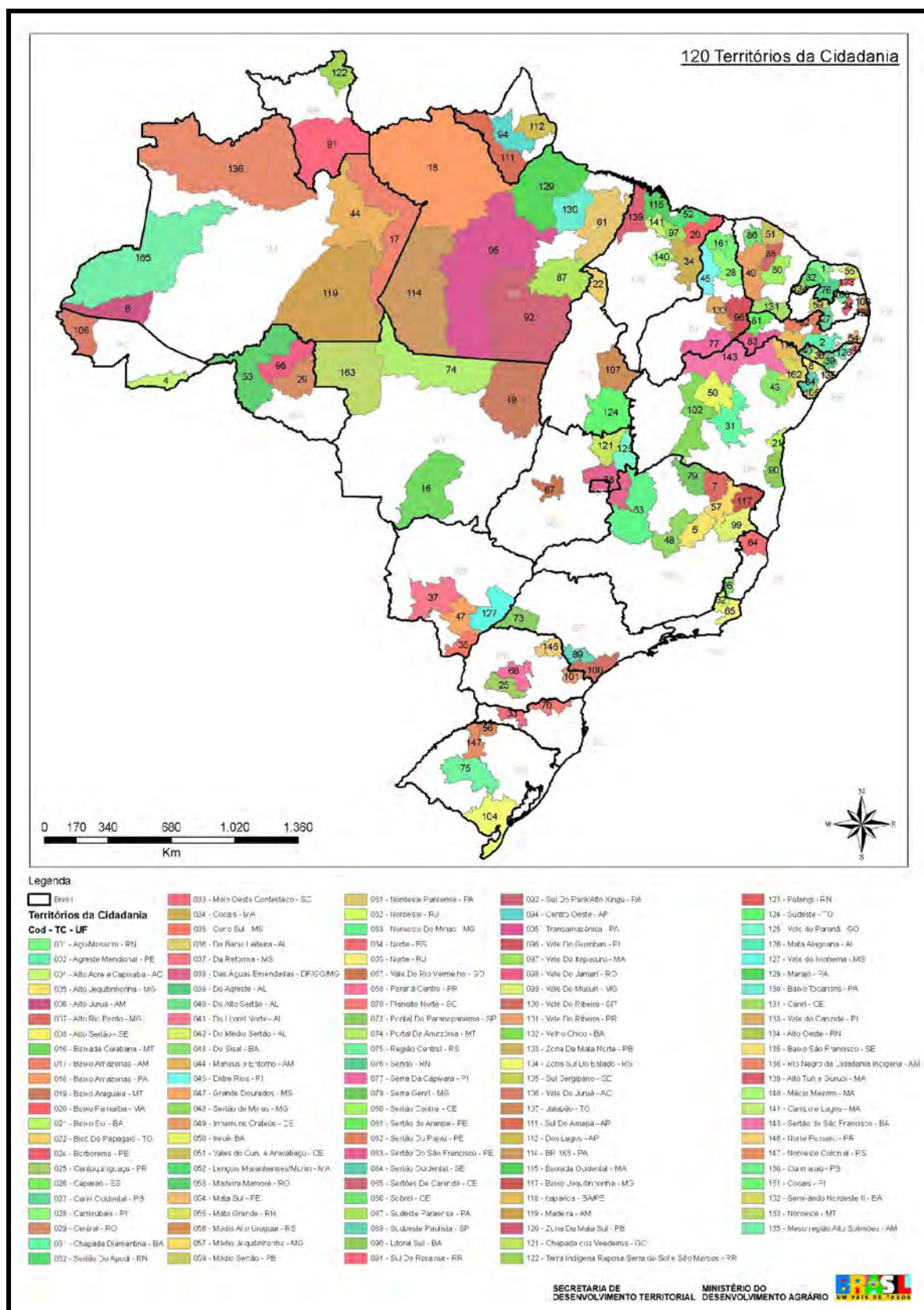


Figura 08: Mapa dos Territórios da Cidadania

Fonte: SDT/MDA, 2009.

Disponível em http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/br_055_tr_164_mai_2009.jpg

Acesso em 20/12/2009

Quadro 06: Síntese da abrangência dos Territórios da Cidadania

	Brasil	Território	(%)
Número de Territórios	120	-	-
Municípios	5564	1851	33,27
Área	8.626.768,60	4.527.695,40	52,48
População	183.197.044	42.480.161	23,19
População Rural	28.425.733	13.128.956	46,19
Pescadores	390.676	210.502	53,88
Agricultores Familiares	4.363.034	2.041.552	46,79
Famílias Assentadas	785.300	525.125	66,87
Demanda Social *	5.363.204	2.683.139	50,03
Bolsa Família	11.047.139	4.048.303	36,65
Quilombolas	1.219	810	66,45
Terras Indígenas	612	317	51,80
Número de Municípios Alta Renda**	1.567	163	10,40
Número de Municípios Baixa Renda**	725	453	62,48
Número de Municípios Dinâmicos **	1.002	623	62,18
Número de Municípios Estagnados**	2.264	611	26,99

Fonte: SIT/MDA, 2010. (Base de dados do Ministério da Integração Nacional, 2005)

* **Demanda Social:** Igual a soma das variáveis Famílias Acampadas, Famílias Assentadas e Agricultores Familiares.

** **Desigualdade Regional:** cruzamento das variáveis "rendimento domiciliar médio" e "crescimento do PIB per capita". **Alta Renda:** alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado; **Dinâmicos:** rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa; **Estagnados:** rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico; **Baixa Renda:** baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo.

Grosso modo, podemos dizer que são principalmente municípios nos quais houve a implantação de projetos de reforma agrária, que pela expressividade numérica de produtores familiares podem ter suas atividades rurais potencializadas mediante a inversão de recursos provenientes de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Para isso, foi criado um Comitê Gestor Nacional vinculado ao Programa Territórios da Cidadania do qual participam 15 Ministérios, conforme salienta Ortega (2008):

[...] São eles: Desenvolvimento Agrário/INCRA, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Integração Nacional, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Cidades, Minas e Energia, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Promoção da Igualdade Social, Secretaria de Agricultura e Pesca, Justiça/Funai, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cultura, Secretaria-geral, Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, Casa Civil. (p. 170-1).

Assim, estruturalmente para o Programa *Territórios da Cidadania* tem-se um interessante arranjo interinstitucional para permitir a articulação horizontal das políticas públicas. Esta horizontalização institucional se constitui num processo essencial para vislumbrar uma abordagem do rural que ultrapasse meramente o viés setorialista.

Contudo, não é suficiente para afirmar que seja uma abordagem territorial, tendo em vista que no nível escalar do *território* existem elementos conflitivos de disputa pelo poder entre os atores sociais que limitam o pressuposto harmonioso inerente a abordagem territorial proposta pelas agências governamentais. É isto que tentaremos demonstrar a partir da realidade analisada no Pontal do Paranapanema que foi constituído como um *Território Rural* em 2004 e a partir de 2008 se configurou como um *Território da Cidadania*.

5.2. O Pontal do Paranapanema como foco de ação da abordagem territorial

Os trinta e dois municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema correspondem a uma área de 18.397,2 km² o que representa 7,4% da área total do estado de São Paulo. Conforme as informações do Sistema de Informações Territoriais do MDA o público alvo das ações dos *Territórios Rurais* e da *Cidadania* é composto por 12.349 agricultores familiares, 5.578 famílias assentadas e 1.181 pescadores. (SDT/MDA 2009).

Por sua vez, os dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP) demonstram que dentre os 32 municípios da região do Pontal do Paranapanema, 16 possuem pelo menos um assentamento proveniente de projetos de reforma agrária estadual ou federal, conforme podemos observar na Tabela 02.

Tabela 02: Assentamentos rurais, número de famílias e área total na região do Pontal do Paranapanema SP em 2008

Municípios	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Caiuá	8	7.3	445	7.3	10.732	7.7
Euclides da Cunha Paulista	8	7.3	471	7.7	9.615	6.9
Iepê	1	0.9	50	0.8	68	0.0
João Ramalho	1	0.9	40	0.7	54	0.0
Marabá Paulista	6	5.5	260	4.3	6.479	4.6
Martinópolis	2	1.8	124	2.0	2.744	2.0
Mirante do Paranapanema	33	30.3	1.625	26.6	34.984	24.9
Piquerobi	3	2.8	84	1.4	2.594	1.8
Presidente Bernardes	8	7.3	266	4.4	7.189	5.1
Presidente Epitácio	4	3.7	342	5.6	7.533	5.4
Presidente Venceslau	5	4.6	317	5.2	7.034	5.0
Rancharia	2	1.8	178	2.9	4.264	3.0
Ribeirão dos Índios	1	0.9	40	0.7	852	0.6
Rosana	5	4.6	815	13.3	19.432	13.9
Sandovalina	2	1.8	198	3.2	4.017	2.9
Teodoro Sampaio	20	18.3	856	14.0	22.681	16.2
Total	109	100	6.111	100	140.272	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera
Acesso em 01/02/2010

Tabela 03: Assentamentos rurais, número de famílias e área total no estado de São Paulo em 2008

	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Pontal	109	47,0	6.111	38,8	140.272	34,1
Estado de SP	232	100	15.757	100	411.900	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera
Acesso em 01/02/2010

Tabela 04: Assentamentos rurais, número de famílias e área total no Brasil em 2008

	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Estado de SP	232	2,8	15.757	1,6	411.900	0,5
Brasil	8.337	100	992.965	100	75.118.461	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera
Acesso em 01/02/2010

Comparando os dados da Tabela 02 que representam os números da reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema com os dados da Tabela 03 que constam esses números para o estado de São Paulo, evidenciamos a expressividade regional considerando que possui 47,0% dos assentamentos implantados no estado, 38,8% do total de famílias e 34,1% da área total ocupada. Em certa medida isso explica as ações do governo federal por meio dos *territórios* o que também foi influenciado pelo histórico de organização e pressão de diferentes movimentos sociais atuantes na região.

Contudo, quando associamos a área ocupada por assentamentos rurais (140.272 ha) com a área agricultável da região (1.682.143 ha) constatamos que espacialmente os projetos de reforma agrária perfazem apenas 8,33% conforme se pode evidenciar na Tabela 05. Por outro lado, considerando que cada lote de assentamento foi computado como 01(uma) Unidade de Produção Agropecuária (UPA)²⁹ e que cada família assentada é responsável por um lote (num total de 6.111), evidenciamos que estas famílias são responsáveis por 29,2% das 20.950 UPAs contabilizadas na região em 2008.

Tabela 05: Número de UPAs e área total ocupada na região do Pontal do Paranapanema-SP em 2008³⁰			
	EDR de Presidente Venceslau	EDR de Presidente Prudente	Total
Nº de UPAs	9.151	11.799	20.950
Área (em ha)	786.938	895.205	1.682.143

Fonte: LUPA, SAA/CATI/IEA, 2008.

²⁹ Esta foi uma mudança metodológica importante efetuada pelo último Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola, realizado pela SAA/IEA/SP considerando que naquele efetuado em 1995/96 (LUPA 1996) foi considerado cada assentamento como uma Unidade de Produção Agropecuária (UPA).

³⁰ Optamos pela utilização dos dados fornecidos pelo Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por serem mais atualizados que o Censo Agropecuário de 2006 da FIBGE. Para contemplar os municípios abrangidos pelo Pontal do Paranapanema somamos os dados referentes aos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Presidente Prudente e Presidente Venceslau que juntos congregam os 32 municípios abrangidos pelo Território Rural e pelo Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema.

Na realidade tal estruturação demonstra que apesar da implantação de assentamentos rurais, a estruturação do espaço agrário permanece concentrada reproduzindo regionalmente o paradoxo existente em nível nacional no qual de um lado há um grande número de produtores que ocupa restritas áreas rurais, e de outro, um pequeno número de produtores que detêm a maior parte das terras.

Como vimos, a região do Pontal do Paranapanema se constitui numa área reconhecida pelo governo federal como *Território Rural* e *Territórios da Cidadania*, tanto pela capacidade de articulação dos movimentos sociais e, por conseguinte por representar a maior concentração de assentamentos rurais no estado de São Paulo.

No estado de São Paulo foram constituídos cinco *Territórios Rurais* compostos pelas regiões do Vale do Ribeira, Andradina, Noroeste Paulista, Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista, conforme se pode evidenciar no mapa da Figura 09. Com exceção da região do Noroeste Paulista, as demais regiões estão entre as que possuem os menores patamares de renda da população de acordo com as informações do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS/SEADE, 2006).

Dentre as cinco regiões, três foram delimitadas para a implementação das ações do *Território da Cidadania*: Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. Importante frisar que as duas primeiras ocupam respectivamente a última e a penúltima posição considerando o critério de renda dentre as Regiões Administrativas do IPRS (SEADE, 2006).

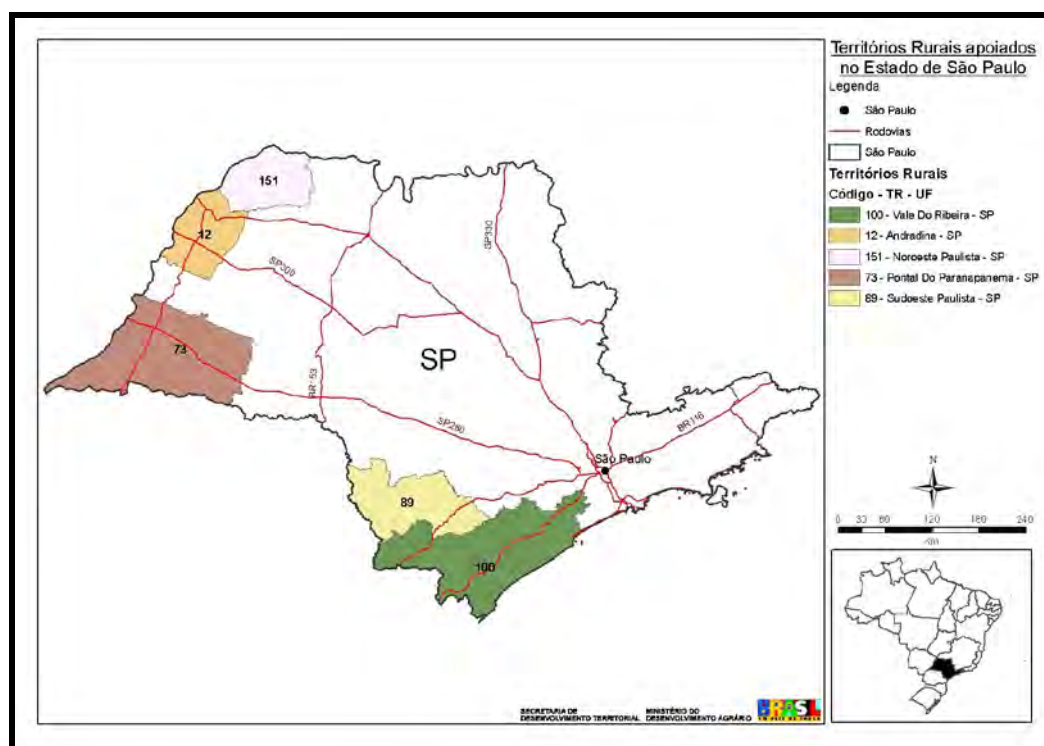


Figura 09: Mapa dos Territórios Rurais no Estado de São Paulo

Fonte: SDT, MDA, 2009.

Disponível em:

http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/uf_035_trs_saopaulo_jan_2009.jpg

Acesso em 10/02/2010.

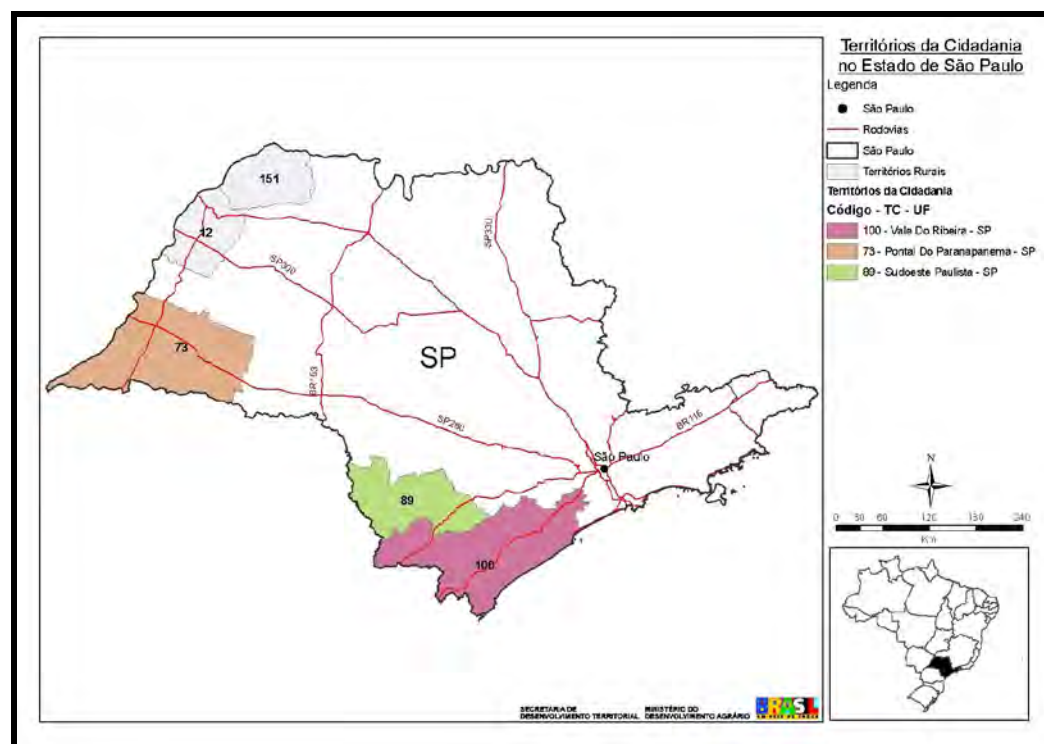


Figura 10: Mapa dos Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo

Fonte: SDT, MDA, 2009

Disponível em:

http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/uf_035_tcs_saopaulo_jan_2009.jpg

Acesso em 10/02/2010.

Portanto, considerando essas informações constatamos que de fato a abordagem territorial do governo federal tem considerando alguns pressupostos relevantes apontados por Ortega (2008) como, por exemplo: i) a pobreza da população dos municípios considerados rurais; ii) a abordagem espacial para além do setorial; iii) a inserção competitiva no mercado; iv) a introdução de inovações tecnológicas e o v) o estímulo a participação nos colegiados territoriais para além do enfoque municipalista.

Contudo, consideramos que nesta abordagem arquitetada por agências governamentais, em grande parte pautada na gestação de uma “concertação social” com potencial de gerar um “pacto territorial” para o desenvolvimento menospreza elementos essenciais das relações sociais. Isso porque esse pacto resultaria de uma suposta concertação que negligencia o conflito e os interesses de classe, quando vislumbra a possibilidade de uma aliança interclasses.

Trataremos a seguir dos diferentes interesses que estão em jogo na região do Pontal do Paranapanema a partir da disputa territorial existente entre grupos sociais que sob a perspectiva de classe são constitutivos da mesma realidade social.

5.3. As políticas públicas e a disputa territorial no Pontal do Paranapanema

Com a ascensão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a criação dos programas *Territórios Rurais* e *Territórios da Cidadania* inegavelmente a região do Pontal do Paranapanema passa a ser foco de uma série de políticas governamentais provenientes de várias instâncias ministeriais pautadas na abordagem territorial do desenvolvimento rural, que como vimos, tem se consubstanciado na busca da maior articulação interinstitucional.

Paralelamente instaura-se um novo formato de ação governamental no que tange ao relacionamento com os movimentos sociais e suas lideranças, contrariamente ao que havia se desencadeado no governo

anterior em que se procurou judicializar a questão agrária³¹. Assim, a estratégia adotada pelo governo foi aumentar o volume de recursos direcionado ao segmento social representado pela produção familiar, a exemplo do PRONAF que na safra 2002/03 tinha um orçamento em torno de 2,3 bilhões de reais passando a 10,8 bilhões na safra 2008/09 o que representa um acréscimo de 354% do montante disponibilizado para esta linha de crédito rural, conforme se pode evidenciar pelos dados apresentados na Tabela 06.

Tabela 06: Evolução histórica do crédito rural do PRONAF por ano agrícola 2002 a 2010

Ano	Contratos	Índice = 100	Montante (R\$ 1,00)	Índice = 100
2002/2003	904.214	100	2.376.465.864,08	100
2003/2004	1.390.168	154	4.490.478.228,25	189
2004/2005	1.635.051	181	6.131.600.933,40	258
2005/2006	1.913.043	212	7.611.929.143,94	320
2006/2007	1.692.498	187	8.432.952.800,22	355
2007/2008	1.649.063	182	9.074.785.135,73	382
2008/2009	1.443.218	160	10.791.907.306,56	454

Fonte: SAF/MDA, 2010.

Disponível em: http://smmap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano_agricola.asp

Acesso em 23/02/2010.

Além do aumento do montante de recursos destinados ao PRONAF, o programa foi também reestruturado com vistas à superação do viés setorial, sendo que atualmente está pautado em treze linhas de crédito: 1) Custeio; 2) Investimento; 3) Pronaf Agroindústria; 4) Pronaf Agroecologia; 5) Pronaf Eco; 6) Pronaf Floresta; 7) Pronaf Semi-Árido; 8) Pronaf Mulher; 9) Pronaf Jovem; 10) Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; 11) Pronaf Cota-Parte; 12) Microcrédito Rural e 13) Pronaf Mais Alimentos. Note-se entre as linhas o estímulo a atividades relacionadas ao turismo (Eco), aos jovens e mulheres como forma de criação de formas alternativas de renda para além do tradicional “chefe” de família.

Para uma análise detalhada dos recursos auferidos pelas diferentes instituições da região do Pontal do Paranapanema, efetuamos um

³¹ Sobre esta questão ver FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. **In.**: *GEOUSP – Revista de Pós-Graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997b, p. 35-9

levantamento junto ao Portal da Transparência sistematizado pela Controladoria Geral da União (CGU). Neste sistema são disponibilizados todos os recursos provenientes do governo federal que foram concedidos aos estados e municípios desde 01/01/1996 conforme a fonte (pasta ministerial), o valor do convênio firmado e a instituição proponente/receptora (prefeituras, associações, ONGs etc.).

Para averiguar os recursos alocados em cada um dos municípios da região, selecionamos o montante investido conforme o perfil do convênio caracteristicamente relacionado ao espaço rural, como por exemplo, o financiamento de projetos de produção agropecuária, a adequação de estradas rurais, o desenvolvimento de tecnologias alternativas de produção agroecológica, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas etc.

Subjacente a este critério estabelecido, evidenciamos que no período em foco, os recursos foram oriundos de três ministérios e de uma secretaria especial do governo federal, quais sejam: o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura (SEAP) que apesar de compartilhar a sua gestão com o MMA possui *status* ministerial sendo designada nos convênios como Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O montante de recursos alocados no nível municipal e a sua origem podem ser visualizados nos dados da Tabela 07:

Tabela 07: Convênios do Governo Federal com os municípios da região do Pontal do Paranapanema de 1996 a 2010 (Valores em R\$)*

	MDA	%	MAPA	%	MPA	%	MMA	%
Alfredo Marcondes	150.000,00	1,2	50.000,00	0,9	-	-	-	-
Álvares Machado	150.000,00	1,2	-	-	-	-	-	-
Anhumas	-	-	321.750,00	5,7	-	-	-	-
Caiabú	125.200,00	1,0	-	-	-	-	-	-
Caiuá	72.000,00	0,5	-	-	-	-	-	-
Emilianópolis	193.080,00	1,5	-	-	-	-	-	-
Estrela do Norte	70.000,00	0,6	363.800,00	6,5	-	-	-	-
Euclides da Cunha	404.783,42	3,3	97.500,00	1,7	-	-	-	-
Iepê	-	-	-	-	-	-	-	-
Indiana	-	-	50.000,00	0,9	-	-	-	-
João Ramalho	39.000,00	0,3	97.500,00	1,7	-	-	-	-
Marabá Paulista	128.925,42	1,0	39.000,00	0,7	-	-	-	-
Martinópolis	393.288,00	3,2	243.750,00	4,3	-	-	-	-
Mte. do Paranapanema	3.872.271,20	31,2	97.500,00	1,7	341.907,30	62,8	217.846,28	100
Nantes	48.750,00	0,4	70.000,00	1,2	-	-	-	-
Narandiba	-	-	215.750,00	3,8	-	-	-	-
Piquerobi	-	-	97.500,00	1,7	-	-	-	-
Pirapozinho	-	-	118.250,00	2,1	-	-	-	-
Pte. Bernardes	321.091,22	2,6	118.250,00	2,1	-	-	-	-
Pte. Epitácio	1.139.354,40	9,2	224.250,00	4,0	-	-	-	-
Pte. Prudente	59.004,00	0,4	840.000,00	15,0	-	-	-	-
Pte. Venceslau	435.012,40	3,5	493.750,00	8,8	-	-	-	-
Rancharia	659.370,05	5,3	247.500,00	4,4	202.549,00	37,2	-	-
Regente Feijó	-	-	606.250,00	10,8	-	-	-	-
Ribeirão dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosana	125.200,00	1,0	70.000,00	1,2	-	-	-	-
Sandovalina	78.716,00	0,6	-	-	-	-	-	-
Santo Anastácio	56.948,70	0,4	437.350,00	7,8	-	-	-	-
Santo Expedito	26.413,00	0,2	-	-	-	-	-	-
Taciba	-	-	-	-	-	-	-	-
Tarabai	-	-	118.250,00	2,1	-	-	-	-
Teodoro Sampaio	3.867.176,01	31,1	585.000,00	10,4	-	-	-	-
Total	12.415.583,82	100	5.602.900,00	100	544.456,30	100	217.846,28	100

Fonte: CGU/Portal da Transparência, 2010.

* Os municípios em negrito possuem pelo menos um assentamento de Reforma Agrária.

Conforme mencionado anteriormente, dezesseis municípios da região do Pontal do Paranapanema possuem assentamentos provenientes de projetos de Reforma Agrária. Analisando os dados apresentados na Tabela 07, observa-se que são justamente para estes municípios que são direcionados o maior montante de recursos por meio de convênios firmados entre o governo federal e as instituições proponentes de projetos de desenvolvimento rural.

Dos recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário 93,0% foram destinados para os municípios que detêm assentamentos rurais, ao passo que somente 7,0% foram direcionados aos municípios que não contam com estes projetos de reforma agrária. Dentre os municípios com assentamentos se destacam Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio que respectivamente aquinhoaram 31,2% e 31,1% do montante total de recursos carreados ao Pontal do Paranapanema. Isso se deve ao elevado número projetos de assentamentos localizados nestes municípios (33 no primeiro e 20 no segundo). Grande parte dos proponentes dos projetos que originaram estes convênios foram instituições oriundas da organização da sociedade civil como associações, cooperativas e ONGs.

Quanto aos convênios firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a equação se inverte ligeiramente, haja vista que 57,0% do montante de recursos foram destinados aos municípios que não possuem projetos de assentamentos rurais e 43,0% para àqueles municípios. Grosso modo, as principais proponentes de projetos que originaram estes convênios são as prefeituras municipais que encaminham propostas para a constituição e/ou modernização de patrulhas agrícolas ou recuperação de estradas rurais³².

No que se refere aos convênios estabelecidos com o Ministério da Pesca e Aquicultura o montante de recursos foi destinado aos municípios de Mirante do Parapanema (62,8%) e Rancharia (37,2%). Neste caso trata-se de projetos experimentais para a produção de peixes em tanques-rede com o

³² Existem casos nos quais o repasse de recurso se deu por intervenção de deputados federais por meio do instrumento de emenda parlamente, como o exemplo do montante repassado para o município de Presidente Prudente.

aproveitamento do potencial hídrico propiciado pelo represamento de afluentes do rio Paranapanema para geração de energia elétrica (Usinas Capivara e Taquaruçu ambas administradas na atualidade pela *Duke Energy International*).

Em Rancharia a proponente do convênio é a prefeitura municipal que implantou 40 tanques-rede em caráter experimental no distrito de Gardênia. Inicialmente a produção de tilápias deverá compor a dieta alimentar da merenda escolar municipal.



Figura 11: Vista parcial dos tanques-rede no distrito de Gardênia, município de Rancharia-SP.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Autor. Adriano R. de Oliveira.

Em Mirante do Paranapanema a proponente do convênio é a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP) que pretende capacitar os produtores rurais assentados para ampliar a geração de renda a partir do desenvolvimento da piscicultura em tanques-rede.

Finalmente, com relação ao convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente estabelecido em 2006 no município de Mirante do Paranapanema a proponente é também a ACAP a partir de um projeto de

valorização da biodiversidade. O projeto envolveu 250 famílias de produtores assentados para o cultivo e produção de sementes crioulas de milho com o intuito de resgatar culturalmente técnicas abandonadas que permitiam uma maior autonomia dos produtores rurais perante as indústrias produtoras de insumos modernos.

A partir da análise dos dados referentes aos convênios firmados entre instituições dos municípios do Pontal do Paranapanema e os ministérios é possível efetuar algumas reflexões acerca das perspectivas de desenvolvimento rural regional e, por conseguinte da questão da organização social e política dos produtores rurais.

Constatamos que os municípios que tiveram a implantação de projetos de reforma agrária por meio de assentamentos rurais têm conseguido estabelecer um maior nível de articulação com as agências governamentais. Tal processo pode ser corroborado pelo êxito no estabelecimento de convênios para a implementação de diversos projetos de desenvolvimento rural.

Contudo, é importante frisar que esta maior participação na obtenção de recursos financeiros é resultado de um longo processo histórico de negociação e pressão diante das agências governamentais, articuladas pelos diferentes movimentos sociais que atuam na região desde o início da década de 1990.

Entretanto, conforme enfatizamos no capítulo anterior, tivemos no período recente uma fragmentação do MST na região. De um lado, há o grupo atrelado a José Rainha Jr. que por ter sido expulso do MST nacional, tem se articulado regionalmente a partir de duas instituições – a Faaafop e AATS – por meio das quais tem firmado alguns convênios com o governo federal.

De outro lado, há o grupo vinculado ao MST nacional que controla e ainda vislumbra alavancar a Cocamp pelas possibilidades da conjuntura governamental atual. Contudo devido ao engessamento da estrutura da cooperativa por conta das investigações e ações civis do Ministério Público Federal, o MST tem se articulado na esfera produtiva a partir da Associação

Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP) e da Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal (COCAPAR).

Se analisarmos os dados do Portal da Transparência sistematizados pela Controladoria Geral da União, constataremos que estes dois grupos principais – MST Nacional e MST do Pontal – têm tido êxito em projetos diversos, conforme podemos verificar nos dados da Tabela 08.

Note-se que esses dois grupos obtiveram recursos financeiros da ordem de 5 milhões de reais. Embora o grupo do MST do Pontal, liderado por José Rainha Jr. tenha firmado apenas três convênios com o governo federal, o montante é bastante significativo, principalmente por conta do projeto de produção de mamona que esteve atrelado ao Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel.

Por sua vez, o grupo do MST Nacional possui uma quantidade maior de convênios firmados, mas com valores individuais menores e uma pauta diversificada de projetos que inclui desde projetos agropecuários alternativos até o desenvolvimento da piscicultura.

Tabela 08: Convênios firmados com o Governo Federal (em R\$)

MST Nacional		MST do Pontal	
COCAMP	12.600,00	FAAFOP	1.373.598,25
COCAMP	27.900,00	AATS	2.300.995,00
COCAMP	25.000,00	AATS	182.000,00
COCAPAR	61.702,00	-	-
COCAPAR	67.156,00	-	-
COCAPAR	76.500,00	-	-
COCAPAR	29.000,00	-	-
APAV	20.000,00	-	-
APAV	19.000,00	-	-
ACAP	307.471,33	-	-
ACAP	21.900,00	-	-
ACAP	15.698,00	-	-
ACAP	217.846,28	-	-
ACAP	38.000,00	-	-
ACAP	341.907,30	-	-
ACAP	10.000,00	-	-
ACAP	120.000,00	-	-
ACAP	22.000,00	-	-
ACAP	250.000,00	-	-
Total	1.683.680,91		3.856.593,25

Fonte: CGU- Portal da Transparência, 2010.

Assim, embora as ações dos movimentos sociais sejam permeadas por conflitualidade e disputas, de forma direta ou indireta o grupo de produtores rurais assentados tem conseguido se colocar ativamente na discussão acerca dos projetos de desenvolvimento rural no Pontal. Isso pode ser evidenciado na posição autônoma a qual eles têm se colocado nos debates do colegiado territorial responsável pelas ações do *Território da Cidadania* e pela própria captação de recursos provenientes do poder público. Sabemos dos limites da participação dos assentados efetivamente nas decisões, tendo em vista que, via de regra, são as lideranças que tomam decisões, muitas vezes unilateralmente. Mas o fato é que atualmente esses grupos possuem a capacidade de dialogar de forma autônoma com as agências de mediação governamental em todas as escalas de ação.

Por seu turno, os pequenos produtores rurais que tiveram acesso a terra por compra ou herança têm encontrado dificuldades de se inserir de forma autônoma nos debates acerca do desenvolvimento rural regional. Sua participação no colegiado territorial tem sido a partir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que, via de regra, foram constituídos por lideranças políticas representantes dos interesses do poder público municipal.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas que vinha impulsionando a organização dos produtores rurais em associações no nível dos municípios encerrou a sua primeira fase e, por conseguinte tais entidades arrefeceram suas ações. A Famhesp como instituição articuladora das associações em nível estadual também perdeu força com a conclusão da primeira fase do PEMH. Em novembro de 2009 foi eleita a nova diretoria da federação que até então era presidida por um produtor rural do município de Rancharia na região do Pontal. A expectativa é que o novo presidente, o produtor rural João Fidelis do município de Avaré possa expandir a atuação da entidade com a implementação da Fase 2 do PEMH que agora dará ênfase à inserção da produção no mercado.

O que se depreende da análise das organizações de produtores rurais e assentados é que suas articulações têm se dado de forma mais ou menos

intensa pela possibilidade de participar de benefícios propiciados por programas e políticas de desenvolvimento empreendidas pelo Estado.

Assim, torna-se relevante reiterar a presença do Estado como agente impulsionador do desenvolvimento. Por seu turno, cabe à sociedade, no caso específico dos produtores e do desenvolvimento rural ter a capacidade autônoma de exercer o controle sobre às decisões desta instituição, que como sabemos na sociedade capitalista não é passível de neutralidade e sim controlado por grupos hegemônicos de poder na cidade e no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho estabelecer alguns eixos de reflexão a partir de análises teóricas e de informações e dados obtidos em fontes de origem primária e secundária em torno da temática que nos propusemos a compreender no projeto de doutorado originalmente intitulado *O associativismo rural como estratégia de reprodução econômica e social na região do Pontal do Paranapanema-SP*.

Iniciamos nossas análises com o debate acerca das formas de organização coletiva desenvolvidas no espaço rural brasileiro, com ênfase num formato específico consubstanciado na institucionalização de associações agrícolas de produtores rurais. Tal delimitação se fez necessária considerando que o associativismo em sua acepção ampla contempla outras modalidades de organização da sociedade civil a exemplo dos sindicatos, ONGs e os movimentos sociais.

Buscamos compreender como as associações se constituíram como uma alternativa de organização da produção econômica e, por conseguinte, uma componente das estratégias da reprodução social dos pequenos produtores rurais que têm o trabalho familiar como centralidade da condução do processo (re)produção das condições materiais de sua existência no espaço rural.

Este formato de organização da produção tornou-se relevante aos pequenos produtores por motivos diversos. Dentre eles podemos mencionar a exclusão deste segmento social do modelo hegemônico de funcionamento de cooperativas agrícolas que passou a ser progressivamente direcionado por um formato de gestão empresarial impulsionado pelo pacote tecnológico modernizante da Revolução Verde financiado pelo crédito rural subsidiado.

As cooperativas agrícolas foram se especializando na produção de *commodities* voltadas ao mercado externo, seguindo a lógica da modernização agrícola pautada no caráter seletivo tanto do ponto de vista social quanto espacial. Sobressaíram à crise estrutural que assolou o Estado

brasileiro na década de 1980, as cooperativas especializadas nas matérias-primas voltadas às exportações. Os pequenos produtores diante da limitação concernente aos fatores produtivos - terra e capital - foram sendo sistematicamente excluídos do rol de cooperados que se adequavam ao projeto modernizante desencadeado no país.

Contudo, a década de 1980 é marcada pelo processo de abertura democrática decorrente do arrefecimento do regime militar vigente o que permitiu a eclosão de um conjunto de demandas da sociedade civil que haviam sido reprimidas no decorrer da ditadura. No espaço rural, os pequenos produtores - por intermédio da ação sindical, de igrejas e movimentos sociais - começam a vislumbrar novas possibilidades de reestruturar as formas de acesso a terra e ao mercado.

Seguindo as orientações do Banco Mundial na definição dos rumos e os padrões do desenvolvimento rural latino-americano, o Estado brasileiro passa a introduzir uma série de medidas visando controlar a organização da sociedade civil. Ao grupo de produtores rurais detentores de pequenas propriedades - que haviam sido excluídos do modelo de cooperativa agrícola empresarial - foram elaboradas políticas públicas de financiamento do custeio, produção e comercialização, que induziram à sua participação em associações agrícolas.

Este modelo foi fundamentado na perspectiva do desenvolvimento rural integrado tendo o pequeno produtor *proprietário* como público prioritário das políticas públicas. Por um lado, buscava-se combater os índices de pobreza rural, a partir de mecanismos que permitissem a melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva, por meio do fornecimento de crédito, assistência técnica e extensão rural vinculados à participação associativa. Por outro lado, a estrutura da propriedade da terra permaneceu inalterada, o que excluiu do processo o grupo social representado pelo pequeno produtor *sem-terra*. Assim, as investidas na questão agrária estiveram limitadas a regularização fundiária e as políticas públicas mantiveram-se desalinhadas de quaisquer transformações estruturais.

Este cenário que excluía a parcela da sociedade rural constituída pelo produtor rural *sem-terra* que naquela conjuntura era muito mais composta por parceiros, meeiros e arrendatários do que por trabalhadores urbanos, foi um dos ingredientes que possibilitou o fortalecimento de movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Tal formato de organização civil adquiriu expressividade a partir da década de 1980, com a abertura democrática, considerando que o período ditatorial foi marcado pelo aprofundamento da exclusão social.

As associações agrícolas foram progressivamente se tornando relevantes no espaço rural, como forma dos pequenos produtores rurais *proprietários* se inserirem no mercado.

Por sua vez, os movimentos sociais de luta pela terra - capitaneados pelo MST – inauguram um novo modelo de cooperativismo agrícola cuja expressão máxima é a constituição da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1992. Pautados na experiência designada como Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) esse modelo busca associar a formação político-ideológica ao debate econômico nos assentamentos de reforma agrária visando dar uma resposta produtiva à sociedade brasileira e, por conseguinte, legitimando a reforma agrária.

Contudo, desde a década de 1990, o modelo de institucionalização da organização coletiva de produtores rurais – proprietários de terra ou assentados em projetos de reforma agrária – em associações tem adquirido expressividade em virtude das competências definidas pela legislação que impõe menores implicações econômicas aos associados em caso de endividamento ou falência da entidade. Assim, embora não seja a regra, em muitos casos a criação de uma associação tem sido utilizada como um estágio probatório, estabelecido pelas lideranças para mensurar o nível de participação dos produtores rurais podendo evoluir para a etapa de constituição de uma cooperativa, que ainda é avaliado como o modelo mais adequado de gestão competitiva do processo produtivo agrícola.

Nestes termos a questão da participação deve ser considerada como uma dimensão indissociável à organização associativa dos produtores rurais.

Contudo, a participação desencadeada nas associações agrícolas que têm sido estruturadas visando à integração às políticas públicas e/ou mercado se distancia profundamente do modelo autônomo no qual todo o conjunto da sociedade tem controle da produção, gestão e usufruto das riquezas produzidas coletivamente.

Ao contrário disto, tanto o modelo de associativismo rural quanto a participação decorrente vêm sendo historicamente estimulados tanto pelo aparelho estatal brasileiro, quanto pelas agências multilaterais de financiamento de políticas públicas de desenvolvimento rural e diminuição da pobreza.

Neste sentido, a compreensão do associativismo num grupo social historicamente fragilizado pelo modelo de desenvolvimento empreendido através dos diferentes governos brasileiros se constitui num desafio inerente a uma totalidade complexa e fragmentada.

Buscou-se *a priori* compreender o associativismo praticado pelos produtores rurais a partir de uma dualidade inerente à fragmentação social da produção familiar que - pela sua diversidade histórico-social na realidade brasileira - abrange sujeitos sociais com formação distinta no que concerne as dimensões econômicas, sociais, políticas e até mesmo culturais.

A organização de produtores rurais *proprietários* vislumbraria na constituição de associações, a inserção competitiva de sua produção ao mercado, o que restringiria sua participação à produção econômica deste grupo social. Por sua vez, a organização de produtores rurais *assentados*, pelo processo histórico de socialização política vivenciado no espaço do acampamento de luta pela terra, estaria para além da produção econômica e almejaria na organização associativa um conteúdo mais autônomo e voltado à reprodução social do grupo.

Entretanto, conforme a análise conjuntural e estrutural das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, constatamos que o formato de associativismo que vem sendo implementado no país de um modo geral - e na região do Pontal do Paranapanema em particular - tem sido estruturado a partir da indução do Estado. Ao invés da estruturação de uma organização

gestada na base e centrada nos pressupostos da participação como garantia de autonomia ao grupo social que a engendra, tem-se justamente o inverso, na medida em que o Estado tem elaborado programas e políticas públicas que vinculam a concessão de créditos e recursos à participação em organizações coletivas como associações, cooperativas e federações.

Tal processo ao invés de possibilitar a aproximação e fortalecimento de uma identidade de classe da produção familiar, intensifica a fragmentação existente entre os pequenos produtores *proprietários de terra* e os *assentados*, que ao institucionalizarem associações e federações disputam entre si, os recursos públicos destinados à produção familiar nas diferentes escalas de poder público: municipal, estadual e federal. Tal processo está inserido numa conjuntura, na qual os gastos públicos com a agricultura familiar são inversamente proporcionais a sua expressividade numérica na geração de postos de trabalho e abastecimento do mercado interno, quando comparada à agricultura empresarial. Isto pode ser corroborado pela análise do Plano Safra 2008/2009 que teve um total de 78 bilhões de reais destinados ao financiamento de custeio da agricultura, dos quais 65 bilhões (83%) foram destinados a agricultura empresarial e somente 13 bilhões (17%) para agricultura familiar.

Neste cenário, a ausência de uma aliança de classe entre os pequenos produtores proprietários e os assentados nos projetos de reforma agrária os submete a uma disputa por recursos escassos, enquanto o cerne da questão está fundamentado na iniquidade da dotação orçamentária destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA).

Na região do Pontal do Paranapanema, as federações que se estruturaram - a Famhesp e a Faafof – têm legitimado suas ações por meio de convênios com as instâncias governamentais em nível estadual e federal. Outrossim, reproduz-se regionalmente o modelo de participação induzida tanto pelo Estado quanto pelas próprias federações que têm conduzido a criação de novas associações de produtores rurais para ampliar o acesso a programas e/ou políticas públicas.

A Famhesp vem desenvolvendo suas ações subordinada ao governo do estado de São Paulo, responsável pela implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, por meio da atuação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que por sua vez têm no Banco Mundial uma das principais fontes dos recursos para a implantação do programa.

A Faaafop vem sendo subordinada às agências vinculadas ao governo federal, que têm financiado a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel com o cultivo regional da mamona. Neste caso, os principais parceiros são o BNDES, a Petrobrás e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também são responsáveis pela transferência de recursos para desenvolvimento do projeto.

Verificamos ainda, que a região do Pontal do Paranapanema tem sido alvo de uma profunda disputa territorial entre frações de atores sociais que antes faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por um lado, temos um grupo liderado por um personagem historicamente emblemático – José Rainha Júnior – que foi desligado da direção nacional do movimento por tomar decisões e estabelecer negociações de projetos e parcerias com agências governamentais, de forma unilateral, sem o aval da direção do MST. Afastado das decisões como representante legítimo do movimento, tem conduzido suas articulações, mantendo a estratégia de luta do movimento, organizando acampamentos e ocupações e utilizando-se da “bandeira” do movimento. Com a colaboração de outros militantes – a exemplo de José Eduardo Gomes de Moraes – que foi responsável pela criação de duas entidades com estatuto de ONGs: a Faaafop e a AATS, tem obtido êxito no estabelecimento de parcerias com o governo federal que por meio do MDA tem fomentado a produção de mamona no Pontal do Paranapanema, participando do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel.

De outro lado, a fração que representa regionalmente a direção nacional do MST, segue com seu projeto de gestão territorial mantendo –

ainda que de forma tímida – as ocupações e alguns projetos de desenvolvimento rural nos assentamentos. Este grupo segue no comando da Cocamp e tem buscado articulações e parcerias com o MDA por meio do INCRA para conseguir a finalização da planta industrial da cooperativa. Desde 2003, a cooperativa tem uma parceria com a CONAB para o armazenamento do Programa de Compra Antecipada, que foi reativado no primeiro mandato do governo Lula.

Outro projeto vem sendo implementado na região por meio da Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal (ACAP), ligada ao MST, o qual consiste na capacitação dos assentados para a produção de peixes no sistema de tanques-rede, aproveitando-se da estrutura dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Rosana, Taquaruçu e Primavera. O projeto é resultado de um convênio da ACAP com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e já foi implantada uma unidade demonstrativa no município de Mirante do Paranapanema para a capacitação do público alvo, constituído por assentados e pescadores-ribeirinhos.

A emergência da abordagem territorial no âmbito das agências governamentais de mediação, embora tenha fomentado a inserção de atores sociais historicamente excluídos do debate em torno das políticas públicas de desenvolvimento rural, não tem sido suficiente para contemplar a complexidade das relações de poder inerentes à questão agrária regional.

No que concerne a ação das políticas públicas de desenvolvimento rural, o Pontal do Paranapanema é um dos 164 *Territórios Rurais do país* e um dos 120 *Territórios da Cidadania*. Está constituído na região o colegiado territorial, o qual tem permitido uma maior participação dos produtores rurais no debate acerca dos rumos do desenvolvimento. Contudo, tem suscitado disputas de poder no nível intra-classe e interclasses, tanto no âmbito dos movimentos sociais, quanto na relação destes com os grandes proprietários de terras, que controlam a maior parte das áreas rurais.

Diante disto, um ponto crucial do debate está relacionado ao viés da abordagem territorial do desenvolvimento rural. O fascínio que o enfoque

tem propiciado aos pesquisadores e atores sociais têm ocultado algumas armadilhas atreladas às suas bases originárias.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural surge no contexto da União Européia, como uma estratégia de redefinição das funções econômicas do espaço rural para além do viés produtivista e setorial. Contudo, mesmo naquela realidade - muito diferente da brasileira - ainda não foi possível “liberar” o rural de seu caráter setorial. Na França em que pese à inserção de novas funções ao espaço rural - como o turismo ecológico e o estabelecimento de moradias de trabalhadores urbanos -, a agricultura ainda se configura como uma atividade econômica de grande relevância na geração de trabalho e renda. Isso está associado, em grande parte, à capacidade de articulação política das organizações profissionais de agricultores frente às agências governamentais de desenvolvimento rural.

Atualmente as políticas de desenvolvimento rural européias têm associado o territorial ao setorial na medida em que tem valorizado os saberes e técnicas tradicionais de produção familiar bem como a implementação de certificações de qualidade atreladas ao local de origem dos produtos, visando ocupar nichos específicos de mercado numa sociedade urbana disposta a pagar mais por produtos originários de seus próprios países. Isto parte da consciência de que a valorização do produto nacional permite a manutenção da população agrícola no espaço rural com qualidade de vida similar ou superior a do espaço urbano.

Nestes termos, o grande equívoco - que historicamente tem sido reproduzido - consiste em incorporar modelos extrínsecos para o desenvolvimento do território brasileiro tanto rural quanto urbano. A adoção da abordagem territorial como redenção para as políticas públicas de desenvolvimento rural no país esbarra numa série de problemas que precisam ser equacionados, senão vejamos:

- A estrutura fundiária permanece concentrada. Para se pensar o desenvolvimento rural é imprescindível solucionar a questão agrária a partir da implantação de uma reforma agrária ampla e irrestrita e, sobretudo

amparada numa legislação que impeça o processo de reconcentração da propriedade da terra;

- A desproporcionalidade do tratamento destinado à agricultura empresarial e à agricultura familiar. Isto pode ser evidenciado na constituição e diferencialidade da dotação orçamentária das duas pastas ministeriais incumbidas mais diretamente da gestão do espaço rural nacional: O MDA e o MAPA;

- O abismo social existente internamente à produção familiar. A desigualdade está presente não somente na comparação de assentados com os pequenos produtores proprietários, mas também na disparidade econômica e social interna a estes grupos. Isto tem intensificado a fragmentação da identidade deste grupo social conforme verificado nas reuniões do colegiado territorial do programa Território da Cidadania da região do Pontal do Paranapanema. Neste sentido, ao invés da construção da coesão dos atores sociais propugnada pelo programa governamental, se potencializa as divergências e se agrava o estranhamento dos pequenos produtores em relação aos assentados ou aos “sem-terra”, conforme habitualmente este grupo é designado;

- O espaço rural é eminentemente setorial. Tal cenário se insere na lógica dos programas de desenvolvimento nacional que sempre esteve pautada na dinamização de setores da economia e não dos espaços regionais. No tocante ao espaço rural, o próprio processo que alterou o padrão produtivo nacional sempre esteve consubstanciado na valorização da função produtiva agrícola. Além disso, a trajetória dos sujeitos sociais que ocupam o espaço rural – os agricultores – sempre esteve fundamentada no cultivo do solo para produção de subsistência e/ou para a comercialização. Mesmo excluídos do pacote tecnológico da modernização se mantiveram na atividade econômica por meio de uma série de estratégias de (re)produção social. Assim, antes de metamorfosear este *produtor* em *consumidor* do espaço rural - um dos vieses da abordagem territorial - é necessário valorizar a sua profissionalização enquanto agricultor de fato e de direito, para que tenha condições autônomas de se equiparar a quaisquer que sejam as

ocupações urbanas, e não somente relegar a função de agricultor àquele que não teve acesso à educação formal.

Por isso acreditamos que a superação da fragmentação existente no espaço rural brasileiro está inegavelmente associada à capacidade de construção de uma identidade coletiva da produção familiar. Para isso, a prática associativa pode vir a ser esse elemento de coesão do grupo, o que até o presente momento não foi construído pelo formato induzido pelo qual a participação tem sido instigada pelo aparelho estatal.

Cabe aos produtores familiares construir novos formatos de participação que permitam a sua atuação enquanto um segmento da sociedade civil organizada que tenha a capacidade de influenciar no conteúdo e no formato das políticas públicas de desenvolvimento rural. Os movimentos sociais – principalmente o MST – reuniram estratégias extraordinárias de luta pela terra que têm alcançado avanços inegáveis na questão agrária.

Contudo, a luta na terra, tem se constituído ainda no principal desafio a ser superado, uma vez que no momento em que a terra é conquistada o movimento perde grande parte da influência sobre esses “novos” agricultores. Os pequenos proprietários pela ausência de um processo de socialização política encontram dificuldades de mobilização e, via de regra, ficam submetidos aos ditames da classe patronal rural.

Eis o desafio que nos afligiu no desenrolar desta pesquisa: criar as condições para que a *luta na terra* se consolide tão quanto à *luta pela terra*. Infelizmente, o modelo de associativismo vigente não tem sido suficiente para a concretização deste processo. Um modelo de associativismo autônomo ainda está por ser construído.

7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Dilemas da União Européia na Reforma da Política Agrícola Comum*. Tese (Livre-docência em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para discussão nº 702*. Rio de Janeiro: IPEA, jan/2000.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980. 176p.
- ANTUNIASSI, Maria Helena R. *et al.* De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 7, n.3, p. 125-132, 1993.
- ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes e. *Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no Contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2005.
- BARONE, Luis A. *et al.* Estratégias de gestão territorial : as experiências associativas dos assentamentos rurais em São Paulo em perspectiva crítica. *XVLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco: SOBER, 2008.
- BERGAMASCO, Sônia Maria. P.; NORDER, L.A.C. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.191p.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 4ª. Ed. (1ª. Ed. 1983), São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997. 224 p.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estudo propositivo dinamização das economias territoriais. Território Pontal do Paranapanema-SP*. Brasília: Instituto Lócus, 2005.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de

Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NFAD, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro*. Brasília. 2008.

COSTA, Anita A. A. e RIBEIRO, Tereza C. A. O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. *Anais da SOBER*. Recife, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 99p.

DAUCE, Pierre. *Agriculture et monde agricole*. Paris, La documentation Française, 2003.

DEBATISSE, Michel. *La révolution silencieuse: le combat des paysans*. Paris: Calmann-Lévy, 1963.

DELANEY, David. Entering the Territory of Territory. In: DELANEY, David *Territory: a short introduction*. Pondicherry, Blackwell, 2005.

DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social*. Ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes 2003.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

ELIAS, Norbert (1970/1991). *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Ed. de l'Aube.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. **In.:** SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 399p.

FARIAS Francisca Fátima de. *Associativismo e Participação*. São Paulo, PUC, 1981.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 220p.

FERNANDES, B. Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *Artigo do Mês*. Presidente Prudente: NERA, jul/ago de 2006. 57 p. (Disponível em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>

FERNANDES, Bernardo *et al* (Orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. *GEOUSP – Revista de pós graduação em Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997b, p. 35-9.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*. Ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun de 2005.

FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino; RIBEIRO, Helena. Dinâmica do arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro: estudo de casos no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*. pp. 44-53. São Paulo: IEA, v. 40, n. 1, jan/2010.

FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*, São Paulo, Global, 1983.

GERLACH, F. R.; BATALHA, M. O. Organização da produção e perfil das associações paulistas de produtores de leite. *Encontro nacional de engenharia de produção*, 23. Anais. Ouro Preto: Associação Brasileira de Engenharia de produção, 2003. p. 221.

GIL, Izabel C. *Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional*. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 383p.

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da sociedade civil*. São Paulo: Cortez, 2008.

GÓMEZ, Jorge R. M. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *L'espace public*. Collection Critique de la politique Paris: Payot, 1993.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400p.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

HERVIEU, Bertrand. *Les agriculteurs*. Collection Que sais-je?. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

HESPANHOL, A. Nivaldo. O programa microbacias hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no estado de São Paulo- Brasil. *Anais das 4tas Jornadas Internacionais de Estudios Agrarios e Agroindustriales*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires - UBA, 2005. p.1 – 20.

HESPANHOL, Rosangela A. de Medeiros. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro, SP: UNESP/IGCE, 2000.

HESPANHOL, Rosangela A. M. As organizações de produtores rurais na França. *Geosul*. Florianópolis, v. 22, n. 44, p 155-174, jul./dez. 2007.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison M. *Os impactos socioterritoriais no município de Teodoro Sampaio-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2003.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana M. C. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Ed. rev. e ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. 256p.

LISBOA, Jose Bispo de. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). **In:** MENEZES, A.V.C. & PINTO, J.E.S. de S. *Linhas Geográficas*. Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATTEI, Lauro. Memórias e reflexões sobre a primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. 2008. Mimeo. Disponível em: <http://inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/55/51> Acesso em 20/01/2010.

MENDES, Gisele S. T. *Contribuições sindical e confederativa - art. 8º inciso IV, da C.F.* Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação, 2001.

MORUZZI MARQUES, P. E. ; FLEXOR, Georges. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. *Sociedade e desenvolvimento rural*. Vol. 2, nº1. Brasília: Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. 45-66, 2008.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

NEVES NETO, Carlos de Castro. *O programa estadual de microbacias hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2009.

OLIVEIRA, Adriano R. *A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2003.

OLIVEIRA, Rodolfo Osório de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. *Informações Econômicas*. IEA: São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-15, 2002.

ORTEGA, Antonio César. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PEET, Richard. Imaginários do desenvolvimento. **In.:** FERNANDES, Bernardo *et al* (Orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

PINHEIRO, Diógenes. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. **In.:** TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 406p.

PIRES, Élson L.S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. **In.:** FERNANDES, Bernardo *et al* (Orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

PURSEIGLE, François. *L'engagement des jeunes agriculteurs dans les organisations professionnelles agricoles: contribution à l'étude des processus d'entrée dans l'action collective*. Thèse (Doctorat en Sociologie). Toulouse: Institut National Polytechnique de Toulouse-ENSA, 2003, 4 vol., 710 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAHNEMA, Majid, Participação. SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 399p.

RAMALHO, Cristiane B. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de produção popular*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. *Texto para discussão n° 648*. Rio de Janeiro: IPEA, mai/1999.

RIBAS, Alexandre Domingues *et al* (Orgs). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 175p.

RIBAS, Alexandre Domingues. *Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 399p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos). 384p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20/02/2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os Tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003. 240p.

SARACENO, Elena. La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano. *Seminário Internacional “Agricultura Familiar y Desarrollo Sustentable”*, Brasília, EMBRAPA, 2001. Disponível em: <http://www.grupochoarvi.org/php/doc/documentos/experiencia-europea-desarrollo.pdf> Acesso em 10/08/2010.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural. Debates y temas rurales*. Santiago de Chile: RIMISP (Centro Latinoamericano

para el Desalio Rural) n. 1., mar/2004. Disponível em: < <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870> >.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In.: LOUREIRO, M. R (org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortes: A. Associados, 1981. p. 11-40.

SCHNEIDER, S. e TARTARUGA I. G. P. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. *Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial*. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, junho de 2005. p. 1-25.

SCOPINHO, Rosemeire A. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. *III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI*. La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI, Havana, Cuba, 2006.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Índice Paulista de Responsabilidade Social. Síntese das Regiões Administrativas*. São Paulo: Assembléia Legislativa/Fundação SEADE, 2006.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Oficina de redes associativistas empreendedoras / Manual do Facilitador*. Programa Sebrae de Redes Associativistas Empreendedoras. Brasília, Edição Sebrae, 2001.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. 250p.

SOUZA, Sérgio Pereira de. *Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Presidente Prudente: Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP: GAsPERR, 1999. 151 p.

OLIVEIRA, Adriano R. *A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2003.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio e GÓMEZ, Jorge Ramón. Continuidade do modelo de desenvolvimento rural no Brasil (1993-2003). *Análise Empresarial* (Vigo), v. 35, p. 59-66, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. **In.:** SIMONETTI, M. C. L. (Org.). *III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações*. Marília, 2007.

TORO A., Jose Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997, 104 p.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e Modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. *Revista da SBHC – Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./ jun. 2004.

WANDERLEY, Maria de N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. *Raízes*. Campina Grande, v. 23, n°s 01 e 02, p. 82-98, jan/dez, 2004.

WANDERLEY, Maria de N. B. O agricultor em sua localidade. **In.:** LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ZANINI, Welington Rogério. *A gestão social descentralizada a partir do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais: Avaliação da experiência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Pedro do Sul – RS*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria, RS: UFSM/CCR, 2006.